



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM – PPGENF

BEATRIZ LOURENÇO FERNANDES

**Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de  
graduação em Enfermagem**

RIO DE JANEIRO

2024

**BEATRIZ LOURENÇO FERNANDES**

**Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação  
em Enfermagem**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Área de concentração: Enfermagem, Saúde e Cuidado na Sociedade.

Linha de Pesquisa: Saúde, história e cultura: saberes em enfermagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Villas Boas Teixeira

RIO DE JANEIRO  
2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

L363 Lourenço Fernandes, Beatriz  
Violência de gênero vivenciada por jovens  
universitárias do curso de graduação em Enfermagem /  
Beatriz Lourenço Fernandes. -- Rio de Janeiro, 2024.  
157

Orientador: Selma Villas Boas Teixeira.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e  
Biociências, 2024.

1. Conhecimento. 2. Universidade. 3. Saúde da Mulher  
4. Violência de gênero 5. Violência Contra a Mulher. I.  
Villas Boas Teixeira, Selma, orient. II. Título.

FERNANDES, BEATRIZ LOURENÇO. **Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em Enfermagem**, 2024. 157f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Enfermagem e Biociências.

Área de concentração: Enfermagem, saúde e cuidado na sociedade.

Linha de Pesquisa: Saúde, história e cultura: saberes em enfermagem.

Aprovada em: 06//04/2024

### **BANCA EXAMINADORA**

*Selma Villas Boas Teixeira*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Villas Boas Teixeira  
Presidente

Doutora em Enfermagem na área da Saúde da Mulher pela Escola de Enfermagem Anna Nery. Professora do Programa de Pós- Graduação em Enfermagem Stricto Sensu da UNIRIO - Mestrado (PPGENF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Helena Garcia Penna  
1<sup>a</sup>. Examinadora externa

Professora Associada da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Mendes Carvalho.  
1<sup>a</sup>. Examinadora interna

Professora Associada da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (UNIRIO)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Mateus Barreto  
Suplente Externa

Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem da UFF campus Rio das Ostras

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andressa Teoli Nunciaroni  
Suplente Interna

Professora Adjunta da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (UNIRIO)

*Dedico esta dissertação à minha mãe, Maria Zeneide, minhas filhas, Sophia e Cecília, por terem desempenhado papel fundamental em minha formação como ser humano e, acima de tudo, como mulher e mãe. Ao Alexandre, que sempre me incentivou a estudar, oferecendo apoio em cada conquista. Às mulheres com as quais tive a oportunidade de estudar, trabalhar e de escutar suas vivências. Vocês foram uma fonte constante de inspiração que me motivaram a seguir em frente, com a cabeça erguida, em busca dos meus objetivos! Às mulheres que atravessaram meu caminho na minha carreira profissional, dedico esta Dissertação a vocês. Agradeço por todas as histórias compartilhadas e pelo impacto que tiveram em minha jornada.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me permitido chegar até este ponto e por ter caminhado ao meu lado na realização deste sonho. Sua luz sempre iluminou e orientou os meus passos.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Selma Villas Boas Teixeira, agradeço por ter caminhado comigo nesta jornada, pela paciência e ensinamentos. Sou grata pelos conselhos e orientações que você me proporcionou.

Às integrantes da Banca de Qualificação e Dissertação, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucia Helena Garcia Penna, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Mendes Carvalho, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Claudia Barreto e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andressa Nunciaroni, que contribuíram com esta dissertação, agradeço a todas por seu comprometimento.

A todas as universitárias que aceitaram participar desta pesquisa, mesmo com suas agendas acadêmicas e vidas pessoais corridas, agradeço imensamente pelas valiosas entrevistas e por confiarem em mim para compartilhar suas experiências.

À Yamê Alves e a Luiza Pereira, mestrandas que conheci virtualmente, que se tornaram minhas grandes amigas e companheiras durante todo o processo do mestrado. Agradeço por nunca terem me deixado desistir, mesmo eu falando que não ia conseguir, por dividir os estresses diários, alegrias e por compartilhar conhecimento, vivências e experiências. Vocês são incríveis! Sonhamos juntas e seguimos! Obrigada pela parceria, ela tornou tudo mais leve.

*“Toda vez que uma mulher se defende, sem  
nem perceber que isso é possível, sem  
qualquer pretensão, ela defende todas as  
mulheres. ”*

**Maya Angelou**

FERNANDES, BEATRIZ LOURENÇO. **Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em Enfermagem**, 2024. 157f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

## RESUMO

A violência de gênero perpetrada às mulheres jovens nas universidades é sustentada pela cultura machista e patriarcal que legitima e naturaliza o fenômeno, tornando-as vulneráveis às agressões, com repercussões negativas à saúde e no seu desempenho acadêmico. O objeto deste estudo é a violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem, tendo como objetivos: identificar o conhecimento que as jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem possuem acerca da violência de gênero; discutir os tipos e formas de violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; analisar as repercussões da violência de gênero na saúde e vida acadêmica das jovens universitárias. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa, realizada na Escola de Enfermagem de uma universidade federal localizada no Rio de Janeiro. A coleta de dados ocorreu entre os meses de janeiro a junho de 2023, após aprovação do Parecer Consubstanciado do CEP UNIRIO, CAAE nº 65986022.2.0000.5285. Participaram da pesquisa 22 mulheres jovens entre 18 e 24 anos, matriculadas no curso de Graduação em Enfermagem, a partir do sétimo período, em condições físicas e psicológicas para participar voluntariamente da pesquisa, por meio de entrevista individual e semiestruturada. Foram excluídas mulheres que não estavam em condições físicas e/ou psicológicas para participar da pesquisa. A análise dos dados foi realizada a partir da análise temática, emergindo uma grande categoria: “Vivências de jovens universitárias do curso de graduação em Enfermagem acerca da violência de gênero contra a mulher”, a qual foi dividida em duas subcategorias: “Conhecimento das jovens universitárias acerca da violência de gênero contra a mulher” e “Vivências das violências de gênero por jovens universitárias do curso de enfermagem”. Os resultados revelaram que a maioria das jovens era branca, possuía religião, heterossexual, solteira, utilizavam algum método contraceptivo e nuligesta. As participantes mostraram-se com conhecimento limitado quanto os tipos e formas da violência contra a mulher à luz da Lei Maria da Penha. Muitas jovens foram expostas à violência intrafamiliar ou doméstica durante a infância e adolescência. Algumas vivenciaram as diversas formas de violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo. Houve relatos de assédio sexual e moral nas escolas e universidade. Situações que repercutiram negativamente na vida acadêmica e saúde das participantes. Portanto, enfatiza-se a necessidade de incorporar essa temática dentro das universidades, de forma que as informações e reflexões façam parte dos cursos de graduação, especialmente os da área da Saúde. Para tal, há necessidade incluí-la à comunidade acadêmica, por meio de oficinas pedagógicas entre os docentes e discentes, em seminários, workshops, grupos de estudo e outras atividades. Situação que contribuirá para a construção de um ambiente mais seguro e inclusivo, que garanta os direitos humanos das mulheres nas universidades.

**Descritores:** Conhecimento. Universidade. Saúde da Mulher. Violência de Gênero. Violência Contra a Mulher.

FERNANDES, BEATRIZ LOURENÇO. **Gender-based violence experienced by young undergraduate Nursing students**, 2024. 157f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

### ABSTRACT

Gender-based violence perpetrated against young women in universities is sustained by the sexist and patriarchal culture that legitimizes and naturalizes the phenomenon, making them vulnerable to aggression with negative repercussions on their health and academic performance. The object of this study is the gender-based violence experienced by young female undergraduate nursing students, with the following objectives: identifying the knowledge that young female undergraduate nursing students have about gender-based violence; discussing the types and forms of gender-based violence experienced by young female undergraduate nursing students; analyzing the repercussions of gender-based violence on the health and academic lives of young university students. This is a descriptive, exploratory research with a qualitative approach, carried out at the School of Nursing of a federal university located in Rio de Janeiro. Data collection took place between January and June 2023, after approval of the Consubstantiated Opinion of CEP UNIRIO, CAAE nº 65986022.2.0000.5285. Twenty-two young women aged 18 to 24 years, who were enrolled in the Undergraduate Nursing course from the seventh period onwards and in physical and psychological conditions to voluntarily participate in the research, participated through individual and semi-structured interviews. Women who were not in physical and/or psychological conditions to participate in the research were excluded. Data analysis was carried out based on thematic analysis, emerging a major category: “Experiences of young undergraduate nursing students regarding gender-based violence against women,” which was divided into two subcategories: “Knowledge of young female undergraduate nursing students about gender-based violence against women” and “Experiences of gender-based violence by young female nursing students.” The results revealed that most of the young women were white, religious, heterosexual, single, used some form of contraception, and were nulliparous. The participants showed limited knowledge regarding the types and forms of violence against women in light of the Maria da Penha Law. Many young women were exposed to intrafamilial or domestic violence during childhood and adolescence. Some experienced various forms of gender-based violence perpetrated by an intimate partner. There were reports of sexual and moral harassment in schools and universities. These situations had negative repercussions on the academic life and health of the participants. Therefore, it is emphasized the need to incorporate this theme within universities so that information and reflections are part of undergraduate courses, especially those in the health area. To this end, there is a need to include it in the academic community through pedagogical workshops among teachers and students, in seminars, workshops, study groups, and other activities. This situation will contribute to the construction of a safer and more inclusive environment that guarantees the human rights of women in universities.

**Keywords:** Knowledge. University. Women's Health. Gender-Based Violence. Violence Against Women.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Síntese dos artigos selecionados de acordo com o título do estudo, ano de publicação, objetivo e nível de evidência.....	21
Quadro 2– Agrupamento de unidades temáticas em eixos temáticos .....	60
Quadro 3 - Perfil das mulheres graduandas em Enfermagem segundo idade, curso, cor, orientação sexual, endereço, entre outras informações. Rio de Janeiro/RJ, jan/23. ....	151

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Fluxograma das etapas..... 21

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDENF	Base de Dados de Enfermagem
CEAM	Centro Especializado de Atendimento à Mulher
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEAP	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de ensino superior
IST	Infeção Sexualmente Transmissível
LEGS	Laboratório de Estudos em Gênero, Saúde e Diretos Sexuais e Reprodutivos
LESFEM	Laboratório de Estudos de Femicídios
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	Literatura Internacional em Ciência da Saúde
MeSH	<i>Medical Subject Heading</i>
MFB	Monitor de Femicídios no Brasil
NuPEEMC	Núcleo de Pesquisa e Experimentação e Estudos em Enfermagem na Área da Mulher e da Criança
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PPGENF	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
PUBMED	<i>U.S. National Library of Medicine</i>
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VCM	Violência Contra Mulher
VIVA	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes
VO	Violência Obstétrica
VPI	Violência por Parceiro Íntimo

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	13
1. INTRODUÇÃO .....	13
1.1. INTRODUÇÃO À TEMÁTICA .....	13
1.2. PROBLEMÁTICA .....	14
1.3. JUSTIFICATIVA .....	19
1.4. RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO .....	28
CAPÍTULO II.....	30
2. BASES CONCEITUAIS.....	30
2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO UMA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 30	
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER.....	34
2.3 TIPOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER .....	39
2.4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO .....	41
2.5 REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO À SAÚDE DA JOVEM UNIVERSITÁRIA .....	50
CAPÍTULO III .....	54
3. METODOLOGIA .....	54
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	54
3.2 CENÁRIO DA PESQUISA .....	55
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	55
3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO .....	55
3.5 COLETA DE DADOS .....	56
3.6 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS .....	58
3.7 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	59
CAPÍTULO IV .....	64
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	64
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES.....	64
4.1.1 CARACTERÍSTICAS DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA .....	69
4.2 CATEGORIA - Vivências de jovens universitárias do curso de Enfermagem acerca da violência de gênero .....	72
4.2.1 – SUBCATEGORIA - Conhecimento de jovens universitárias do curso de Enfermagem acerca da violência de gênero .....	72
4.2.2 - SUBCATEGORIA - Vivências de violências de Gênero por jovens universitárias do curso de Enfermagem e suas repercussões à saúde e na vida acadêmica.....	79
4.2.2.1 – Vivências de violência de gênero no âmbito intrafamiliar e doméstico.....	79
4.2.2.2 – Vivências de violência de gênero nas escolas de ensino fundamental .....	83
4.2.2.3 – Vivências de violência de gênero no âmbito da universidade.....	85
4.2.2.4 – Vivências de violência perpetrada por parceiro íntimo .....	95
4.2.2.5 – Repercussões da violência de gênero à saúde e na vida acadêmica das jovens universitárias.....	106

CAPÍTULO V.....	115
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
6. REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	144
APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	149
APÊNDICE C - QUADRO - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO.....	151
ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA.....	152
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO CEP UNIRIO.....	153

## CAPÍTULO I

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1. INTRODUÇÃO À TEMÁTICA

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem. A motivação pela temática resulta da minha trajetória profissional entre os anos de 2020 – 2022, quando ingressei na Pós-graduação nos Moldes de Residência em Médico-Cirúrgica e pude presenciar mulheres jovens em situação de violência de gênero. Estas mulheres, eram as enfermeiras do próprio hospital e amigas da graduação, que vivenciavam as diversas situações de desigualdades de gênero por parte de familiares, companheiros e colegas de profissões. Fato que me inquietou a desenvolver um trabalho de conclusão de curso que abordasse a mulher em situação de violência doméstica no contexto da pandemia de Covid-19.

No final de 2021, ingressei como aluno especial na disciplina Cultura, Sociedade e Família: Bases Teóricas e Filosóficas do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – PPGENF da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. As reflexões e debates durante este período me possibilitou ter um maior contato com a temática de “gênero”, despertando-me o desejo de ingressar no Mestrado acadêmico para aprofundar conhecimentos acerca da violência contra a mulher (VCM).

Nesse sentido, no meu convívio com outras mulheres no período universitário, também observei que a violência de gênero estava presente no cotidiano feminino das discentes, sendo comuns relatos das mais diversas formas de agressões, tais como a violência sexual por namorados e amigos, onde a violência psicológica e as agressões físicas estavam presentes. Situações que a maioria das mulheres, não denunciava os agressores, por medo da morte, do julgamento social e de ser desacreditadas pelos profissionais que poderiam auxiliá-las.

Vale destacar a situação de duas colegas de profissão, que passaram por situações de violência sexual na infância. Uma delas superou o trauma e seguiu a vida, sem deixar que esta situação, influenciasse negativamente na sua vida adulta. A outra,

não conseguiu superar os traumas e apresentava dificuldades para se relacionar intimamente com homens.

Ademais, a escolha deste objeto de estudo surge da minha experiência, como enfermeira e mulher, tendo ciência que os impactos da violência de gênero na vida dos indivíduos repercutem na saúde e bem-estar. Como profissional da área da saúde, percebo a importância de compreender as vivências das jovens universitárias, em especial, as discentes do curso de enfermagem, a fim de contribuir na conscientização, prevenção e intervenção deste fenômeno, que representa um grave problema de saúde pública. Desta forma, favorecer um ambiente acadêmico mais seguro e saudável para as universitárias.

## **1.2. PROBLEMÁTICA**

A violência é caracterizada por fenômenos multifacetados, com raízes biológicas, psicológicas, sociais e ambientais, que resulta da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais. Compreender como esses fatores estão correlacionados à violência é um dos passos relevantes na abordagem de saúde pública para evitar que violência aconteça (Souza; Souza, 2019).

Quanto à VCM, trata-se de um fenômeno persistente e generalizado em diversas sociedades. Estudos apontam que que uma em cada três mulheres já vivenciou alguma forma de violência ou abuso ao longo de suas vidas. Geralmente, o agressor é alguém conhecido da vítima, o que tende a resultar em subnotificação, especialmente em comunidades onde a VCM é considerada um fenômeno normal (Souza; Souza, 2019; Cruz; Irfi, 2019).

A pesquisa "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil", conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que aproximadamente 18,6 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de violência em 2022. De acordo com o levantamento, 28,9% das mulheres no Brasil sofreram algum tipo de violência em 2022, representando a maior prevalência já registrada. Os resultados indicam que 11,6% das mulheres entrevistadas foram vítimas de violência física, totalizando cerca de 7,4 milhões de brasileiras. Isso implica que, em média, 14 mulheres foram agredidas com tapas, socos e pontapés por minuto. Dentre outras formas de violência mencionadas, as mais comuns incluíram ofensas verbais (23,1%), perseguição (13,5%), ameaças de violência física (12,4%), ofensas sexuais (9%), espancamento ou tentativa

de estrangulamento (5,4%), ameaça com faca ou arma de fogo (5,1%), lesões causadas por objetos atirados (4,2%) e esfaqueamento ou tiro (1,6%) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

O Laboratório de Estudos de Femicídios (LESFEM) apresentou dados de todo o país, coletados pelo Monitor de Femicídios no Brasil (MFB). Durante o período de janeiro a julho de 2023, o Brasil registrou 1.153 casos de femicídio (Laboratório de Estudos de Femicídios, 2024). Nesse mesmo contexto, em 2019, foi observado um aumento na incidência de violência dirigida a mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, assim como a mulheres negras (Engel, 2020). Essas constatações revelam a complexidade e a persistência de desafios relacionados à violência a mulher no país.

No âmbito da violência de gênero, ela compreende a violência contra as mulheres como um fenômeno relacionado à desigualdade de gênero, ou seja, com a transgressão de qualquer aspecto da integridade feminina. Essa forma de violência pode se manifestar através de meios físicos, sexuais, psicológicos, patrimoniais ou mesmo por meio de assédio moral, manifestando-se tanto em contextos privados e familiares quanto em locais de trabalho e espaços públicos. É importante ressaltar que a violência de gênero tende a impactar de maneira predominante as mulheres, uma vez que isso decorre da construção histórica dos corpos femininos e da presença do fenômeno patriarcal, que estabelecem relações desiguais de poder entre homens e mulheres, fundamentadas na distinção de gênero (Tassinari *et al.*, 2022).

O conceito de gênero envolve a criação social de atributos que estabelecem diferenças entre homens e mulheres, incluindo normas, interações e funções atribuídas a cada grupo, as quais variam de uma cultura para outra. Sob essa ótica, embora, na perspectiva de uma sociedade marcada pelo machismo e patriarcado, sejam predominantemente homens os principais perpetradores, não se pode descartar a possibilidade de que mulheres também desempenhem esse papel, manifestando diversas formas de agressão em relação aos seus parceiros. Destacam-se especialmente a violência psicológica e a associação de consumo de álcool e drogas com essa prática (World Health Organization-WHO, 2021; Kisa; Zeyneloğlu, 2019).

A representação da identidade de gênero feminino na sociedade do século XXI continua a enfrentar desafios constantes, destacando a necessidade premente de discussões em vários âmbitos, tanto públicos quanto privados. Além disso, são observadas as relações de poder inerentes às sociedades patriarcais e a disseminação de discursos que buscam diminuir a figura feminina de diversas formas, limitando o

reconhecimento das conquistas alcançadas por indivíduos que se identificam com o gênero feminino (Gabriel; Gabriel, 2022).

No que diz respeito à violência nas universidades, a definição e a mensuração dessa forma de violência de maneira comparável entre diferentes estudos representam um desafio complexo. Isso se deve à diversidade de sujeitos envolvidos, tipos de violência e contextos nos quais ocorrem, sendo a questão do sub-registro um fator central. As investigações preliminares concentram-se principalmente em estudantes e revelam taxas alarmantes, mas há relatos de ocorrências envolvendo professores tanto na graduação quanto na pós-graduação, que frequentemente são mais difíceis de formalizar devido à substancial discrepância de poder e ao receio de retaliação institucional (D'Oliveira, 2019; Miskolci; Pereira, 2019).

As manifestações de violência de gênero contra as mulheres nas universidades possuem características específicas, muitas vezes incluindo assédio moral, ameaças, humilhações e violência sexual. Os cenários nos quais ocorrem são bastante variados e podem abranger desde atividades de integração e festas até clubes esportivos, salas de aula, viagens de campo e acomodações estudantis (D'Oliveira, 2019). Ressalta-se ainda que, a violência sexual que acontece dentro dos muros das universidades, na maioria dos casos, é vista de forma neutralizada. Tornando a vida dessas mulheres cercada de sofrimento, medo e com diversos danos físicos e psicológicos. A vista disso, os danos gerados pela violência de gênero, impacta diretamente no desenvolvimento acadêmico e na rede social das mulheres no âmbito universitário, configurando-se uma barreira nas suas aspirações educacionais e profissionais, além de acarretar comprometimento de sua saúde e bem-estar social (Tassinari *et al.*, 2022).

No contexto das universidades dos países da América Latina tem ocorrido frequentemente denúncias de assédio sexual praticadas contra as mulheres universitárias. Com destaque para as universidades brasileiras há relatos de vários casos de violência de gênero contra mulheres, sobressaindo violência física, sexual, psicológica, racial, de orientação sexual as quais acontecem nos espaços universitários (Souza *et al.*, 2021).

No estudo desenvolvido na universidade do Piauí realizado com 139 mulheres, revela que três em cada dez mulheres sentem-se inseguras no campus. Entre os principais fatores estão: a vulnerabilidade da segurança; estrutura do campus, como o isolamento e baixa iluminação; o sentimento de insegurança generalizada; o assédio sexual; e a violência já presenciada dentro do campus. Aproximadamente 50% das

entrevistadas expressaram medo de serem identificadas e retaliadas pelos agressores (Souza; França; Pereira, 2020).

Estudo conduzido nas universidades do estado de São Paulo, trouxe à luz as manifestações de violência ocorridas no contexto das interações acadêmicas. Além disso, a pesquisa possibilitou a identificação de variadas formas de violência contra mulheres presentes no ambiente universitário, como incidentes de violência sexual em festas, práticas que foram categorizadas como tortura, difusão de letras de músicas de grupos musicais com conteúdo discriminatório voltado para mulheres e indivíduos negros durante festas e eventos esportivos. A pesquisa também expôs casos de violência e discriminação ligados a questões raciais envolvendo tanto professores quanto professoras, além de funcionários e funcionárias (Maito *et al.*, 2019a).

Neste sentido, a hierarquia social imposta pelo racismo afeta a população negra de maneira ampla e, especialmente, incide de forma contundente sobre as mulheres negras. O tom da pele e/ou as características físicas se transformam em barreiras fundamentais para a entrada e permanência desses indivíduos em instituições, incluindo aquelas que integram o cenário educacional público e privado do Brasil. Esse fenômeno é particularmente visível no âmbito do Ensino Superior, onde atua para perpetuar e moldar a estrutura e as operações do Estado, bem como suas instituições e políticas públicas. Conseqüentemente, uma hierarquia racial é gerada e mantida, relegando os negros e as negras à base dessa pirâmide (Valério *et al.*, 2021).

Assim, as concepções subjacentes através das quais os elementos de gênero, raça e classe, que também podem interagir com outros elementos sociais, são percebidos e manipulados na sociedade de cunho colonialista/capitalista em que estamos inseridos têm um impacto direto sobre o acesso e a integração das mulheres negras no Ensino Superior. Isso resulta na imposição de obstáculos ao progresso acadêmico e à permanência delas nas universidades (Amorim *et al.*, 2020).

De acordo com o estipulado na Convenção de Belém do Pará, as universidades no Brasil podem ser responsabilizadas pela violência contra mulheres que ocorre em suas instalações. Isso se fundamenta no fato de que, ao ratificar essa convenção, o Brasil se comprometeu a garantir às mulheres uma vida sem violência, e assumiu a obrigação de prevenir, punir e eliminar a violência direcionada a mulheres (Brasil, 1996).

A ocorrência desta modalidade de violência institucional nas universidades decorre das práticas jurídicas de combate à VCM, as quais persistem impregnadas por uma cultura sexista. Essa cultura ainda não assimilou de maneira integral a abordagem

sistemática de proteção aos direitos humanos das mulheres, conforme preconizado pelas convenções internacionais das quais o Brasil faz parte (Nascimento, 2021).

Ainda no âmbito universitário, segundo pesquisa realizada, destaca que durante viagem do Instituto Federal do Piauí ao Tocantins, três estudantes doparam e estupraram uma aluna. No Centro Universitário São Lucas de Rondônia, um aluno abusou de uma estudante durante a aula. No colégio universitário da Universidade Federal do Maranhão, um professor de química prometeu pontos extras por sexo a 15 alunas. No Centro Universitário Estácio da Bahia, um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um aluno estuprou uma estudante durante a festa dos calouros (Lima *et al.*, 2020).

Uma outra questão que se manifesta nas universidades é a ocorrência de trotes violentos. Dentro do cenário brasileiro, os trotes são rituais realizados em várias instituições de ensino superior, sendo considerados como parte de uma tradição, um rito de passagem e, simultaneamente, uma oportunidade de integração na comunidade acadêmica. Apesar de envolverem em sua maioria brincadeiras e celebrações, tais práticas podem indicar uma falta de atenção com os estudantes, uma vez que os calouros frequentemente são alvo de tratamento desrespeitoso por parte de alguns veteranos. Estes últimos os designam pelo termo "bixos" e os tratam de forma degradante, assemelhando-os a animais que devem ser submetidos a métodos constrangedores ou violentos (Aguilar; Fermé, 2023).

Essas condutas adquirem uma eficácia notável e se arraigam profundamente à medida que são aceitas e consideradas normais pela sociedade em si. Quando indagados sobre as ações que adotam durante os rituais de trote, os estudantes mais experientes frequentemente respondem com justificativas como "é apenas uma brincadeira", "não causa dano algum" ou "nós também passamos por isso". Essas várias racionalizações têm o propósito de encobrir práticas que claramente refletem a desumanização do indivíduo (Rodrigues *et al.*, 2020).

Frente à realidade enfrentada pelas jovens diante da violência de gênero que vivenciam nas universidades e ao longo da vida, estabelecemos alguns pressupostos fundamentais, que incluem a compreensão dos elementos conceituais e contextuais que sustentam a VCM, levando em consideração as repercussões negativas à saúde dessas jovens.

Diante da situação problema delineada, apresentam-se as seguintes questões norteadoras que fundamentam essa pesquisa:

1. Qual o conhecimento que as universitárias de enfermagem possuem acerca da violência de gênero?
2. Quais os tipos e formas de violência de gênero vivenciadas por jovens universitárias de enfermagem?
3. Quais as repercussões da violência de gênero na saúde e na vida acadêmica das jovens universitárias de enfermagem?

Considerando esses questionamentos, foram definidos os seguintes objetivos:

1. Identificar o conhecimento que as jovens universitárias de enfermagem possuem acerca da violência de gênero;
2. Discutir os tipos e formas de violência de gênero vivenciadas por jovens universitárias de enfermagem; e
3. Analisar as repercussões da violência de gênero na saúde e vida acadêmica das jovens universitárias de enfermagem.

### **1.3. JUSTIFICATIVA**

A realização desta pesquisa se justifica pela produção ainda incipiente sobre essa temática, considerando a magnitude e o impacto da violência de gênero na vida das mulheres, especialmente dentro do ambiente acadêmico. Além disso, destaca-se a importância de os profissionais se capacitarem e aperfeiçoarem seus conhecimentos, visando melhorar a assistência prestada. Assim, realizou-se um estudo de revisão integrativa com o objetivo de fazer um levantamento das publicações nacionais e internacionais existentes sobre a temática em questão.

Dessa forma, a pergunta que norteou a busca foi: “Qual o conhecimento de jovens universitárias acerca da violência de gênero contra a mulher? ”. O levantamento foi realizado pela Internet, através das seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual de saúde (BVS) através da Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS) e U.S. National Library of Medicine (PUBMED). Os idiomas escolhidos para a utilização da busca foram: Inglês, espanhol e português. Foram selecionados os MeSH Terms (Medical Subject Heading) para a busca no PubMed: “Knowledge”, “Universities”, “Women’s Health”, “Gender-Based Violence “,

“Violence Against Women”. Na BVS utilizou-se os seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DECS): “Conhecimento”, “Universidade”, “Saúde da Mulher”, “Violência de Gênero”, “Violência Contra a Mulher”.

O recorte temporal foi do ano de 2017 a 2022. Para organização da busca estabeleceram-se os seguintes critérios de inclusão de acordo como o escopo da pesquisa: artigos disponíveis eletronicamente na íntegra no idioma português, espanhol e inglês, obedecendo ao recorte temporal. Foram excluídos os artigos de revisão de literatura, documentos do tipo tese, dissertação e monografia.

Para análise foram realizados cruzamentos a cada grupo de três descritores, com o objetivo de alcançar estudos elegíveis. Essas combinações foram realizadas sem a aplicação de critérios de inclusão, utilizando operadores booleanos AND/OR, resultando em um total de 37.119 publicações.

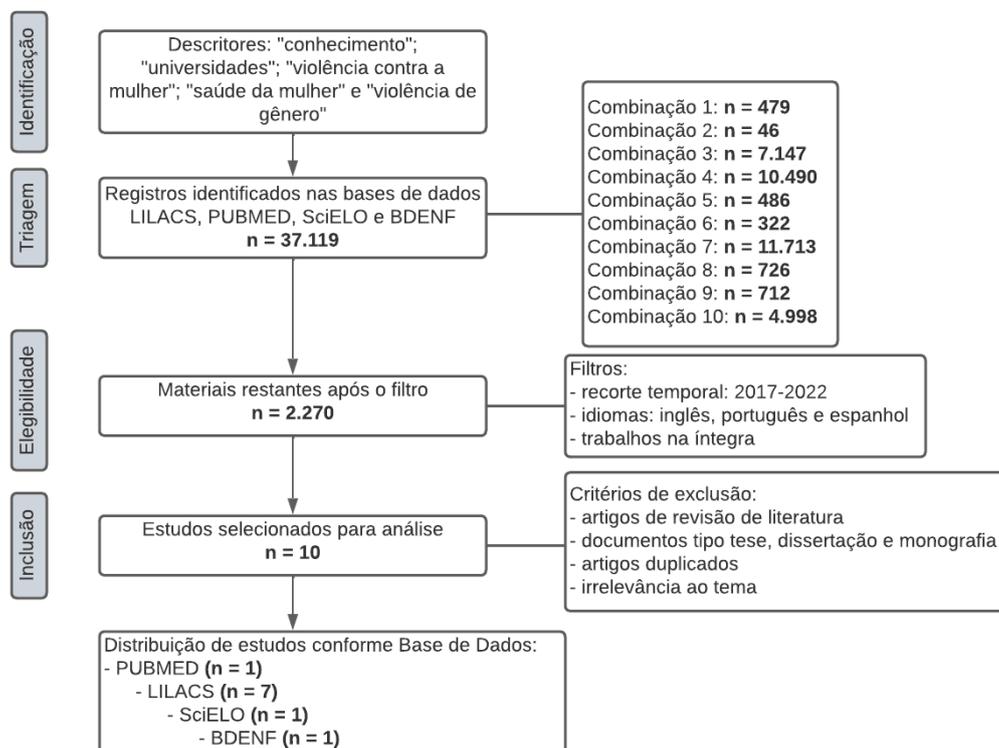
Com posterior aplicação dos critérios de inclusão, foram selecionados 2.270 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 25 artigos. Após, a realização completa dos textos, 10 responderam à pergunta norteadora dessa busca.

Desse total, um (1) foi na PubMed, sete (7) na LILACS, um (1) na BDENF e um (1) na Scielo, conforme a Figura 1 que detalha o fluxograma de busca.

Dos estudos apresentados, oito (8) eram do Brasil, um (1) do México e um (1) da Espanha. A metodologia utilizada nos estudos variou, entre três (3) artigos com abordagem qualitativa descritiva, três (3) com abordagem apenas qualitativa, dois (2) com abordagem qualitativa exploratória, um (1) com abordagem qualitativa descritiva – exploratória e (1) que abordou método quanti-qualitativo.

A seguir foi construído um instrumento a fim de exibir os principais dados coletados, agrupando em um mesmo quadro as informações mais relevantes acerca dos estudos selecionados, como: título do artigo, ano de publicação, periódico publicado, objetivo, método e resultados do estudo (**Quadro 1**).

**Figura 1 - Fluxograma das etapas.**



Fonte: Elaboração própria (2022).

**Quadro 1 – Síntese dos artigos selecionados de acordo com o título do estudo, ano de publicação, objetivo e nível de evidência**

Ordem Ano	Título	Periódico	Objetivo	Método	Resultado
A3-2021	Being a woman and studying laws: anthropological approaches to harassment and their resistance at a public university in Mexico City, Mexico	Nacional Library of Medicine	Descrever práticas de assédio no ensino superior e explicar por que elas são consideradas como algo natural, além de documentar formas de resistência relatadas por alguns estudantes e professores.	Pesquisa qualitativa, foram realizadas nove entrevistas com estudantes que haviam vivenciado assédio em uma universidade pública de direito na Cidade do México, México, além	Algumas estudantes consideravam o assédio aceitável, integrando-o como parte de sua vida acadêmica, e tinham dificuldade em distinguir diferentes formas de violência no ambiente universitário.

				de entrevistas com três estudantes do sexo masculino e duas professoras do sexo feminino.	
A3-2020	Perception of Gender-Based Violence and Sexual Harassment in University Students: Analysis of the Information Sources and Risk within a Relationship	Nacional Library of Medicine	Analisar o nível de conhecimento sobre violência de gênero e/ou perseguição sexual, as fontes de informação mais amplamente utilizadas para desenvolver esse conhecimento e as crenças sobre situações de risco em relacionamentos.	Análise descritiva, comparativa e correlativa. Estudo realizado com 268 estudantes de Ciências e Ciências Sociais na Universidade de Córdoba (Espanha)	O conhecimento sobre violência de gênero e assédio sexual está relacionado à percepção de risco, especialmente entre as mulheres. Essa percepção é maior em estudantes mais informados. O treinamento em questões de gênero é considerado fundamental no ambiente universitário.
A3-2019	Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília – Epistemicídio, racismo e machismo	Psic. Rev. São Paulo	Identificar, sob a ótica da psicodinâmica do trabalho, a dinâmica de prazer e sofrimento e as estratégias de mediação de estudantes negras de graduação.	Pesquisa qualitativa. meio de análise no software Iramuteq.	O epistemicídio e racismo institucional que ocorreram quando a presença na universidade e conhecimentos da população negra não foram legitimados.
A3-2018	Representação da violência doméstica contra a	Revista Gaúcha de Enfermagem	Identificar e comparar a estrutura e conteúdo das representações	Estudo qualitativo, em Rio Grande/RS, com 132	Os resultados apontam que uma diferenciação é observada

	mulher: comparação entre discentes de enfermagem		da violência doméstica contra a mulher entre discentes das séries iniciais e finais de um curso de graduação em Enfermagem.	discentes de enfermagem, sendo 71 das séries iniciais e 61 das finais. Para o tratamento dos dados utilizaram-se o <i>software</i> EVOC e análise de conteúdo.	entre estudantes das séries finais, que utilizam termos do conhecimento estruturado, e estudantes das séries iniciais, baseiam-se mais no senso comum.
A3- 2018	Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitário s	Revista Psicologi a e Saúde	Investigar a violência contra mulheres no namoro de estudantes universitário s.	Foi realizada pesquisa quanti- qualitativa com uso de questionário online. A amostra (n=47) foi composta por sujeitos do sexo masculino, maiores de 18 anos e heterossexuais.	Os participantes identificaram mais facilmente como violento os comportament os que acarretavam danos visíveis ou corporais. Enquanto, as ofensas de caráter subjetivo foram as mais prevalentes, apesar de menos percebidas como abusivas.
B1- 2019	Psicologia e políticas públicas de enfrentamen to à violência contra mulheres: experiências de universitário s	Psicologi a revista	O estudo teve por objetivo investigar a atuação da psicologia frente à violência contra mulheres (VCM) nas políticas públicas de saúde, assistência social e justiça	Tratou-se de pesquisa de campo, com metodologia qualitativa. A amostra foi composta por 10 estudantes de psicologia. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas. Foi realizada análise de	Verificaram-se dificuldades em identificar as categorias gênero, VCM e políticas públicas, assim como precário conhecimento sobre a rede intersetorial de atendimento às mulheres. Perceberam-se fragilidades no

			em um município do sudoeste goiano.	conteúdo.	processo de formação profissional.
B1-2020	Compromissos diante da violência doméstica: olhar de universitários como cidadãos e futuros profissionais	Revista Eletrônica de Enfermagem	Analisar o conhecimento de universitários sobre os compromissos, profissionais e cidadãos, diante da violência doméstica contra a mulher	Pesquisa qualitativa realizada nas casas do estudante da Universidade Federal do Rio Grande, em Rio Grande/RS, no ano de 2019. Foram convidados, aleatoriamente, dois homens e duas mulheres de cada casa, totalizando 28 participantes. Todos responderam a entrevistas semiestruturadas e o corpus foi analisado segundo a Análise de Conteúdo.	Estudantes das Ciências Exatas e das Engenharias possuíam dificuldades em relacionar o tema ao curso de formação, justificando a falta de abordagem durante a graduação pelos docentes, bem como pela falta de material específico na área. Outros mencionaram a necessidade de debater a violência no núcleo profissional. As mulheres dessas áreas eram mais sensíveis ao tema.
B1-2020	Formação profissional e violência sexual contra a mulher: desafios para a graduação em enfermagem	Esc. Anna Nery	Compreender os sentidos da violência sexual contra a mulher na visão de alunos, professores e gestores universitários da graduação em Enfermagem; e entender de	Estudo qualitativo, cuja coleta de dados ocorreu no período de março a novembro de 2018, por meio de entrevistas com dez discentes, dez docentes e sete gestores de duas	Os discentes consideram difícil a abordagem da temática. Os depoimentos referiram a importância da temática ser abordada na Graduação, de tal modo que contribua para

			que modo os conteúdos sobre esta temática são abordados nos cursos de graduação em Enfermagem nas Instituições de Ensino Superior.	Instituições privadas.	sua formação profissional.
B3-2019	Violência contra a mulher: a percepção dos graduandos de Enfermagem	Journal of Nursing and Health	Conhecer as percepções dos graduandos em Enfermagem sobre violência contra a mulher.	Estudo qualitativo realizado com 16 graduandos em Enfermagem entre abril e junho de 2016. Dados coletados por entrevista e realizada a análise de conteúdo.	Os entendem a importância do papel do enfermeiro na atenção às mulheres em situação de violência.
B3-2019	Conhecimento de acadêmicos de enfermagem acerca da violência contra a mulher	Revista Nursing	Identificar o conhecimento de acadêmicos de enfermagem acerca da temática violência contra a mulher.	Estudo do tipo descritivo de abordagem qualitativa	A formação profissional na Área da Saúde para cuidar de mulheres vítimas acometida pela violência ainda é insatisfatória. A maioria dos Acadêmicos de Enfermagem afirmou que os conhecimentos específicos dos acadêmicos sobre o tema violência contra mulher, foram de forma superficial.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Após a leitura na íntegra dos artigos selecionados, os resultados revelaram que quanto ao conhecimento das relações de poder entre os gêneros que envolvem os relacionamentos, Sobrinho et al. (2019) aponta que a população universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) detinham maior conhecimento que a população heterossexual sobre o reconhecimento das relações de poder desiguais entre os sexos. Neste mesmo estudo (2019) o autor acrescenta que os discentes relacionavam a violência de gênero não como algo que é voltado apenas contra a mulher, mas para tudo que envolvia o feminino, sendo praticada, principalmente por homens. No estudo desenvolvido por Souza e Souza, (2019) e Sobrinho *et al.* (2019) verificou-se nos discursos das participantes confusão conceitual e dificuldade em nomear a categoria gênero, interpretada erroneamente como identidade, orientação afetivo-sexual e sexo biológico, visão restrita ao binarismo feminino/masculino.

No que tange aos sentimentos que envolvem a violência de gênero, o estudo Osuna-Rodríguez *et al.* (2020), Sobrinho *et al.* (2019) e Oliveira, Nunes e Antloga (2019) evidencia que os participantes demonstraram ter maior conhecimento de situações de ciúmes ou sentimentos possessivos, seguido de comentários machistas, controle constante das atividades ou das relações com outras pessoas, ataques psicológicos, comentários obscenos, rumores ou ataques à sua vida sexual.

Quanto ao conhecimento quanto as questões raciais, o estudo desenvolvido por Oliveira; Nunes; Antloga (2019) desvelaram que as estudantes não reconhecem políticas que auxiliam a sua permanência e o seu bem-estar nas instituições acadêmicas, o que facilita que o processo de evasão dessa população ocorra com mais frequência, além de aumentar o sofrimento delas devido a negligência quanto a ocorrência de violência no espaço acadêmico. A vida acadêmica é entendida pelas mulheres como uma circunstância hostil do qual elas se sentem desprezadas, o que pode estar associado a práticas heteronormativas que procuram definir o comportamento dos alunos de acordo com códigos de gênero e classe social (Hernández-Rosete; Gómez-Palacios, 2021; Oliveira; Nunes; Antloga, 2019).

Já o estudo (Souza; Pascoaleto; Mendonça, 2018) desenvolvido com participantes do sexo masculino mostrou que os participantes se identificaram naturalmente como violento. A violência física foi a forma mais reconhecida, no entanto, as ofensas verbais foram as mais predominantes, porém não mencionadas como abusivas pelos participantes. As violências moral e psicológica foram mostradas

como as formas de violência contra mulheres mais presentes nas relações de namoro dos participantes, seguidas pelas sexual, física e patrimonial.

Pesquisas desenvolvidas por de Souza e Souza (2019), Silva *et al.* (2019), Acosta *et al.* (2020) e Aguiar *et al.* (2020) evidenciaram que, alunos da graduação relatam incipiência no processo de formação profissional para o enfrentamento da VCM. Afirmam ainda apresentarem dificuldades para identificar as categorias gênero, VCM e políticas públicas, assim como possui pouco conhecimento sobre as redes de atendimento às mulheres vítima de violência.

Estudo de Acosta *et al.* (2020) e Aguiar *et al.* (2020) destaca que, devido a temática ser abordada de maneira precária na graduação, os alunos podem apresentar dificuldades para a compreensão do fenômeno. O estudo também enfatiza ausência de sensibilidade de docentes em incluírem a temática na formação universitária.

Ao analisar as falas das discentes de enfermagem, as graduandas que cursavam as séries finais possuíam conhecimento mais estruturado sobre a violência doméstica contra a mulher, quanto as graduandas das séries iniciais predominam o conhecimento do senso comum (Silva *et al.*, 2018). Nos depoimentos nota-se o desconhecimento e insegurança por parte de alguns discentes no que se refere da abordagem, identificação, condução e encaminhamentos corretos dos casos de violência, relevando uma maior necessidade de inserir essa temática durante a graduação (Silva *et al.*, 2019; Aguiar *et al.*, 2020; Acosta *et al.*, 2020).

Notou-se que, embora as participantes conhecessem o conceito de violência de modo amplo, apresentaram dificuldade na identificação da ocorrência de VCM em seu local de prática profissional (estágio ou campo de extensão) por não saberem caracterizar o fenômeno (Souza; Souza, 2019; Sobrinho *et al.*, 2019).

Os Estudos de Sobrinho *et al.* (2019) e Aguiar *et al.* (2020) evidenciaram que os discentes do curso de Enfermagem apontaram que o conteúdo que abrange a violência contra a mulher deveria ser desenvolvido de forma transversal na graduação. abordar questões sociais. Por outro, evidencia-se a responsabilização dos professores por não abordarem o tema nessas áreas (Acosta *et al.*, 2020).

No estudo de Hernández-Rosete e Gómez-Palacios (2021) observou que os universitários do sexo masculino do curso de Direito são obrigados a frequentar as aulas de terno e gravata, e as mulheres de saia e salto alto. Relatam também um discurso altamente coercitivo, atravessado pelo gênero e classe social pelos professores. Além disso, também foi evidenciado que o assédio vem de várias formas, alguns professores

convidam abertamente seus alunos a se verem em contextos não acadêmicos e para fins sexuais (Hernández-Rosete; Gómez-Palacios, 2021; Osuna-rodríguez *et al.*, 2020).

Portanto, essa revisão apontou lacunas de conhecimento nas pesquisas nacionais e internacionais acerca do objeto do estudo, além de deter apenas um (1) estudo realizado com jovens universitárias negras, justificando a relevância de investir no aprofundamento de pesquisas em qualitativas sobre a temática.

#### **1.4. RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO**

É fundamental destacar a relevância desse estudo para o Ensino, Pesquisa, Extensão e a Assistência, com o propósito de ampliar e fomentar a discussão entre os profissionais da saúde, alunos da graduação e pós-graduação em Enfermagem dado que os resultados da pesquisa poderão ampliar os conhecimentos sobre as questões de gênero que envolve a VCM no contexto do ambiente universitário.

A visibilidade dessa temática contribuirá na formulação e na aplicabilidade das políticas públicas de saúde com intuito de oferecer subsídios, para melhoria do cuidado de enfermagem às mulheres vítima de violência de gênero.

Neste sentido, essa pesquisa oferece subsídios teóricos na área da saúde da mulher fortalecendo as discussões acadêmicas sobre a temática em tela. Outrossim, propicia a publicação de produções em eventos e periódicos de Enfermagem, disseminando os conhecimentos adquiridos ao longo dessa trajetória acadêmica.

Ademais, o resultado dessa investigação poderá embasar a construção de estratégias de prevenção a violência de gênero contra a mulher, para a exploração de novos conhecimentos acerca da temática no ambiente universitário, geração de novos espaços de discussão e de dispositivos de intervenção no que se refere assistência prestada a mulher vítima de violência de gênero.

Este estudo faz parte do Projeto institucional: “A saúde da mulher no seu ciclo vital: aspectos biológicos, sociais e culturais” inserido na Linha de Pesquisa: “Saúde, História e Cultura: Saberes em Enfermagem” e seus resultados estarão aprofundando discussões e reflexões no Núcleo de Pesquisa, Estudos e Experimentação em Enfermagem na Área da Saúde da Mulher e da Criança (NUPEEMC) do Departamento de Enfermagem Materno-infantil da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP) e do Laboratório de Estudos em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (LEGS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), colaborando com pontos

relevantes a serem implementados com ações específicas da violência de gênero contra a mulher.

No que tange a aplicabilidade do estudo na prática assistencial, o presente estudo possibilitará, dessa forma, a oportunidade de se conceber e experimentar modelos de decisão que possam dar visibilidade ao fenômeno aos jovens universitários. Além de auxiliar os profissionais da área da educação e gestores de enfermagem não apenas no processo de tomada de decisão como também no âmbito do desenvolvimento e implementação de novas políticas públicas eficazes para o enfrentamento do problema, com o objetivo maior de promover uma melhor qualidade de vida para as vítimas.

Acrescenta-se que a enfermagem executa um trabalho que permite a construção de elos de confiança e a reconstrução de conceitos modernos sobre a violência de gênero, com perspectivas em reduzir os índices deste agravo e mudar a atual realidade social. Para que o cuidado seja voltado às necessidades individuais e coletivas, podem ser elaborados planejamentos que tenham como propósito estimular uma efetiva assistência com qualidade e mais humanizada e segura.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam de maneira positiva para o ensino e pesquisa através do descobrimento de novas informações, exploração de novos conhecimentos que vão possibilitar o aprofundamento do tema e a geração de novos espaços de discussão. Contribuirá também na difusão da informação aos profissionais e acadêmicos para qualificação da assistência e na exposição de experiências que podem motivar outras mulheres estudantes a exporem mais suas vivências. Desta forma, espera-se que o estudo produza conhecimento adequado para a compreensão da temática de determinada realidade, fato, fenômeno ou relação social.

## CAPÍTULO II

### 2. BASES CONCEITUAIS

#### 2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO UMA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A VCM constitui um fenômeno complexo, fundamentado nas relações de gênero, e resulta em danos físicos, psicológicos e/ou sofrimento para a mulher. Essa problemática é global e tem suas raízes em dinâmicas de poder desiguais, configurando-se como um tipo de violência motivado pelo desequilíbrio de gênero. Ela tem início no âmbito familiar, onde as relações de gênero se estabelecem de maneira hierárquica (Santos *et al.*, 2020a).

Destaca-se que a violência por parceiro íntimo (VPI) é umas das formas mais frequentes de VCM praticada pelo cônjuge, ex-cônjuge e parceiro de namoro. Inicia-se geralmente na adolescência e nos primeiros anos da vida adulta, principalmente nas relações de coabitação e casamento. Caracteriza-se por comportamentos que gera dano físico, sexual, psicológico, incluindo atos de agressões físicas, coerção sexual e comportamentos controladores que ocorre dentro de uma relação íntima (Melo *et al.*, 2021).

Quanto ao local onde ocorrem as agressões e à relação entre a vítima e o agressor, tornam-se evidentes as particularidades da violência contra as mulheres. Entre as mulheres que foram vítimas de agressão física, 43% (465.985) estavam em suas próprias residências no momento do ocorrido. No caso dos homens, apenas 12,3% (177.634) encontravam-se em suas residências. Além disso, 48,9% (529.298) das mulheres foram agredidas em espaços públicos, e 6,3% (68.129) sofreram agressões nas residências de terceiros. Analisando a segmentação por raça, observa-se que 41,7% (197.758) das agressões contra mulheres brancas aconteceram em suas residências, enquanto 51,6% (244.864) ocorreram em locais públicos. No caso das mulheres negras, 44,1% (268.277) das agressões se deram nas residências e 46,7% (284.434) em espaços públicos (Engel, 2020).

No mundo, a maioria das pesquisas apontam para uma alta incidência da VCM nas diferentes classes sociais, culturas e raças. Nessa perspectiva, a violência atinge de maneira desigual as mulheres que vivem em países subdesenvolvidos. Os dados

mostram que aproximadamente 37% das mulheres que vivem nos países mais pobres sofreram violência física e/ou sexual por parte de seu parceiro ao longo da vida, com alguns desses países tendo uma prevalência de até uma em cada duas mulheres. As regiões da Oceania, Sul da Ásia e África Subsaariana têm os maiores índices de violência exercida por parceiro entre mulheres de 15 a 49 anos, variando de 33% a 51% (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021; OMS, 2021).

No que tange a realidade da violência na América Latina e Caribe, o feminicídio continua atingindo mulheres e meninas brutalmente a cada ano. Segundo os dados da Comisión Económica para América Latina e el Caribe (2021), ao menos 4.091 mulheres foram vítimas de feminicídio em 26 países, sendo 17 países da América Latina e 9 do Caribe em 2020. Diante desses dados alarmantes, torna-se necessário aumentar a conscientização sobre a violência contra as mulheres dentro da Região da América Latina e Caribe, e em todo o mundo para um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos.

Esse fenômeno social amplamente difundido tem um impacto significativo na saúde e no estilo de vida das mulheres. Os danos decorrentes dessa forma de violência têm o potencial de perdurar ao longo de toda uma vida e afetar várias gerações, resultando em consequências graves para a saúde, educação, emprego, criminalidade e bem-estar econômico de indivíduos, famílias, comunidades e sociedades. Portanto, constitui uma grande preocupação tanto para a população brasileira quanto para o setor de saúde, uma vez que pode resultar em mortes, traumas físicos e emocionais (Santos *et al.*, 2020b; Vigano; Laffin, 2019).

O conceito de gênero, ancorado no termo "relações de gênero", abarca a ideia de que os conceitos de masculino e feminino ultrapassam as categorias biológicas. Isso engloba as construções sociais que ditam os papéis considerados apropriados para homens e mulheres na sociedade, bem como as raízes sociais de suas identidades e subjetividades, e como essas se entrelaçam em um contexto de poder. Essa concepção se configura como uma estrutura linguística da sexualidade, não apenas regulando as relações entre homens e mulheres, mas também as interações entre indivíduos do mesmo gênero (Machado; Castanheira; Almeida, 2021).

A construção social do gênero também se manifesta por meio de representações em diversas esferas, discursos e práticas cotidianas e institucionais, inclusive no âmbito da saúde. Dessa forma, a violência de gênero abrange todo ato violento fundamentado no gênero, originando-se da supremacia que os homens exercem sobre as mulheres. Isso

resulta em várias formas de agressões contra as mulheres meramente por sua identidade de gênero, ocasionando sofrimento físico, sexual e psicológico. Essa violência deriva das desigualdades de poder entre homens e mulheres, advindas de uma sociedade sexista e patriarcal (Carvalho; Laguardia; Deslandes, 2022). Devido à recente conscientização sobre a violência de gênero como um problema de saúde pública, é comum encontrar profissionais que não conseguem identificá-la, desconhecem suas consequências para a saúde das mulheres e não se sentem habilitados para denunciar os casos de violência (Resende; Faria, 2021).

As estatísticas referentes à violência de gênero contra as mulheres continuam a apresentar um aumento, uma pesquisa aponta que cerca de 70% dos casos ocorrem no contexto familiar da vítima, muitas vezes perpetrados pelo cônjuge. Apesar dos avanços notáveis, ainda são observadas deficiências nos sistemas judiciais, nas medidas de proteção e na notificação de ocorrências de violência contra mulheres em diversas partes do mundo. Essa situação mantém as mulheres em uma posição vulnerável diante da violência de gênero (Gonçales; Ferreira, 2021).

No contexto histórico, os homens detiveram maior poder na vida pública e na vida afetivo-sexual, com também visibilidade social no desempenho das atividades profissionais. No mesmo momento em que, na construção do papel das mulheres foi vinculado as tarefas domésticas, como a criação dos filhos e cuidados com a família. Este é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos. As formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, mostra a essência dos fatos atinge uma quantidade relevante de mulheres e, neste sentido, só pode ser compreendida no contexto sócio-histórico-cultural, em que se insere as relações de gênero (Pordeus; Viana, 2021).

Sob a influência da pressão exercida pelos movimentos feministas, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1967, a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. Esse marco trouxe visibilidade à VCM nas esferas públicas, expondo inúmeros casos de violência perpetrada contra mulheres. Foi por meio desses movimentos sociais que as mulheres passaram a questionar os papéis sociais que lhes eram atribuídos unicamente por serem mulheres (Alencar; Locatelli; Aquino, 2020). A partir da década de 1980, os movimentos de combate à VCM ganharam força, levando a problemática a ser incorporada nos serviços

de saúde do Brasil e de outras nações. Esse movimento abrangeu diversas formas de agressões, incluindo abuso sexual e psicológico, bem como homicídios (Lopes, 2019).

No que tange a VCM, apesar de os homens usufruírem do privilégio da dominação masculina concedida pela sociedade patriarcal, nem todos desfrutam da mesma maneira, do mesmo modo que nem todas as mulheres se submetem igualmente. Em vista disso, pode-se afirmar que a VCM não ocorre da mesma maneira nos diversos contextos. Embora exista a desigualdade de poder nas relações de gênero, cada circunstância possui um cenário baseado na história de vida de seus protagonistas (Rodrigues *et al.*, 2021).

As informações provenientes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos fornecem uma perspectiva ampla do cenário no Brasil. Segundo seus dados, no primeiro semestre de 2022, foram registradas 31.398 denúncias e 169.676 ocorrências de violações relacionadas à violência doméstica contra as mulheres. É relevante salientar que aproximadamente 70% das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil nunca tiveram contato com a rede de proteção. Diante desses números, reforçar a importância da ampla divulgação dos canais de denúncia para todas as formas de VCM emerge como uma oportunidade crucial para enfrentar a subnotificação que persiste no país (Brasil, 2022).

No contexto universitário a violência de gênero contra a mulher possui dados alarmantes. Na pesquisa intitulada “Violência contra a mulher no ambiente universitário” realizada pelo Data Popular e Instituto Avon (2015), analisa a percepção e o comportamento dos jovens diante do tema. A pesquisa foi realizada com 1.823 universitários. Entre as universitárias entrevistadas 67% disseram já ter sofrido algum tipo de violência praticada por um homem no ambiente universitário, 56% sofreram assédio sexual, 28% sofreram violência sexual, 42% sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência.

Ainda na mesma pesquisa, no que se refere à percepção dos homens em relação a práticas violentas, constata-se que 27% não consideram como violência o ato de abusar de uma garota se ela estiver alcoolizada. Além disso, 35% não reconhecem a presença de violência quando se trata de coagir uma mulher a participar de atividades degradantes, enquanto 31% não veem problema em compartilhar fotos ou vídeos de colegas sem autorização. Na perspectiva deles, essas ações violentas são atribuídas aos comportamentos das mulheres.

Outra pesquisa realizada no Brasil, com 1.823 estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país, sendo 60% mulheres e 40% homens. Cerca 10% das mulheres mencionaram terem sofrido violência de um homem na universidade, contudo, quando são questionadas com uma lista de violências o número sobe para 67%, pois elas acabam reconhecendo que foram submetidas a muitas delas. Pela ótica dos homens que foram entrevistados, os números mostram que 2% admitiram ter cometido algum ato de violência contra uma mulher na universidade, entretanto quando a lista de violências foi apresentada, 38% reconheceram ter cometido pelo menos uma delas (Souza; Roso; Souza, 2022).

No que concerne às repercussões, as agressões perpetradas contra as mulheres abarcam uma variedade de formas: patrimonial, moral, psicológica, física e sexual, frequentemente culminando até mesmo em homicídio. Essas ações não só intensificam a manifestação desse tipo de violência, mas também têm consequências de grande alcance. Diante dessa realidade impregnada de machismo e patriarcado, as mulheres sentem-se coagidas, seja devido às dificuldades em denunciar seus agressores, seja pelo temor de que a situação possa evoluir para casos mais graves, como o assassinato. Isso é particularmente relevante para aquelas com recursos limitados e/ou baixo nível de escolaridade (Callou; Magalhães; Albuquerque, 2021).

Nesse contexto, torna-se evidente a relevância dos conceitos de gênero, uma vez que o processo de violência enfrentado pelas mulheres está intimamente entrelaçado com as dinâmicas de poder entre homens e mulheres. Essa realidade é observada através de uma estrutura patriarcal que outorga aos homens a prerrogativa de exercer domínio e controle sobre as mulheres. Tais premissas destacam a urgência de expandir a pesquisa no âmbito da violência de gênero direcionada às mulheres universitárias. Isso visa promover o desenvolvimento de políticas públicas nas universidades, aumentar a conscientização sobre o tema e ampliar o conhecimento dos profissionais que atuam nos serviços de apoio às vítimas de violência (Fialla *et al.*, 2022).

## **2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER**

Ao longo da história, uma das muitas dificuldades que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam na sociedade é a violência de gênero. A trajetória da mulher está marcada por séculos de opressão e submissão. Na antiguidade, a submissão das

mulheres na sociedade patriarcal era considerada algo natural. Elas não desfrutavam dos mesmos direitos que os homens e eram obrigadas a aceitar uma falsa sensação de proteção. Qualquer ação que realizassem exigia a presença de um acompanhante, como pai, irmão ou marido. Além disso, eram cerceadas em suas atividades sociais, sendo privadas de participar plenamente na vida em sociedade (Guedes, 2022).

A gravidade dessa situação era acentuada pela ausência de reconhecimento desse comportamento como um ato criminoso. No término dos anos 1970, os homicídios de mulheres perpetrados por seus parceiros ou ex-parceiros, principalmente quando envolviam figuras influentes na sociedade, passaram a chamar a atenção tanto da mídia quanto das autoridades. Esse cenário levou os grupos feministas a se mobilizarem, exigindo a implementação de políticas públicas para enfrentar a violência contra as mulheres (Chitolina; Callegaro, 2020).

No dia a dia, a violência perpetrada por homens contra mulheres assume diversas manifestações (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial). Essa forma de violência tende a seguir um ciclo prolongado, intensificando-se ao longo do tempo. Em grande parte das situações, as mulheres que sofrem violência são economicamente dependentes de seus parceiros ou companheiros, o que muitas vezes as leva a silenciar diante da situação, perpetuando assim a chamada "lei do silêncio" (Mantovani, 2022).

Foi somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que os direitos das mulheres começaram verdadeiramente a ser reconhecidos e destacados, rumo à conquista da liberdade e da igualdade de gênero, respaldados pelos avanços sociais. Nesse sentido, foram estabelecidas normas que promovem a equiparação entre homens e mulheres. A violência contra as mulheres é um fenômeno de grande complexidade, demandando a criação de medidas normativas em conjunto com a implementação de políticas públicas voltadas para assegurar a integridade da pessoa humana, em específico, das mulheres (Costa, 2021a).

O caso de VCM que ganhou destaque na mídia em 1976 foi o de Doca Street, no qual Raul Fernando Street tirou a vida de Ângela Diniz, com quem mantinha um relacionamento afetivo. Inicialmente, Raul foi absolvido sob a alegação de legítima defesa da honra, em razão da infidelidade de Ângela. No entanto, devido à pressão popular, posteriormente foi condenado por homicídio. Esse episódio se tornou emblemático para as reivindicações feministas, revelando o quanto o machismo permeava a aplicação da lei. Esse momento marcou o início da luta pela erradicação da

dominação masculina e pela transformação de uma cultura patriarcal que havia mantido as mulheres em uma posição de submissão ela (Marques, 2022).

Através do contexto histórico que valorizava a honra masculina à custa da construção da identidade feminina, a opressão sofrida pelas mulheres perdurou por muitos anos. Isso resultou na opressão, no domínio dos parceiros sobre as mulheres e na sua completa privação de direitos. Nos países da América Latina, o estabelecimento da superioridade masculina e da dependência feminina foi moldado pelo patriarcado. Isso levou à exploração abusiva e à exclusão das mulheres, dentro de um cenário caracterizado por desigualdades sociais e violência de gênero (Alvarado, 2022).

Nesse contexto, é relevante ressaltar a figura de Nísia Floresta, uma das principais pioneiras do movimento feminista no Brasil e na América Latina. Ela lutou incansavelmente pela igualdade de direitos das mulheres, trabalhando para eliminar o preconceito e superar a inferioridade imposta às mulheres. Parte de sua abordagem envolvia a transformação da educação, assegurando que as mulheres tivessem acesso a um ensino que reconhecesse e desenvolvesse sua capacidade intelectual (Silva, 2022).

Nessa perspectiva, a luta contra a impunidade diante dos casos de violência contra mulheres, notadamente homicídios, violência doméstica e sexual, marcou um ponto fundamental no ressurgimento do movimento feminista no final dos anos 1970. Um passo crucial nessa trajetória foi a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), uma iniciativa pioneira no Brasil. Estas delegacias, estabelecidas em 1985, nas cidades de São Paulo e Recife, representaram uma conquista pioneira com o objetivo de assegurar que mulheres em situações de violência recebessem atendimento e apoio humanizados (Tavares et al., 2017).

Cabe destacar que as equipes designadas a atuarem nas delegacias passaram por capacitação e sensibilização sobre as condições de vida e situações de violência vivenciadas pelas mulheres, visto que ao procurarem as delegacias comuns no intuito de denunciar a violência praticada pelo parceiro íntimo as mulheres acabavam sendo expostas a outra forma de violência, a institucional, em virtude de os profissionais não serem capacitados para lidar com esse tipo de situação (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Em 1983 foi criado na cidade de São Paulo Conselho Estadual da Condição Feminina. No mesmo ano, teve a introdução da dimensão de gênero na política de saúde do país com a criação do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Com esse programa houve ampliação dos cuidados ofertados a saúde da

mulher, que até o momento era limitado aos aspectos reprodutivos, sendo incorporadas ações educativas e assistenciais clínico-ginecológicas, com ênfase para atenção à prevenção do câncer cérvico-uterino e mamário, doenças infecciosas e aconselhamento para o Planejamento Familiar, assim como o controle da fecundidade (Organização Pan-Americana da Saúde, 2015; Souto; Moreira, 2021).

Ressalta-se que por muito tempo, a finalidade das políticas públicas sobre a saúde da mulher direcionava o cuidado apenas para reprodução, uma vez que as mulheres eram tidas como objeto para esse propósito. À vista disso, era notório a importância apenas com os aspectos que envolvia a gravidez, desvalorizando os inúmeros determinantes e condicionantes sociais que impactam na saúde e a vida das mulheres (Machado; Penna, 2022).

Nesta perspectiva, mais um marco significativo no combate à VCM surgiu com a aprovação, em 9 de junho de 1994, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará. Por meio dessa convenção, foi estabelecido o direito das mulheres a viverem livres de violência, tanto no âmbito público quanto no privado. Isso resultou em uma compartilhada responsabilidade entre o Estado e a sociedade para lidar com a questão da violência contra as mulheres (Silvério, 2021a).

Em 1997, a Organização Mundial de Saúde (OMS) promoveu Assembleia Geral, na qual expôs a temática violência como um dos principais problemas que atinge a saúde pública mundial. Em 2002, as reflexões acadêmicas e institucionais que estavam crescendo ao longo dos anos foram materializadas no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, abarcando a análise situacional sobre a violência em todo mundo, as mais diversas configurações da violência, como sugeriu também técnicas para a abordagem, possibilitando sua compreensão, promovendo propostas aos países membros, recomendações de atuação e enfrentamento da problemática (Njaine; Constantino, 2007).

Em 2003, surgiu a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM). A partir de sua criação, houve uma ampliação na abordagem da luta contra a violência direcionada às mulheres. Isso resultou na implementação de novos serviços, como os Centros de Referência, as Defensorias da Mulher e as Redes de Atendimento. É importante ressaltar a colaboração entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que tem se concentrado na capacitação de profissionais do setor jurídico e policial no que se refere

às questões de gênero. O objetivo desse esforço é compreender a natureza da violência de gênero e fornecer um suporte de saúde mais eficaz às mulheres (Marcondes *et al.*, 2022).

Outro marco importante no enfrentamento da violência de gênero foi a elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres em 2004, que abrangeu violência de gênero por meio da prevenção, assistência e enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Os eixos estruturantes dessa Política foram ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas; cumprimento da Lei Maria da Penha; Rede de Atendimento e capacitação dos profissionais que atuam no combate à violência Cumprimento da legislação e iniciativas para o empoderamento das mulheres e Monitoramento destas ações (Santos; Santos, 2020).

A Lei Maria da Penha, correspondente à Lei nº 11.340 de 2006, foi atribuída em decorrência de um ato violento direcionado a Maria da Penha Maia Fernandes. Em 1983, após alguns anos de casamento, seu marido atirou pelas suas costas, resultando em sua paraplegia. O processo judicial subsequente foi caracterizado por sua extensão e demora, uma vez que à época não existiam regulamentações legais destinadas a punir agressores desse tipo. Somente em 2002, 19 anos após o incidente, tais leis específicas efetivamente foram estabelecidas (Hogemann; Boldt, 2022).

Com efeito, é reconhecido que a violência doméstica transcende o grupo de mulheres biologicamente definidas, tornando-se claro que não se trata exclusivamente de uma questão de natureza biológica. Em vez disso, é um tema que abrange toda a comunidade feminina, independentemente de sua origem, e que inclui todas as pessoas que se identificam, se percebem e se reconhecem como mulheres (Scott Jr; Viebrantz, 2022).

A VCM constitui um problema de saúde pública mundialmente, de modo que políticas públicas foram implementadas para eliminar e/ou reduzir o sofrimento das mulheres que estão no contexto de violência. Outro marco importante para mulheres foi a promulgação da Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), através dela foram criados mecanismos para prevenir e reduzir a violência contra mulheres, com medidas de assistência e proteção, além de penas mais rígidas para os agressores (Vasconcellos, 2022).

Essa lei abrange variadas formas de violência, tais como a física, que atenta contra a integridade e saúde corporal; a psicológica, que causa dano emocional e redução da autoestima; a sexual, que envolve coerção para relações indesejadas e

exploração da sexualidade; a patrimonial, caracterizada por retenção, destruição de bens e recursos; e a moral, abrangendo calúnia, difamação e injúria (Brasil, 2006).

Nesse sentido, fica evidente que a crescente incidência da violência contra mulheres tem um impacto significativo no equilíbrio entre saúde e doença, tornando-se um problema social crucial. Importa ressaltar que o cuidado com essas mulheres transcende o âmbito do sistema de saúde, abrangendo diversos setores que moldam as interações humanas. Destaca-se a necessidade de tornar visível a violência contra mulheres e de estabelecer programas educativos voltados para a criação de estratégias preventivas abrangendo todas as formas de agressão dirigidas a elas (Cortez, 2021).

### **2.3 TIPOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER**

Em uma perspectiva conceitual, existem alguns cenários onde as violências podem ocorrer e são tipificadas como: doméstica, intrafamiliar, no trabalho e institucional, que se exteriorizam através de agressões físicas, psicológicas, sexuais, morais e/ou patrimoniais (Moreira *et al.*, 2020).

No que tange a violência intrafamiliar abrange qualquer ação ou omissão que cause prejuízo ao bem-estar, à integridade física, psicológica, à liberdade e ao direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Esta forma de violência pode ser perpetrada tanto dentro quanto fora do ambiente doméstico por qualquer integrante da família, incluindo aqueles que assumem papéis parentais, mesmo que não haja laços de sangue, e que detenham uma posição de poder em relação aos demais. O conceito de violência intrafamiliar não se limita apenas ao local físico onde os atos violentos ocorrem, mas engloba também as dinâmicas e interações familiares onde tais violências se originam e se concretizam (Brasil, 2006).

No contexto da violência doméstica, englobam-se todas as manifestações de violência que ocorrem entre indivíduos que compartilham um ambiente familiar. Isso abrange relações parentais, incluindo entre pais e filhos, bem como situações no âmbito conjugal, entre outros cenários. Nessa realidade, o agressor pode ser o parceiro atual ou anterior, além de outros membros da família. Destaca-se que os mais vulneráveis a esse tipo de violência são os idosos, as crianças e as pessoas com deficiência (D'Oliveira *et al.*, 2020).

Nesse sentido cabe ressaltar que, no Brasil a violência doméstica é um problema que as mulheres têm enfrentado de forma preponderantemente. Segundo dados da Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da

Presidência da República, em 2014, cerca de 43% das mulheres que estão em situação de violência são agredidas cotidianamente. Em 2021, uma pesquisa feita através do Data Senado divulgou que 27% das brasileiras já sofreram alguma forma de violência doméstica ou familiar perpetradas pelo cônjuge, namorado ou ex-parceiro íntimo. Ademais, 86% das brasileiras acreditam que teve um aumento expressivo na violência cometida contra mulheres no último ano (Observatório da Mulher contra a Violência, 2021).

No período compreendido entre 2020 e 2021, observou-se um notável incremento de 23 mil novas chamadas de emergência feitas para o número 190 das polícias militares, todas elas buscando assistência em casos de violência doméstica. Tal cenário refletiu-se em um aumento de 3,3% nas taxas de registros de ameaças, além de um crescimento de 0,6% nas taxas de lesões corporais intencionais. Os registros relacionados a crimes de assédio sexual experimentaram um acréscimo de 6,6%, enquanto os casos de importunação sexual apresentaram um crescimento de aproximadamente 17,8% (Martins; Lagreca; Bueno, 2022).

A VPI é um problema que afeta uma quantidade expressiva da população feminina, sendo considerada uma violência que ocorre no âmbito doméstico, onde o homem é o maior perpetrador. Esse tipo de violência pode repercutir ao longo de toda a vida e manter-se por várias gerações. Especialmente, os efeitos que estão vinculados a saúde como, lesões corporais, gravidez indesejada, aborto, complicações ginecológicas, infecções sexualmente transmitidas, incluindo HIV, síndrome de stress pós-traumático, depressão e suicídios (Abreu, 2020).

Por violência institucional entende-se, quando serviços ofertados por instituições e órgãos públicos, como hospitais, unidades básicas de saúde e delegacias, são exercidas em condições inapropriadas, acarretando danos físicos e psicológicos para a mulher. As inúmeras formas de violência de gênero, podem acarretar consequências preocupantes à saúde física, psicológica, sexual e reprodutiva da mulher (Mcewen; Pullen; Rhodes, 2021).

A violência no ambiente de trabalho refere-se a padrões contínuos e sistemáticos de comportamento abusivo que se manifestam através de ações, palavras, gestos e agressões de baixa intensidade. Essas condutas minam a dignidade humana e violam os direitos fundamentais das vítimas, como liberdade, igualdade e direitos pessoais, frequentemente causando humilhação e constrangimento. Como resultado, essas ações

prejudicam as oportunidades de emprego da vítima e podem até mesmo resultar na sua exclusão do local de trabalho (Brasil, 2019).

Neste ambiente, o assédio moral pode existir podendo se manifestar de diferentes maneiras, sendo classificado em três principais categorias. O assédio horizontal ocorre entre colegas de trabalho, onde indivíduos do mesmo nível hierárquico hostilizam uns aos outros. Já o assédio vertical descendente é perpetrado por superiores hierárquicos ou pelo próprio empregador em relação aos subordinados, aproveitando-se da posição de autoridade. Por sua vez, o assédio vertical ascendente acontece quando subordinados hostilizam ou desrespeitam seus superiores. É relevante destacar que essas categorias não são mutuamente exclusivas, e o assédio moral, muitas vezes, ocorre de forma mista, variando de acordo com a dinâmica das relações no ambiente de trabalho. Independentemente da forma, o assédio moral é prejudicial e pode causar sérios danos à saúde emocional e ao bem-estar das vítimas (Mcewen; Pullen; Rhodes, 2021).

Os dados apontam que 54% das queixas de assédio moral são apresentadas por mulheres. Essa estatística revela uma preocupante disparidade de gênero no que diz respeito ao ambiente de trabalho, onde as mulheres são mais frequentemente afetadas por esse problema. O estresse no trabalho e a imposição de metas abusivas podem ter efeitos negativos que vão além do local de trabalho, estendendo-se à esfera da violência doméstica. Essa interligação entre o ambiente profissional e a vida pessoal evidencia a importância de abordar e combater o assédio moral, não apenas como um problema individual, mas também como um reflexo das dinâmicas sociais que afetam as mulheres em diversos aspectos de suas vidas (Brasil, 2019).

## **2.4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO**

A violência apresenta-se como um fenômeno complexo que atravessa diferentes gerações e enraíza-se em uma variedade de estruturas sociais. Portanto, compreender a maneira pela qual a violência se manifesta em instituições contemporâneas, tais como família e universidade, torna-se crucial. Além disso, é importante perceber como a própria violência influencia e é influenciada pelo funcionamento dessas organizações (Souza *et al.*, 2021).

Nos últimos anos, o termo "violência de gênero" tem sido empregado para identificar e descrever uma gama de ações praticadas contra mulheres devido à sua condição feminina. No âmbito universitário, essa forma de violência é perpetuada pela

presença arraigada de uma cultura machista e patriarcal, que legitima e naturaliza tais comportamentos. Isso resulta na criação de um ambiente onde tanto mulheres quanto aqueles que não se encaixam nos padrões heteronormativos impostos pela sociedade acabam sendo mais suscetíveis a essa forma de violência (Souza; França; Pereira, 2020).

Apesar de o ambiente universitário comumente resultar em interações positivas entre alunos, professores, funcionários e a comunidade em geral, também podem emergir casos de violência. As vivências acadêmicas estão intrinsecamente ligadas às relações entre seus membros, e os conflitos têm o potencial de prejudicar a qualidade desses vínculos. Um exemplo disso é a relação entre professor e aluno, na qual ambos constroem percepções mútuas que influenciam essa interação e determinam comportamentos futuros (Malajovich *et al.*, 2019).

Nesse sentido, muito tem sido discutido a respeito dos avanços recentes no que diz respeito às políticas de gênero, incluindo a ampliada participação das mulheres em cargos políticos e esferas de influência. Entretanto, essa luta tem raízes antigas. É relevante recordar que somente em 1879 as mulheres conquistaram o direito de frequentar instituições de ensino superior. Em 1932, obtiveram o direito ao voto. Em 1960, com a introdução da pílula anticoncepcional, surgiram debates sobre os direitos reprodutivos. Em 1962, as mulheres puderam ingressar no mercado de trabalho sem a necessidade da aprovação do marido. Em 1977, ganharam o direito ao divórcio, libertando-se de casamentos infelizes. A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, conferiu a elas o poder de combater a violência doméstica, e apenas em 2015 surgiu a lei do feminicídio (Macêdo; Pinheiro, 2023).

Esses progressos são recentes e extremamente significativos. No entanto, ainda é essencial explorar profundamente o conceito de ser mulher, o papel da mulher na sociedade e a contínua batalha pela equidade. Isso inclui a busca pela participação em diversas esferas de tomada de decisões, pela ocupação de espaços sociais e pelo reconhecimento da voz feminina. (Porto; Barreto; Dazzani, 2020).

Citado por Henriques, Merçon-Vargas e Rosa (2023), um estudo demonstra que 30,9% dos estudantes provenientes de uma instituição privada em Fortaleza/CE relataram a ocorrência de violência no ambiente universitário. Desses incidentes, 84,1% foram caracterizados como violência de natureza psicológica, e 72,8% foram perpetrados por colegas estudantes. Houve também uma associação notável entre os últimos semestres da graduação e os cursos de Fisioterapia, Medicina e Psicologia, os quais apresentaram uma maior incidência de relatos sobre situações de violência dentro

da universidade. Em relação à amostra total, entre 20% e 30% dos participantes afirmaram que indivíduos com excesso de peso, homoafetivos e pessoas com deficiências físicas estariam mais propensos a receber tratamento inadequado, o que os colocaria em maior risco de vivenciar situações de violência.

No mesmo estudo, é observado que no que diz respeito ao gênero, a violência continua predominantemente afetando as mulheres, principalmente no âmbito sexual. De acordo com uma pesquisa realizada entre estudantes de uma universidade do Estado de São Paulo, 56,3% das mulheres entrevistadas relataram ter enfrentado algum tipo de violência, sendo que 9,4% delas sofreram violência sexual desde o início de seus estudos na universidade. Por outro lado, 29,9% dos homens afirmaram ter praticado algum tipo de violência. No contexto dos entrevistados, os homens compunham 51,3% da amostra (Henriques; Merçon-Vargas; Rosa, 2023).

Outra pesquisa constatou ainda que, além da falta de ação por parte da universidade na investigação das denúncias, ocorreu também uma promoção indireta de atos violentos através dos centros acadêmicos, associações atléticas e grupos musicais estudantis, os quais, mesmo não sendo formalmente parte de sua estrutura administrativa, estão integrados ao seu cotidiano. Nesse sentido, o relatório reconheceu a responsabilidade das universidades pelas violações de direitos humanos, especialmente no que diz respeito ao direito das mulheres de viverem sem sofrer violência (Maito *et al.*, 2019a).

O direito fundamental de viver sem violência, amparado pela ONU, engloba também a prerrogativa de estar livre de violência institucional. Esta última se configura quando uma instituição falha em abordar adequadamente ou até mesmo contribui para a ocorrência de atos violentos (ONU, 1993). Dado o entendimento da responsabilidade das universidades pelas transgressões dos direitos que ocorrem em seus âmbitos, membros da comunidade acadêmica têm iniciado um movimento de reivindicação, exigindo que tais instituições, em vez de perpetuar a violência, respondam de maneira eficaz e formal às agressões dirigidas às mulheres (Costa, 2021b).

Considerando os dados mencionados, torna-se evidente que a violência de gênero, essa forma de agressão se desenvolve nas interações entre homens e mulheres, revelando-se por meio das disparidades de poder entre os sexos. Essa dinâmica ocorre nas esferas das relações de poder, sexualidade, autoidentidade e instituições sociais, frequentemente levando a danos físicos ou emocionais. Tais ações são perpetradas com

base no abuso de poder e fundamentam-se em desigualdades entre os gêneros (Santos *et al.*, 2019).

Dentro do espectro das várias manifestações de violência às quais as mulheres podem estar sujeitas, destaca-se a violência sexual, que é caracterizada por qualquer ação em que um indivíduo que detenha poder, exerça força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, utilizando ou não armas ou drogas, para obrigar outra pessoa a participar, presenciar ou se envolver em atos de natureza libidinoso ou a utilizar sua sexualidade de alguma maneira. Essa prática é considerada um crime, mesmo quando perpetrada por um membro da família, como pai, mãe, padrasto, madrasta, parceiro (a) ou cônjuge. O estupro, atos libidinosos, abuso sexual na infância e adolescência, coação sexual no casamento, assédio sexual e atentado violento ao pudor são exemplos de violência sexual (Araújo *et al.*, 2022).

Diferentes razões estão relacionadas às causas da violência sexual e devido à subnotificação dos dados estatísticos, é difícil avaliar os casos de maneira precisa. Esse cenário ocorre devido ao receio das vítimas de denunciar ou de procurar ajuda apropriada. Isso acontece devido à falta de coordenação entre os setores de saúde, segurança e sistema judiciário, somada ao estigma enfrentado pelas vítimas de violência sexual (Sousa *et al.*, 2021).

Uma pesquisa conduzida por Souza, França e Pereira (2020) revela que, durante as entrevistas em que foram questionadas sobre suas experiências relacionadas ao assédio no ambiente universitário, 97% das entrevistadas relataram ter enfrentado situações que se enquadram nessa categoria. Entre essas, 59,8% mencionaram ter se sentido desconfortáveis devido a olhares indesejados, enquanto 23% relataram ter sido alvo de comentários e piadas sobre seus corpos. Um caso específico foi identificado em que uma entrevistada revelou ter recebido propostas para trocar favores sexuais por vantagens acadêmicas.

Nesse cenário, torna-se evidente que no âmbito das universidades ocorrem diversas formas de violência, com destaque para aquelas direcionadas às estudantes mulheres. Entre as manifestações dessa violência, encontram-se os trotes agressivos, o assédio sexual e moral, as agressões físicas e as humilhações sexistas, além ser comum práticas envolvendo o racismo e a homofobia (Panúncio-Pinto; Alpes; Colares, 2019).

Com foco no trote universitário, a sua origem remonta ao surgimento das universidades na Idade Média. Ele envolve as atividades de "recepção" dos novos alunos, uma tradição de longa data. Nos tempos atuais, o trote é caracterizado como um

rito de "passagem", frequentemente é visto como algo natural e normal, ou mesmo tratado como uma "brincadeira", representando uma forma de exibicionismo no contexto social. No entanto, há contradições evidentes: o rito desencadeia ações que têm implicações reais, muitas vezes encobrendo práticas violentas que podem causar danos, dor e crueldade. Os grupos de estudantes envolvidos no trote influenciam o comportamento individual durante essas atividades. É crucial compreender as transformações psicológicas que levam estudantes a humilhar e maltratar colegas recém-chegados, enquanto ainda afirmam que tudo não passa de uma "brincadeira". Além disso, é necessário entender os motivos pelos quais alunos que foram alvo de humilhação buscam vingança no ano seguinte (Aguiar; Fermé, 2023).

Adicionalmente, os rituais de trote realizados durante a entrada na universidade têm sido utilizados, predominantemente, para expressar atitudes preconceituosas direcionadas a mulheres e à comunidade LGBT, manifestando-se através de sexismo e homofobia. Contudo, esses rituais também incorporam outras formas de discriminação, incluindo racismo, xenofobia e menosprezo com base em origens étnicas e econômicas (Meneghel, 2019).

De acordo com o estudo conduzido por Vegini, Finkler, Ramos (2019), os trotes também foram associados a práticas de violência física, moral e psicológica, resultando em sentimentos de desconfiança e medo. Conforme relatado pelos participantes, alguns trotes são intensos e envolvem situações indesejadas, como humilhação, ridicularização, discriminação, invasão, assédio, malícia e submissão.

Em um cenário onde alguns indivíduos da comunidade acadêmica minimizam este fato, alegando sua normalidade outros, persistem em destacar os impactos, o desconforto, as angústias, o temor e o sofrimento que ainda permeiam os corredores das universidades, é possível perceber como se silencia aquilo que há de mais cruel nas interações humanas: a contínua perpetuação das disparidades e da injustiça social, que restringem a liberdade, os direitos e o potencial criativo e de participação das pessoas (Akerman; Conchão, 2020).

Também foram registradas situações de trotes ocorrendo fora do campus, manifestando-se na forma de festas, nas quais os recém-chegados são pressionados a consumir bebidas alcoólicas. É profundamente preocupante a incidência de casos fatais e outras formas graves de violência física, incluindo queimaduras e agressões sexuais. Esses incidentes esporadicamente ganham visibilidade na mídia tanto nacional quanto

internacional, ocorrendo não apenas em cerimônias de trote, mas também em eventos festivos universitários e até em contextos esportivos escolares (Gomes, 2021a).

Recentemente, alunas da faculdade de Medicina em São Paulo expuseram casos de estupro que haviam sofrido. Lamentavelmente, os agressores responsáveis por esses atos não foram devidamente sancionados. O impacto desse incidente vai além das circunstâncias em si, pois chama atenção para as tentativas de silenciamento das vítimas. Esse silenciamento trouxe à tona não apenas a falta de reação por parte da universidade, mas também a persistência desses tipos de abusos (Vegini; Finkler; Ramos, 2019).

A incorporação de violência nesses eventos pode ser interpretada como uma demonstração de oposição às políticas de inclusão social e cotas, fortalecendo a promoção do discurso meritocrático mantido por estratos sociais mais privilegiados. Uma indagação legítima é se esse tipo de discriminação esteve sempre presente nessas práticas (dado que historicamente a sociedade brasileira tem sido marcada por machismo, classismo e racismo) ou se as políticas de compensação social que possibilitaram o acesso de grupos historicamente marginalizados ao ensino superior, assim como o aumento da participação feminina nas universidades, provocaram o afloramento da misoginia por parte daqueles que haviam assegurado suas posições devido a sua classe social, gênero e raça (Meneghel, 2019).

Apesar das lutas históricas e dos avanços alcançados no enfrentamento à violência, as mulheres ainda sofrem com inúmeras formas de violência relacionadas às suas características como mulheres. O Atlas da Violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019), por exemplo, revela que no período de 2007 a 2017, os homicídios de mulheres no Brasil aumentaram em 30,7%, com um crescimento mais acentuado entre as mulheres negras (29,9%).

No contexto da educação superior no Brasil, ao examinar as fontes literárias, percebemos uma carência de registros significativos de presença feminina nas universidades do final do século XX até as primeiras décadas do século XXI. Foi somente a partir dos anos 70 que começou a ser notada uma ampliação no engajamento das mulheres, especialmente após a reforma universitária que coincidiu com transformações sociais e econômicas (Blay; Conceição, 1991).

Segundo a pesquisa de Souza, França e Pereira (2020), em 1971, as mulheres ocupavam 40% das vagas no ensino superior, ainda que a maioria estivesse concentrada

em áreas consideradas tradicionalmente femininas, como educação e humanidades. Hoje em dia, o número total de matrículas de mulheres supera o de homens.

Não apenas no Brasil, mas também em outras regiões, as mulheres conquistaram progressos notáveis nas fases mais avançadas da educação, apresentando uma representatividade significativa nos programas de pós-graduação, especialmente no nível de doutorado. Contudo, mesmo com esses avanços, elas continuam enfrentando desigualdades nos âmbitos do mercado de trabalho, participação política e posições de liderança. Uma discrepância evidente é a presença inferior das mulheres em cerca de dez pontos percentuais em comparação com os homens na ocupação de cargos docentes nas universidades (Freitas, 2023).

Embora a população feminina seja a maior parte inserida no ensino superior, elas não estão mais próximas da igualdade de gênero, pois inúmeras padecem com as relações assimétricas, sendo o assédio sexual uma de suas expressões. Vivenciar o assédio sexual faz parte da experiência acadêmica de muitas mulheres, comumente percebida como uma experiência negativa e até mesmo traumática (Souza; França; Pereira, 2020).

Neste sentido, torna-se imprescindível um olhar direcionado para as universidades e seus padrões, problematizando a narrativa do senso comum acadêmico que ratifica que a universidade, estaria livre de práticas conservadoras e arcaicas, como as representações patriarcais sobre a mulher devido ao nível de conhecimento que os professores e servidores que perpetraram atos de violência são poupados na universidade pela não visibilidade dos casos. Justificando a prática de violência através de ações comportamentos da vítima (Aire; Serpa; Resende, 2023).

Os debates sobre a temática violência contra as mulheres no Brasil têm sido parte significativa de grandes temas da contemporaneidade. Vinculadas a essa discussão, reflorescem, nas esferas governamental, acadêmica e dos movimentos sociais, reflexões sobre as inúmeras formas de violência e os diferentes cenários em que se manifesta e, ainda, sobre alternativas e o enfrentamento à tal problemática. Esse contexto de debates sobre o tema vem, nos últimos anos, sofrendo modificações expressivas, evidenciando as consequências da violência em decorrência das relações sociais amparadas pelas desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais. Embora tenha-se avanços nas pesquisas, sobre o assunto, algumas expressões e contextos da violência ainda necessitam de maior reflexão, como é o caso da violência contra as mulheres no espaço acadêmico (Lima *et al.*, 2020).

Estudo realizado com 38 pessoas, dos quais 19 eram trabalhadores da área da saúde e 19 usuários, compreendendo 15 estudantes, um dependente e três servidores. A maior parte dos participantes eram do sexo feminino. Os principais tipos de violência que ocorria no espaço universitário citado pelos entrevistados foram: violência física (13), violência sexual (8), violência psicológica (6), violência moral (5), violência racial (4), assédio moral (4) e violência patrimonial (1). O grupo de servidores, cerca 63,16% (12) relataram ter vivido e/ou presenciado casos de violência de gênero na universidade, 36,84% (7) negaram vivenciar ou presenciar. Entre o grupo de usuários, 52,63% (10) declararam já ter vivido e/ou presenciado violência de gênero na universidade, e 47,37% (9) declararam não ter vivido ou presenciado este tipo de violência nos espaços universitários (Souza *et al.*, 2021).

O Escritório USP Mulheres, criado em 2016 na USP, disponibilizou um questionário on-line buscando mapear as violências sofridas. Participaram da pesquisa 17% do corpo discente, sendo aproximadamente 40% dos respondentes da pós-graduação e 60%, da graduação; e aproximadamente dois terços compostos por alunas mulheres. Resultados apontaram que 39% dos afirmaram ter vivido ou que ainda vivem alguma situação em que se sentiram desrespeitada(o)s, humilhada(o)s, discriminada(o)s e/ou intimidada(o). Quando a violência sexual foi mencionada 2% dos homens, 11% das mulheres e 18% dos não binários referiram já terem vivenciado. Para violência moral, essas taxas foram respectivamente 20%, 33% e 48%. A pesquisa apontou também um maior índice violência entre estudantes negros e pardos e com menor renda (D'Oliveira, 2019).

Pesquisa conduzida por Montrone *et al.* (2020), destaca-se que, entre os que presenciaram situações de violência, as respostas mais comuns foram: "Violência psicológica, como humilhação, insulto, ameaça ou perseguição" (75,1%); "Comentários sexistas sobre a capacidade intelectual das mulheres ou seu papel na sociedade, bem como comentários com conotações sexuais que causem desconforto ou humilhação" (74,1%); e "Comentários desfavoráveis sobre a maneira de vestir-se ou arrumar o cabelo" (63,3%). No caso dos estudantes que admitiram ter sido vítimas de violência, os tipos mais frequentemente mencionados foram: psicológica (77%); moral (65%); sexual (31%); e física (12%). No contexto da violência sexual, os casos de assédio (40%) e exploração sexual (33,3%) foram os mais relatados, seguidos por ocorrências de estupro (6,93%) e atentado violento ao pudor (4,13%).

Abordar o tema violência de gênero na universidade fundamenta-se por esse ambiente ser espaço de formação e produção de conhecimentos, além de tudo, configura um local privilegiado para o desenvolvimento de propostas de enfrentamento e de transformação social, como a violência. Desse modo, é essencial compreensão das incoerências sociais que concede a conservação das desigualdades nas relações estabelecidas entre os gêneros (Bartmeyer, 2022).

Atualmente, o tema do transgênerismo ocupa uma posição central nas discussões sociais. Englobando pessoas transgênero que buscam modificar sua identidade de gênero anatômica para corresponder ao gênero com o qual se identificam, esse fenômeno diz respeito àqueles que sentem uma dissonância entre o gênero que possuem e o gênero que desejam expressar. A concretização dessa transição requer avanços contínuos na cirurgia e tecnologia hormonal, capacitando os indivíduos transgênero a modificar sua anatomia de acordo com sua identidade de gênero (Moreira; Marcos, 2019).

Conforme destacado em um artigo por Camargo (2022) no Jornal Tribuna do Norte, o Brasil tem mantido, pelo 13º ano seguido, a triste posição de liderar em termos de taxas de homicídios entre mulheres trans. Além disso, foi relatada a ocorrência de dois casos de homicídio de transexuais brasileiras no exterior, um em Portugal e outro na França. Contudo, a identificação completa dos perfis das vítimas ainda não foi completamente esclarecida.

Ao longo dos anos, houve um debate acerca da possibilidade de interpretar a lei não somente para amparar mulheres nascidas com genitália feminina, mas também mulheres transgênero (Gonçalves, 2022). Embora essa questão não tenha encontrado resolução no âmbito jurídico, uma análise metódica da Lei nº 11.340/06 sugere que é viável aplicá-la às mulheres trans. Isso se baseia na redação específica do artigo 5º desse instrumento legal, que enfatiza a proteção ao gênero feminino: "Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (Brasil, 2006).

No âmbito acadêmico, pesquisa revela que 60% do total de estudantes que foram entrevistados relataram ter vivenciado violência por parte de seus colegas, tanto em sala de aula quanto em outros espaços universitários. Notavelmente, esse cenário é mais acentuado entre indivíduos que se identificam como pertencentes ao gênero feminino, totalizando 66% das pessoas que informaram ter enfrentado violência. Esse enfoque

específico de gênero dentro da população LGBTQIA+ revela que, mesmo dentro desse grupo que há anos batalha por igualdade, respeito e direitos, as mulheres enfrentam uma luta ainda mais intensa no combate ao preconceito que deriva da diversidade sexual e de gênero. Esse desafio é exacerbado pelo machismo arraigado na sociedade, conforme previamente elucidado por pesquisas anteriores (Perassoli; Siva, 2022).

A constância da violência contra as mulheres nos mostra a necessidade de ampliar nosso olhar para a temática e sobre suas raízes que estão relacionados a um maior compromisso de definir os lugares de homens e mulheres na sociedade e que atuam como barreiras na efetivação de direitos. As desigualdades de gênero, atingem bilhões de mulheres de todas as idades, raças, etnias, religiões e culturas, trazendo sofrimento físico e mental, violação e morte (Souza *et al.*, 2021).

## **2.5 REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO À SAÚDE DA JOVEM UNIVERSITÁRIA**

A desigualdade de gênero é uma das contradições sociais que persiste ao longo da história, colocando as mulheres em uma posição de subordinação na sociedade. Essa disparidade se manifesta de diversas maneiras, sendo a violência contra as mulheres uma das formas mais evidentes, resultando da assimetria de poder presente em relações de força e dominação. Conseqüentemente, a violência fundamentada no gênero exerce influência sobre a maneira como as mulheres vivem, adoecem e encaram a morte. É amplamente reconhecido que a violência tem um impacto significativo no processo de saúde-doença das mulheres. Ao longo de suas vidas, aquelas que enfrentam situações de violência frequentemente desenvolvem mais problemas de saúde, causam elevação dos custos de atenção sanitária e conseqüentemente, buscam com mais constância, os serviços hospitalares que outras pessoas que não vivenciam a violência (Borges; Santana, 2022).

No estudo conduzido por Aguiar *et al.* (2020), ao longo de suas trajetórias acadêmicas, os estudantes universitários reconheceram como atos violentos aqueles comportamentos que resultavam em danos visíveis ou físicos. A violência corporal se destacou como a forma mais prontamente identificável, enquanto as manifestações de violência moral e psicológica voltadas para as mulheres prevaleceram nos relacionamentos entre os participantes. Na sequência, surgiram a violência sexual, física e patrimonial. Esses resultados sublinham a urgente necessidade de incorporar diálogos

acerca da igualdade de gênero e do respeito aos limites estabelecidos nas interações interpessoais.

Dessa forma, a violência de gênero contra as mulheres está conectada a consequências como depressão, tentativas de suicídio, problemas de saúde reprodutiva e um aumento no número de queixas nos serviços de saúde. Adicionalmente, é crucial reconhecer que o desempenho acadêmico das vítimas pode ser prejudicado, o que deve ser considerado nas estratégias elaboradas para a prevenção e o cuidado das estudantes que se encontram em situações de violência (D'Oliveira, 2019).

No que se refere aos trotes universitários, estes têm sido permeados por violências. No Brasil, nos últimos anos, teve crescente aumento das denúncias de trotes universitários caracterizado por práticas machistas, homofóbicas e racistas, em que calouros são obrigados a participarem de atividades agressivas nas festas e nas residências universitárias. Nas situações de assédio e violência sexual no ambiente acadêmico, o sexo está sendo vivenciado como utensílio de superioridade e dominação, ainda que possa vir encoberto de uma narrativa embasada na liberdade sexual. Um estudo abrangendo 1823 estudantes universitários matriculados em cursos de graduação e pós-graduação de duas universidades do estado de São Paulo revelou que, com frequência, os alunos do sexo masculino não reconheciam certas condutas como sendo violentas. Entre as alunas entrevistadas, 67% admitiram ter sido vítimas de algum tipo de agressão no contexto universitário (Souza *et al.*, 2021).

De acordo com um estudo realizado nos Estados Unidos, foi constatado que 27% dos estudantes universitários que não se enquadram nos padrões heteronormativos relataram ter sofrido algum tipo de agressão sexual envolvendo força física ou incapacitação após ingressarem na universidade. As violências direcionadas a indivíduos não heterossexuais, em especial travestis e transgêneros, frequentemente culminam em tragédias, muitas vezes resultando em mortes. Esse cenário indiscutivelmente representa uma das manifestações mais trágicas da discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero. Nesse contexto, é crucial reconhecer que todas as formas de discriminação e homofobia devem ser encaradas como fatores que contribuem para o surgimento de doenças e o sofrimento psicológico (Graham *et al.*, 2019).

Dessa forma, pessoas homossexuais são mais propensas a vivenciar a violência por pertencerem a uma minoria, fazendo com que elas acreditem nas rotulações que são impostas pela sociedade, além de experimentarem incertezas sobre sua própria

identidade ou até mesmo vivenciar ou antecipar discriminação proveniente de outras pessoas. Assim sendo, extremamente difícil essa população buscar por ajuda quando se refere a violência, pois elas têm a sensação de que são excluídas dos direitos de proteção por causa da homofobia (Graham *et al.*, 2019; Perassoli; Siva, 2022).

Nesse contexto, todas as maneiras de discriminação e homofobia necessitam serem vistas como circunstâncias que produzem doença e sofrimento. Sentimentos evidenciados nas narrativas de jovens que vivenciaram a violência nas universidades foram, principalmente, a humilhação, vergonha e revolta. Para as mulheres, destaca que, a violência pode causar sequelas para o sistema reprodutivo, como exposição a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gestação indesejada e incapacidade de engravidar. Além de baixa autoestima, atraso acadêmico, insegurança. No que concerne as repercussões para a vida acadêmica, ela é atingida diretamente, pois a violência afeta gravemente na concentração do discente. Embora a maioria abandone graduação por vergonha (Teixera *et al.*, 2020).

Apesar da temática, VCM, esteja disseminada por meio dos canais comunicações, políticas públicas e relatórios mundiais que mostra a magnitude do fenômeno, ainda persistem na sociedade percepções distorcidas, fragmentadas, que iteram as questões de gênero e fortalece as desigualdades entre homens e mulheres (Maito *et al.*, 2019b).

A violência dirigida às mulheres pode resultar em danos físicos, sociais e emocionais, incluindo transtorno de estresse pós-traumático, estresse e depressão. Além disso, essa violência pode provocar alterações nas respostas comportamentais e aumentar os níveis de cortisol, contribuindo para potenciais impactos adversos na saúde em médio e longo prazo. Portanto, a agressão perpetrada contra as mulheres se configura como uma significativa questão de saúde pública, acarretando custos consideráveis tanto a nível social quanto individual. É imperativo implementar ações preventivas desse problema e desenvolver estratégias para um atendimento mais eficaz às vítimas, visando melhorar a qualidade de vida delas (Silva *et al.*, 2022).

Uma pesquisa conduzida na China evidenciou que a relação entre a VCM e a qualidade de vida estava mediada por sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Esse achado enfatiza a importância de identificar e gerenciar os sintomas nessas mulheres, assim como a necessidade de intervenções direcionadas que enfatizem o aprimoramento das habilidades cognitivas, comportamentais e de enfrentamento, com o objetivo de reduzir as reações emocionais desencadeadas por essa situação (Bedford *et al.*, 2020).

No contexto dos serviços de saúde, é reiteradamente confirmado que três fatores, quando interligados, agravam os efeitos da violência. O primeiro aspecto diz respeito às queixas vagas e recorrentes que as mulheres apresentam nas instâncias de saúde, relacionadas a danos físicos. O segundo ponto aborda a prevalência de uma abordagem fragmentada e de natureza biológica na assistência médica e formação profissional. A terceira dimensão aborda a construção das identidades de gênero, permeadas por estereótipos que relegam as mulheres a posições de obediência e submissão (Aguiar *et al.*, 2023).

Nesse sentido, quando esses fatores se combinam, resulta na invisibilidade dos impactos trazidos pela violência para a vida das mulheres. Por vezes, mesmo que a situação de violência seja percebida, ela não é devidamente reconhecida, o que fica evidente por meio das práticas profissionais que, na maioria dos casos, se concentram exclusivamente no tratamento clínico. No entanto, a vulnerabilidade emocional e a sensação de desamparo afetam a saúde mental e enfraquecem a capacidade das vítimas de violência de enfrentar o problema de maneira eficaz (Campos; Magalhães; Angulo-Tuesta, 2020).

Ademais, é imprescindível expandir as discussões acerca da violência de gênero em ambientes de aprendizado profissional, especialmente em sociedades onde os estereótipos de gênero são perpetuados e a cultura machista é predominante. Nesse contexto, é de extrema importância reconhecer as visões enraizadas nas estruturas curriculares dos cursos de Enfermagem, uma profissão que continua a se destacar diariamente na prestação de cuidados (Aguiar *et al.*, 2020).

## CAPÍTULO III

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva tem por finalidade identificar características de determinada população e as relações existentes entre as variáveis, analisa os fenômenos, classificando-os e interpretando-os. Requisita do pesquisador um conjunto de dados sobre o que se almeja pesquisar. Deste modo, busca uma análise aprofundada da realidade pesquisada, proporcionando levantamentos sistemáticos tendo como propósito descrever fenômenos, objetivando encontrar veracidade sobre algo. Esse tipo de pesquisa demanda um roteiro rigoroso quanto à definição de métodos e técnicas para coleta e análise de dados, sugerindo que se empreguem informações adquiridas através de estudos exploratórios (Fernandes *et al.*, 2018).

O estudo exploratório tem por objetivo propiciar intimidade com o problema e elevar ao máximo o conhecimento do pesquisador em relação a este. Esse tipo de pesquisa investiga detalhadamente as características de determinado fenômeno no intuito de encontrar explicações das suas causas e consequências, tendo como objetivo compreender o problema a ser estudado, auxiliar no desenvolvimento de hipóteses e na determinação de variáveis a serem consideradas num problema de pesquisa, busca averiguar se estudos similares que foram realizados, os tipos de métodos usados, quais foram os resultados obtidos, como também determina o percurso a ser adotado nas investigações, analisa problemas relacionado ao comportamento humano, além sugerir hipóteses verificáveis (Fernandes *et al.*, 2018).

A pesquisa qualitativa abrange a aquisição de dados descritivos, compreendendo o entendimento mais profundo das relações humanas nos mais variados contextos, como também busca compreender a complexidade do fenômeno, com o objetivo interpretar e explicar o sentido dos fatos e acontecimentos. Desse modo, a pesquisa qualitativa está conectada com as experiências sociais dos sujeitos e de como eles compreendem essas experiências. Portanto, o pesquisador elabora os dados e os analisa fundamentado em suas referências e experiências, procurando minuciar de forma holística o

comportamento de um fenômeno, especificando sua singularidade e complexidade através de múltiplos olhares, na busca de evidências (Mendonça; Farias, 2020).

Ademais, a pesquisa qualitativa aborda questões relacionadas a uma série de fenômenos humanos considerados parte integrante da realidade social. Isso se deve ao fato de que os seres humanos não apenas agem, mas também refletem sobre suas ações e as interpretam com base na realidade vivenciada e compartilhada com outros indivíduos. (Minayo, 2017).

### **3.2 CENÁRIO DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Enfermagem que pertence a uma Universidade Pública Federal, localizada na zona sul do Rio de Janeiro. Esta universidade possui 26 cursos de graduação distribuídos em seis (6) Campus.

Esta Escola, possuía cerca de 487 discentes matriculados no ano de 2022, ano do início da pesquisa.

Justifica-se a escolha desse cenário, em função da maioria dos discentes dessa categoria profissional serem composta maioritariamente por mulheres. Além disso, o fato da pesquisadora ser uma enfermeira e a localização do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) ser no mesmo prédio, foi um fator motivacional para essa escolha.

### **3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Foram convidadas trinta (30) jovens acadêmicas de enfermagem para participarem da pesquisa. Destas, oito (8) mulheres não atenderam os critérios de inclusão. Portanto, foram analisadas e discutidas o conhecimento e vivência acerca da violência de gênero de vinte e duas (22) participantes.

### **3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO**

Os critérios de inclusão foram: jovens entre 18 e 24 anos, matriculadas no curso de Graduação em Enfermagem, que estivessem do sétimo até o décimo período letivo e que estavam em condições físicas e psicológicas para participar voluntariamente da pesquisa.

A escolha dessas participantes deve-se ao conteúdo da disciplina de Saúde da Mulher, que aborda temas referentes a violência de gênero contra a mulher e compõe o

sexto (6º) período letivo do curso. Acrescido, da possibilidade de também terem vivenciado alguma situação relacionada ao fenômeno, no decorrer da vida acadêmica.

Cabe esclarecer, que escolha da faixa etária entre 18 a 24 anos está relacionada a definição de juventude pela OMS (2007).

Foram excluídas as jovens que estavam fora da faixa etária estabelecida.

### **3.5 COLETA DE DADOS**

A captação das participantes-alvo foi realizada por meio de uma abordagem cordial com as discentes do sexo feminino, no prédio da Escola, onde foram realizados alguns questionamentos com o propósito de identificar se atendiam aos critérios de inclusão.

Posteriormente, essas jovens foram convidadas a participar voluntariamente da pesquisa. Em seguida, foram apresentados os objetivos, procedimentos metodológicos e outras questões relacionadas à pesquisa. Após aceitarem participar, elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), e o dia e a hora da entrevista foram agendados. Foi elucidado também que, em caso de recusa para participar da pesquisa, não haveria nenhum prejuízo a elas.

A partir desse momento, elas eram encaminhadas a uma sala no prédio da Escola de Enfermagem, disponibilizada pela Direção, de forma a garantir a sua segurança e a privacidade, a fim de que pudessem falar sobre suas vivências sem receios e/ou interrupções.

O período de coleta de dados ocorreu entre os meses de março a junho de 2023 pela pesquisadora principal do estudo, a enfermeira e mestranda do curso de Pós-Graduação em Enfermagem que foi devidamente treinada, para realizar a entrevista pela orientadora, que conta com o título de doutora em saúde da mulher. O número de participantes considerou o princípio da saturação de dados, que ocorre quando as respostas das participantes sobre suas experiências, já não geram novas informações.

A técnica de coleta de dados adotada foi a entrevista única, individual e semiestruturada, envolvendo perguntas abertas e fechadas. A utilização de um roteiro teve como objetivo guiar as entrevistas a fim de considerar as diversas questões específicas, e obter detalhes sobre o tema, e questões abertas que oferecesse liberdade de expressão às entrevistadas e permitisse à pesquisadora introduzir novas perguntas,

caso julgasse necessário, com o propósito de melhor esclarecer as questões da pesquisa. O tempo médio para cada entrevista e gravação foi em média de 40 minutos.

O roteiro de entrevista foi constituído em duas partes (APÊNDICE B). Na primeira, foram abordadas questões relativas às características socioeconômicas e reprodutivas, com o objetivo de identificar o perfil epidemiológico das participantes. No segundo momento, as perguntas abertas abrangiam seus conhecimentos e vivências acerca da violência gênero.

As entrevistas foram gravadas em *Iphone* 13 da marca Apple digital e imediatamente, transcritas e digitadas na íntegra dentro do Microsoft Excel versão 2018©, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5, o que permitiu organizar os dados e relembrar na íntegra a entrevista. Esse material foi impresso em páginas, para posterior análise dos discursos.

Destaca-se que cinco (5) das entrevistadas apresentaram crise de choro ao final da entrevista. O fato de reviver as situações de tristeza, ódio, desesperanças e medos, fez com que fosse necessário desligar o gravador e acolhê-las na escuta e com palavras de conforto. No entanto, após se acalmarem, as universitárias expressaram o desejo de dar continuidade às entrevistas, revelando uma notável disposição para compartilhar suas experiências, mesmo diante das emoções intensas vivenciadas.

A postura acolhedora não apenas permitiu a retomada das narrativas, mas também fortaleceu o vínculo de confiança entre as entrevistadas e a pesquisadora. Esse engajamento evidenciou a importância que elas atribuíram ao processo de pesquisa, demonstrando dedicação em contribuir, compreendendo a importância do aprofundamento das questões que sustentam o fenômeno.

É válido informar que essas gravações e transcrições serão guardadas por cinco (5) anos, sob a responsabilidade da pesquisadora; decorrido esse período, os textos serão incinerados e as gravações apagadas. Foi também utilizado um diário de campo pelo entrevistador a fim de realizar anotações sobre questões que o gravador ignora, como gestos e expressões faciais.

Com propósito de preservar a identidade das entrevistadas, foram adotados códigos de identificação nas entrevistas; dando-lhes, assim, maior segurança com o anonimato. Uma das maiores preocupações durante as entrevistas foram manter e proteger a dignidade das participantes, respeitando seus momentos, suas histórias de vida e suas opiniões, sem julgamentos, acolhendo suas singularidades.

Cabe ressaltar, que nos casos em que houve detecção de situação de violência, as participantes foram orientadas quanto a existência da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), de realizar a denúncia contra o (a) agressor (a), caso desejassem e se sentissem seguras para fazê-lo. Também será disponibilizado o telefone da Central de Atendimento à Mulher (180) e dos Centros de Atendimentos às mulheres em situação de violência existentes no município do Rio de Janeiro, com o propósito de auxiliá-las a enfrentar a situação vivenciada e a prevenir consequências que pudessem gerar complicações para a sua saúde.

Foi enfatizada a importância de buscar uma rede de apoio, que incluísse amigos, familiares e grupos de suporte, para oferecer suporte emocional durante momentos difíceis. Além disso, foi fornecida informação sobre os serviços locais disponíveis, como casa abrigos e centros de apoio, como os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) que poderiam oferecer assistência especializada. Também foi ressaltada a relevância de estimular o autocuidado tanto físico quanto emocional, bem como registrar incidentes de violência de gênero, considerando medidas de segurança, de forma a proteger informações pessoais; estar ciente dos direitos legais.

### **3.6 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS**

Obedecendo a Resolução 466 do ano de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos, as Cartas de Anuência foram assinadas pelas instituições participantes, a Pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, a qual emitiu parecer favorável, conforme protocolo CAAE nº 65986022.2.0000.5285, aprovada sob o número 5.818.152 (ANEXO 1), em 15/12/2022. O projeto foi encaminhado à Coordenação da escola de Enfermagem, com vistas à ciência para o início da coleta de dados.

Foi garantido a elas que os dados coletados em suas entrevistas seriam utilizados apenas para fins previstos neste protocolo de pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

A privacidade e a garantia de total sigilo das identidades das participantes foram elementos fundamentais durante a interação metodológica, visando conquistar a confiança e receptividade de todas as participantes. Isso proporcionou um ambiente confortável, no qual elas puderam falar livremente sobre suas experiências durante a entrevista, sem qualquer receio. Na necessidade de exemplificar determinada situação,

a privacidade dela está totalmente assegurada, uma vez que a participante é mencionada pela ordem de entrevista, a saber: (E1 a E22).

### **3.7 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados foi conduzida utilizando a abordagem empírica e a técnica de análise temática, que é uma das metodologias de análise de conteúdo. Os dados coletados foram submetidos a um processo de análise temática, seguindo as etapas propostas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na condução da análise, optou-se por adotar a unidade temática como método de análise em substituição à inferência estatística. Nessa abordagem, o foco principal era identificar e compreender os núcleos de sentidos presentes na comunicação das participantes. A relevância desses núcleos de sentidos foi determinada de acordo com o objetivo analítico estabelecido para a pesquisa (Bardin, 2016).

O processo de análise temática permitiu uma imersão profunda nos dados coletados, visando descobrir as estruturas subjacentes e as relações de sentido presentes nas respostas das entrevistadas. Essa abordagem envolveu a identificação de padrões, temas recorrentes e categorias emergentes, que contribuíram para a compreensão aprofundada do fenômeno em estudo.

Na etapa de pré-análise, as entrevistas foram transcritas, possibilitando a estruturação das ideias em relação aos objetivos da pesquisa. Cada entrevista foi considerada como um texto individual e foi numerada de acordo com a ordem cronológica em que ocorreram, com o intuito de facilitar a organização e posterior criação das categorias analíticas. Essa abordagem permitiu uma análise mais sistemática e a identificação de padrões e temas recorrentes entre as entrevistas, contribuindo para a construção das categorias analíticas.

No processo de preparação dos dados brutos, todas as entrevistas transcritas foram minuciosamente revisadas. Nessa etapa, houve uma imersão teórica e uma análise aprofundada dos discursos das participantes, com o propósito de estabelecer as unidades de registro, que foram identificadas como "conhecimento" e "vivências". Esse momento representa uma fase analítica da análise dos dados, conforme proposto por Bardin (2016). Essa fase é caracterizada pela organização dos dados, tornando operacionais e sistematizando as ideias iniciais, o que é conhecido como leitura flutuante. O objetivo

principal dessa etapa era identificar o corpus da pesquisa, ou seja, o conjunto de dados relevantes e significativos para o estudo em questão.

A análise por categorias foi realizada a partir da decodificação das entrevistas, identificando diferentes elementos que foram posteriormente classificados, resultando na formação dos agrupamentos. Esses agrupamentos foram construídos com base em semelhanças que se fundiam e compunham as categorias analíticas. Simultaneamente, foi empregada a técnica de marcação das unidades de significação utilizando canetas coloridas.

Destaca-se que a análise temática foi uma das técnicas utilizadas, permitindo a categorização por meio da identificação e contagem de temas formados por palavras ou frases que constituíam as unidades de registro (Bardin, 2016). Após esse processo, tabelas foram elaboradas utilizando o software Microsoft Excel para organizar os agrupamentos temáticos, suas respectivas unidades de registro e temáticas. Essa etapa do procedimento foi conduzida pela pesquisadora principal, sob a supervisão da orientadora do estudo.

Após a codificação, fizemos uma releitura do material e chegamos a quatro agrupamentos, que foram denominados de eixos temáticos, demonstrado no Quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 – Agrupamento de unidades temáticas em eixos temáticos**

<b>Eixo temático 1: Conhecimento das jovens universitárias acerca dos tipos e formas da violência de gênero contra a mulher</b>
UR: Tipos de violência contra mulher/ formas de violência contra a mulher/ Violência institucional/ Violência estrutural
<b>Unidades Temáticas</b>
Conhecimento da violência sexual
Conhecimento da violência física
Conhecimento da violência psicológica
Conhecimento da violência patrimonial
Conhecimento da violência moral
Conhecimento da violência doméstica
Conhecimento de violência estrutural
Conhecimento da violência institucional
Conhecimento da violência obstétrica
Desconhecimento sobre outras formas de violência de gênero
<b>Eixo temático 2: Vivências de violência gênero contra a mulher</b>
UR: Violência por parceiro íntimo/ Violência doméstica/ violência intrafamiliar/Violência por desconhecido/ importunação sexual/ Assédio sexual/ uso de álcool e/ou drogas
<b>Unidades Temáticas</b>
Vivência de violência psicológica por parceiro íntimo

Vivência de ameaças por parceiro íntimo
Vivência de violência sexual por parceiro íntimo
Vivência de intimidação por parceiro íntimo
Vivência de perseguição por parceiro íntimo
Vivência de chantagem por parceiro íntimo
Vivência de coerção sexual por parceiro íntimo
Vivência de brigas com parceiro íntimo
Vivência de violência patrimonial por parceiro íntimo
Xingamentos por parceiro íntimo
Parceiro íntimo retira o preservativo sem consentimento da mulher
Exposição sexual por parceiro íntimo
Medo de divulgação de fotos enviada para parceiro íntimo
Controle dos atos da mulher
Parceiro íntimo impedir o uso do preservativo
Humilhação por parceiro íntimo
Fotos íntimas divulgadas nas redes sociais por parceiro íntimo
Forçar a cabeça da mulher durante o sexo oral sem seu consentimento
Vivência de violência doméstica por empregado
Histórico de violência intrafamiliar do parceiro íntimo
Vivência de violência física perpetrada por pai
Vivência de violência sexual perpetrada por tio
Agressão física perpetrada por tio
Xingamentos de tio
Vivência de violência sexual perpetrada simultaneamente por tio e primo
Vivência violência física pela mãe
Vivência de importunação sexual por desconhecido
Vivência de violência por desconhecido por uso de bebida alcoólica
Vivência de intimidação por desconhecido
Xingamentos por desconhecidos
Vivência de assédio sexual por desconhecido
Assédio sexual por desconhecido no transporte público
Importunação sexual perpetrada por outra mulher
Reação/ defesa a violência sexual por desconhecido
Vivência de assédio sexual por policiais/escrivão na delegacia
Estrupo na escola
Vivência de violência interpessoal por colegas de classe
Vivência de importunação sexual por colega na escola
Assédio sexual por professor na escola
Colegas tirar fotos íntimas sem consentimento
Comportamento de risco por uso da bebida alcoólica
Vivência de prática sexual de risco por uso de bebida alcoólica
Objetificação do corpo da mulher
Reconhecimento da violência pelo agressor
Leilão de calouras durante o trote na universidade
Vivência de violência institucional na universidade
Vivência de assédio sexual na universidade
Vivência de racismo na universidade
Vivência de violência estrutural na universidade

<b>Eixo temático 3: Repercussões à saúde</b>
UR: Saúde física, saúde mental, saúde sexual, saúde reprodutiva, rendimento acadêmico e laboral
<b>Unidades Temáticas</b>
Parestesia
Tremores no corpo
Ansiedade
Transtorno do pânico
Depressão
Insônia
Transtorno dissociativo
Dificuldade para se relacionar com novos parceiros
Sentimentos Frente a Violência
Repercussões negativas no rendimento acadêmico
Medicamentos ansiolíticos/antidepressivos
Infecção Sexualmente Transmissível
Uso da pílula do dia seguinte
Adquirir foliculite
Traumas psicológicos
Sentimento de culpa excessivo
Bulimia
Sociofobia
Não conseguir sair à noite
<b>Eixo temático 4: Enfrentamento da violência de gênero</b>
UR: Busca à saúde, apoio, denúncia
<b>Unidades Temáticas</b>
Apoio de amigos
Apoio da família
Apoio da irmã
Dificuldades de encontrar formas de enfrentamento
Não poder denunciar por morar na comunidade
Terapia psicológica
Denuncia a delegacia de polícia
Procura de ajuda de amigos
Procurar ajuda da polícia na rua
Procura ajuda dos guardas na estação de metrô
Apoio do parceiro íntimo acerca da sexualidade
Falta de apoio da universidade nas situações de violência
Apoio da universidade
Apoio da igreja
Apoio do centro acadêmico
Participar do conselho acadêmico
Técnica de enfermagem do laboratório

A partir da leitura do **Quadro 2** foram identificadas dez (10) unidades temáticas relacionadas ao primeiro eixo temático, que estão relacionadas às unidades de registro "conhecimento". Enquanto o segundo, terceiro e quarto eixos temáticos, compostos por

oitenta e cinco (85) unidades temáticas, se referem às "vivências", totalizando noventa e cinco (95) unidades temáticas.

Com base na elaboração dos eixos temáticos, foi realizada uma nova leitura das unidades temáticas, e em seguida, elas foram submetidas a uma nova recodificação. Nesta fase, os pontos de convergência encontrados dentro de cada eixo temático deram origem à categoria intitulada: - “Vivências de jovens universitárias do curso de Enfermagem acerca da violência de gênero” a qual foi dividida em duas subcategorias: 1.1 – Conhecimento de jovens universitárias do curso de Enfermagem acerca da violência de gênero; 1.2 – Vivências de violências de gênero por jovens universitárias do curso de Enfermagem e suas repercussões à saúde e na vida acadêmica.

## CAPÍTULO IV

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo aborda o resultado da investigação sobre a vivência de jovens universitárias do curso de graduação em Enfermagem acerca da violência de gênero. Primeiramente, apresentaremos o perfil sociodemográfico, o histórico sexual e reprodutivo das participantes. A seguir, a discussão dos resultados, considerando o objeto e os objetivos da presente pesquisa.

#### 4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES

De acordo com os resultados apresentados no Apêndice C (Quadro 3), foram entrevistadas vinte (22) graduandas de Enfermagem. A maioria (19) das entrevistadas encontrava-se no oitavo período letivo. As demais, duas (2) no sétimo e uma (1) no décimo. Constatou-se que faixa etária das participantes estava entre 20 e 24 anos de idade. Essas características sociodemográficas estão em consonância com os resultados obtidos em outros estudos (Saho *et al.*, 2021; Frota *et al.*, 2020; Magnago; Pierantoni, 2020).

Em relação à cor de pele autodeclarada, doze (12) identificaram como branca, oito (8) pardas e duas (2) pretas, o que não reflete o padrão da população brasileira. Esses resultados corroboram com um estudo nacional realizado com profissionais de Enfermagem, que identificou uma prevalência da cor branca entre as enfermeiras, seguida pela cor parda e, em seguida, pela cor preta, totalizando 274,8 mil enfermeiras (Marinho *et al.*, 2022). Entretanto, quando considerada a região Sudeste do Brasil, observa-se uma predominância da cor parda entre as enfermeiras, seguida pela cor preta e, posteriormente, pela cor branca (Marinho *et al.*, 2022).

A composição racial/cor dos profissionais de Enfermagem está diretamente relacionada à distribuição populacional no Brasil. A distribuição racial/cor varia entre as regiões do país, com o Sul e o Sudeste apresentando uma predominância de indivíduos brancos, independentemente da profissão. Por outro lado, o Nordeste e o Norte possuem uma maior representatividade de pessoas pretas e pardas (Marinho *et al.*, 2019). Essa variação está relacionada a diferenças históricas e estruturais no país.

Além disso, é importante observar que existem desigualdades nas condições de renda e trabalho, mesmo entre profissionais de Enfermagem pertencentes à mesma classe. Essas desigualdades também têm um contexto histórico e estão relacionadas a questões estruturais (Marinho *et al.*, 2019; Maas; Chacham; Tomás, 2021).

Pesquisa realizada com 240 universitários de uma universidade pública localizada no interior do estado de São Paulo corrobora com nossos achados quando revelam que 76,4% de alunos matriculados se autodeclararam brancos, ao longo de um período de 10 anos. Deve-se considerar que atualmente a população de estudantes universitários pretos e pardos aumentou significativamente em função do regime de cotas em nosso país. No entanto, ainda há uma predominância de estudantes de pele branca ocupando esses espaços (Silva; Monteiro, 2020).

No que se refere à religião, a maioria (14) possui alguma religião. Três (3) afirmaram ser protestantes, seis (6) católicas, três (3) umbandista, uma (1) candomblecista, uma (1) tradição alexandrina, oito (8) negaram possuir.

Esses dados corroboram com cenário religioso no Brasil, o qual está passando por mudanças significativas. Houve uma diminuição no número de católicos, que representam atualmente 64,6% da população, enquanto os evangélicos cresceram para 22,2%. Os adeptos da umbanda e candomblé mantiveram-se em torno de 2% da população, e o grupo de pessoas sem religião estimado aumentou para 8%. A produção de informações sobre a diversidade religiosa em ambientes universitários é relevante por diversas razões. Ela consolida políticas de combate à intolerância e ao preconceito, incluindo os relativos às identidades religiosas. Essas informações subsidiam a consideração da pluralidade religiosa em estratégias de ensino, pesquisa e extensão. Isso promove um ambiente inclusivo e respeitoso, fomentando o diálogo intercultural (Scheliga; Knoblauch; Bellotti, 2020).

Em contrapartida o fato de as jovens terem uma religião pode favorecer a VPI uma vez que, algumas religiões preconizam a submissão feminina através das assimetrias de gênero. Os tabus religiosos, em geral, contribuem para a perpetuação da violência contra as mulheres, principalmente quando não há preparo teológico para lidar com essas situações. A religião tem influência direta e indireta na vida diária das pessoas. Quando uma religião propaga leis e ensinamentos que desvalorizam as mulheres, colocando-as em uma posição inferior em relação aos homens, isso incentiva inconscientemente os homens a agirem de forma dominante e a cometerem ações prejudiciais contra as mulheres (Almeida, 2022).

Acrescenta-se que as convicções religiosas podem ter um impacto significativo na maneira como as mulheres fazem suas escolhas em relação à sexualidade. Estudo realizado com mulheres católicas no Brasil, a religião influenciou as decisões de contracepção, bem como o uso de preservativos e outros métodos anticoncepcionais (Soares *et al.*, 2019). Esse estudo ressalta a importância de se considerar as crenças religiosas das mulheres ao abordar questões de sexualidade e saúde sexual.

Quanto a orientação sexual das participantes, dezesseis (16) afirmaram serem heterossexuais, cinco (5) bissexuais e uma (1) homossexual. Em relação ao estado civil, a maioria vinte (20) das participantes eram solteiras e duas (2) casadas.

Os dados dessa pesquisa estão em consonância com outro estudo realizado com estudantes universitários, em que a maioria dos participantes se identificou como heterossexuais (85,80%), enquanto uma parcela de 6,11% se identificou como homossexuais e que 4,4% dos jovens sexualmente ativos se declararam bissexuais. Além disso, a pesquisa revela que mais da metade dos estudantes (58,72%) eram solteiros, em contraste com os jovens acima de 25 anos. Na população geral do Brasil, a proporção de solteiros é de 55,3%, e a idade média para o casamento é de 24,4 anos (Spindola *et al.*, 2020).

Segundo uma pesquisa recente, o estado civil das graduandas de Enfermagem no Brasil tem sido alvo de interesse nos estudos da área. Verificou-se que as estudantes casadas tendem a demonstrar maior responsabilidade e comprometimento com sua vida acadêmica, enquanto aquelas solteiras podem enfrentar mais desafios ao conciliar os estudos com a vida pessoal. Embora o estado civil em si não influencie diretamente o desempenho acadêmico, a maternidade surge como um potencial fator de sobrecarga e estresse emocional, podendo afetar o rendimento acadêmico das graduandas. Nesse contexto, é crucial que as instituições de ensino ofereçam suporte e orientação adequados às graduandas de Enfermagem, especialmente àquelas que enfrentam dificuldades relacionadas ao estado civil ou à maternidade. (Silva *et al.*, 2020)

Ressalta-se que o ingresso na universidade traz mudanças comportamentais para os jovens, devido à nova realidade e ao contato com diferentes pessoas. Isso pode levar a mudanças no modo de pensar, agir e se relacionar, em função de novas amizades, convivência com pessoas de hábitos diferentes (Spindola *et al.*, 2020; Souza; Roso; Souza, 2022; Boletim Nacional, 2023).

Quanto ao município de moradia, todas residiam no estado do Rio de Janeiro. Do total, dezesseis (17) são moradoras do município do Rio de Janeiro, uma (1) de

Nova Iguaçu, duas (2) de Duque de Caxias, uma (1) de Belford roxo, e uma (1) de São João de Meriti. A quantidade de pessoas vivendo numa mesma moradia variou de uma a quatro pessoas. Esses dados divergem da pesquisa realizada com acadêmicos de Enfermagem e de Medicina de uma universidade pública do Sul de Minas Gerais que evidenciou que 92,6% dos participantes eram originários de municípios distintos ao da localidade da universidade (Dias Júnior *et al.*, 2022).

Quanto à composição familiar, quatro (4) moram somente com a mãe, três (3) com a mãe, o pai e os irmãos, três (3) moram com a mãe e um (a) irmão (ã). Foram mencionadas também formações familiares menos comuns, uma (1) mora com mãe, avó e ex-marido da avó, uma (1) mora com a mãe, padrasto, avó e irmã, uma (1) mora com os avós, uma (1) mora com mãe e padrasto, uma (1) mora com a irmã, uma (1) mora com o tio (1), uma (1) mora com a mãe, avó e irmão, além de um (1) caso que inclui namorado, sogra e sogro. Duas (2) informaram morar sozinhas e duas (2) são casadas, moram apenas com o marido.

Estudo realizado Silva *et al.* (2020) apresenta um perfil das famílias dos graduandos de Enfermagem no Rio de Janeiro, com uma predominância de famílias nucleares, compostas por pais e filhos, seguida pelas famílias monoparentais, em que a mãe é a figura predominante. Além disso, o estudo também demonstrou uma participação significativa de avós e irmãos no suporte aos graduandos, o que reforça a importância da família como rede de apoio no processo de formação desses profissionais de saúde.

Em relação à ocupação profissional, onze (11) das entrevistadas não possuem nenhuma atividade remunerada. As demais onze (11) relataram possuir alguma ocupação: uma (1) *bodypiercing* e pensão, uma (1) vendedora virtual, uma (1) técnica de enfermagem e bolsa de iniciação científica, uma (1) bolsa de monitoria e sete (7) recebem bolsas de iniciação científica. No caso das bolsas estudantis, o valor recebido varia entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00, enquanto, para as que possuem alguma ocupação, a renda variou entre R\$ 750,00 e R\$ 5.000,00.

Outro estudo constatou que cerca de 66,66% das mulheres participantes estavam matriculadas em cursos relacionados às ciências da saúde. Em relação à ocupação, foi observado que 83,75% das participantes não estavam exercendo trabalho remunerado.

Esses resultados corroboram o padrão frequentemente identificado por outros pesquisadores em graduandos de universidades públicas, onde os cursos têm uma carga

horária elevada, predominantemente em período integral, o que torna desafiadora a conciliação entre trabalho e vida acadêmica (Silva, 2019).

De acordo com estudos recentes sobre a formação de enfermeiros no Brasil, as bolsas de estudos são uma importante ferramenta de apoio para os estudantes que têm dificuldades financeiras para cursar a graduação em enfermagem (Cunha, 2020; Santos *et al.*, 2020b). Essas bolsas, em geral, são oferecidas por programas governamentais, universidades ou instituições privadas e têm um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e na democratização do acesso ao ensino superior (Gomes, 2021b). Além disso, os estudos também destacam que as bolsas de estudos são capazes de influenciar positivamente o desempenho acadêmico dos estudantes e a sua permanência na universidade, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e comprometidos com a saúde pública (Ferreira *et al.*, 2019).

Ao analisar a renda familiar mensal<sup>1</sup> das entrevistadas, foi possível identificar as seguintes categorias de faixas salariais: cinco (5) com renda inferior a um salário-mínimo<sup>2</sup>, três (3) com renda correspondente a um salário-mínimo, quatro (4) com renda equivalente a dois salários-mínimos e oito (08) com renda superior a dois salários-mínimos e duas (02) que não souberam informar a renda familiar. Portanto, conclui-se que cinco (05) das entrevistadas possuíam uma renda mensal inferior a um salário-mínimo.

Estudo realizado com estudantes de Enfermagem em uma Instituição de Ensino Superior Pública na região Centro-Oeste do Brasil, revelou que os universitários apresentavam uma distribuição de renda familiar da seguinte forma, vinte e seis (26) estudantes (30,6%) tinham uma renda familiar de até dois salários-mínimos, enquanto cinquenta e nove (59) estudantes (69,4%) tinham uma renda familiar acima de dois salários-mínimos. Dos participantes da amostra, 13,6% doze (12) estudantes relataram trabalhar enquanto estudavam (Oliveira-Silva; Aredes; Galdino-Júnior, 2021). Entretanto, outro estudo realizado com acadêmicos de Enfermagem e de Medicina de uma universidade pública do Sul de Minas Gerais, revelou que 53,3% possuíam renda familiar mensal de até R\$ 4.000,00 (Júnior *et al.*, 2022).

Estudos recentes indicam que a renda familiar desempenha um papel crucial no acesso e desempenho acadêmico das estudantes de Enfermagem no Brasil. Essas

---

<sup>1</sup> Renda mensal familiar é composta por todos os membros da família que exercem atividade laborais, incluindo e das entrevistadas.

<sup>2</sup> Em 2023, o valor do salário-mínimo é de R\$ 1.320,00.

pesquisas apontam que as dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes podem levá-los a abandonar o curso. Silva e colaboradores (2020) destacam que a maioria dos estudantes de Enfermagem de uma universidade pública no Rio de Janeiro possui uma renda familiar mensal média de até três salários-mínimos. Rezende et al. (2019) complementam que a renda familiar está relacionada ao melhor desempenho acadêmico das estudantes de Enfermagem. Portanto, é essencial que políticas públicas e programas de incentivo acadêmico se mantenham para contribuir com a renda pessoal e familiar, reduzindo as desigualdades sociais das graduandas de Enfermagem no Brasil.

Os dados sociais desta pesquisa estão alinhados com outros estudos realizados com estudantes universitários quando revelam uma predominância da população feminina entre os estudantes matriculados no ensino superior. Além disso, os jovens geralmente são solteiros, autodeclarados como brancos ou pardos, praticantes da religião católica e apresentam uma média de idade que varia entre 19 e 22 anos (Júnior et al., 2021; Soares et al., 2019).

#### **4.1.1 CARACTERÍSTICAS DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA**

Quando questionadas quanto à gravidez, a maioria (20) das entrevistadas referiu nunca terem engravidado. Esse achado está de acordo com os encontrados em outros estudos (Gomes; Couto; Nascimento, 2019; Mendes et al, 2022).

Em relação ao uso de métodos contraceptivos, doze (12) delas afirmaram ter utilizado algum método. Dentre as que usam métodos contraceptivos, nove (09) optaram pela pílula anticoncepcional e três (3) pelo Dispositivo Intrauterino (DIU). Por outro lado, sete (7) participantes disseram não fazer uso de nenhum método contraceptivo e duas (2) participantes nunca tiveram relações sexuais. Portanto, aproximadamente 54,55% das entrevistas deste estudo utilizaram métodos contraceptivos o que divergem de outros estudos, em que 73,41% das estudantes relataram utilizar algum método contraceptivo, sendo a pílula o mais utilizado, representando 72,98% das escolhas contraceptivas. (Silva, 2019; Moraes et al, 2020).

Compreende-se que as jovens adiam o início de sua vida sexual devido a questões morais e socioculturais que se relacionam com sua sexualidade, em vez de serem educadas sobre os riscos associados à iniciação sexual precoce. Dessa forma, elas optam por adiar esse momento. Situação corroborada no estudo conduzido por Silva e colaboradores (2018) com jovens entre 15 e 19 anos, no qual não ter tido sua primeira

relação sexual era considerada uma condição fundamental para que a mulher alcançasse um relacionamento estável.

Do total vinte e duas (22) participantes, a maioria vinte (20) afirmaram já ter tido relações sexuais. Dessas, sete (7) afirmaram utilizar o preservativo em todas as relações sexuais. As demais (13), afirmaram não os utilizar com frequência ou usá-los de forma inconsistente. Assim, os resultados evidenciaram que seis (6) não o utilizam por estarem em uma relação afetiva estável; quatro (4) relataram usar preservativo raramente; e uma (1) somente o utiliza em relações sexuais com parceiros novos ou quando não possui informações sobre o histórico de saúde do parceiro.

Estudo de Moraes *et al.* (2020), converge com nossos resultados quando revela que 68% das jovens universitárias participantes da pesquisa, possuíam prática sexual desprotegida. Ademais, destacou que as universitárias que mantinham relacionamentos afetivos estáveis tendiam a utilizar menos métodos contraceptivos de barreira e adotar, de forma mais preponderante, contraceptivos hormonais em comparação àquelas que não possuem parceiros estáveis.

Outros estudos Santos; Ferreira; Ferreira (2022); Alexandre *et al.* (2022) alertam que foi constatado que apesar do preservativo de barreira ser o método contraceptivo mais disseminado entre os jovens, subsiste um considerável contingente de jovens que se envolvem em relações sexuais desprotegidas ou optam pelo uso ocasional do preservativo (Spindola *et al.*, 2019).

Em uma pesquisa envolvendo 862 jovens, observou-se uma frequência significativamente baixa no uso de preservativos, tanto na primeira quanto na última relação sexual, apesar do alto grau de conhecimento sobre a importância do preservativo na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e do HIV. Esse contraste entre o conhecimento e a prática levanta questionamentos sobre as motivações por trás do uso do preservativo, que parecem transcender apenas o conhecimento. Entre as dificuldades relatadas pelos jovens para o uso de preservativo, destacam-se a preocupação com a diminuição do prazer sexual, a confiança no parceiro (a) e a falta do preservativo no momento da relação sexual (Gutierrez *et al.*, 2019).

Portanto, as informações supracitadas expõem um comportamento de risco por parte das nossas participantes, mesmo diante do conhecimento adquirido através dos cursos na área da saúde e haja um certo grau de conscientização entre os jovens acerca dos métodos contraceptivos, ainda persiste uma dificuldade em utilizá-los adequadamente. Essa realidade os expõe aos perigos de contrair Infecções Sexualmente

Transmissíveis e enfrentar gravidezes não planejadas (Castro; Almeida; Rodrigues, 2020).

No que diz respeito às infecções sexualmente transmissíveis (IST), dezoito (18) das entrevistadas afirmaram nunca terem contraído qualquer IST. Entretanto, uma (1) das entrevistadas teve tricomoníase e uma (1) teve herpes genital. Sobre os parceiros sexuais, quatorze (14) das entrevistadas afirmaram que nenhum parceiro as impediu de utilizar algum método contraceptivo. No entanto, seis (6) relataram que seus parceiros já impediram a utilização da camisinha.

Os achados deste estudo estão em consonância com outras pesquisas que também revelaram que as entrevistadas vivenciaram violência sexual devido à recusa do parceiro em utilizar preservativo. Mulheres em situação de VPI enfrentam dificuldades em negociar o uso do preservativo, uma vez que vivemos em uma sociedade onde o homem muitas vezes é tido como dominante nos relacionamentos, e frequentemente isentado da responsabilidade de utilizar o método contraceptivo e das consequências negativas da não utilização, tais como gravidez indesejada e/ou contrair IST (Guimarães *et al.*, 2019; Stefanini *et al.*, 2019).

É importante considerar que a existência de tabus em relação às IST pode ter influenciado o fato de algumas entrevistadas não terem verbalizado suas experiências durante a entrevista, possivelmente devido à vergonha associada a esse tema. Essa dificuldade em abrir o diálogo sobre questões de saúde sexual e relacionamentos íntimos, tanto com familiares quanto com educadores e profissionais de saúde, cria uma barreira que afasta os jovens de informações cruciais que poderiam orientar práticas sexuais mais seguras.

Pesquisa de Guerra e colaboradores (2020) com 768 entrevistados de uma universidade privada no Rio de Janeiro que abordava o conhecimento de estudantes universitários sobre as IST revelou eles apresentam um baixo conhecimento aos riscos associados às IST. Nesse contexto, os jovens tendem a acreditar que as chances de contrair IST são remotas ou pouco prováveis, refletindo em um baixo índice de utilização de métodos preventivos. Esses achados corroboram com pesquisas anteriores realizadas sobre o tema (Scull *et al.*, 2022; Alexandre *et al.*, 2022; Silva, 2019).

Os resultados indicam que os estudantes universitários têm um conhecimento limitado sobre a violência de gênero contra as mulheres. Eles não abordaram com profundidade os conceitos relacionados às várias formas de violência e, em alguns casos, demonstraram desconhecimento sobre essas formas de violência. Além disso,

encontraram dificuldades em identificar e direcionar as formas de violência existentes. Isso sugere a necessidade de uma educação mais abrangente e sensibilização sobre questões de gênero e violência, para que os estudantes possam compreender melhor esses conceitos e reconhecer e combater eficazmente todas as formas de violência de gênero contra as mulheres.

#### **4.2 CATEGORIA - Vivências de jovens universitárias do curso de Enfermagem acerca da violência de gênero**

Esta grande categoria tratará de discutir os diversos tipos e formas de violência de gênero contra a mulher vivenciada pelas jovens universitárias do curso de graduação em Enfermagem. Além de tratar sobre o conhecimento que cada uma possui sobre a temática e os seus contextos de vida, entendendo que o meio social e suas histórias pregressas, influenciam na forma como elas enxergam o fenômeno e o enfrenta.

Dessa forma, a primeira subcategoria analisa o conhecimento de jovens universitárias acerca da violência de gênero contra a mulher. A segunda discute as vivências de violência de gênero e as repercussões negativas à saúde na vida acadêmica das jovens universitárias.

##### **4.2.1 – SUBCATEGORIA - Conhecimento de jovens universitárias do curso de Enfermagem acerca da violência de gênero**

Nesta subcategoria discute-se o conhecimento das jovens acerca dos conceitos da violência de gênero contra a mulher à luz da Lei Maria da Penha e suas diversas facetas no âmbito familiar, afetivo e no espaço universitário, considerando que o fenômeno é construído socialmente e a partir da perspectiva individual.

Os resultados revelaram que do total vinte e duas (22) entrevistadas, a maioria dezoito (18) afirmou conhecer de forma parcial a definição da violência sexual, de acordo com a Lei Maria Penha (Brasil, 2006).

*Violência sexual é forçar a mulher a praticar qualquer ato sexual sem o consentimento dela (E4).*

*Coerção sexual, sexo sem consentimento, enfim, desde que você se sinta mal ou agredida com aquilo. (E11).*

*Impedir de utilizar a camisinha, ato propriamente dito sem o consentimento da mulher (E16).*

*A violência sexual é qualquer ato de cunho sexual, assédio até o ato de fato sem consentimento da mulher. (E22).*

Essas falas refletem a percepção de que a violência sexual envolve atos sexuais não consensuais, coerção, controle do corpo feminino e o impacto negativo que essas ações têm sobre a mulher. Segundo a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), a violência sexual inclui diversas táticas de coerção, manipulação ou intimidação para envolver indivíduos em atividades sexuais indesejadas. Isso engloba comportamentos que forçam participação em atos sexuais contra a vontade, por meio de ameaças, coerção ou força. Além disso, abrange pressionar alguém a explorar uma sexualidade não desejada e impedir o acesso a métodos contraceptivos, além de forçar situações como casamento, gravidez, aborto ou prostituição usando coerção, chantagem, suborno ou manipulação. Essencialmente, essa forma de violência busca restringir os direitos sexuais e reprodutivos dos indivíduos.

De acordo com um estudo realizado na Coreia, aproximadamente 40% das estudantes universitárias foram vítimas de violência sexual, englobando situações como contato físico não consentido, coerção sexual, piadas de teor sexual e até mesmo estupro. Um dos desafios primordiais ligados à violência sexual é que, frequentemente, tanto o agressor quanto a mulher não conseguem identificar tais ações como crimes de natureza sexual. Essa falta de reconhecimento tem implicações consideráveis na habilidade de prevenir a ocorrência de violência e na promoção de oportunidades educativas acerca desse tema (Kim; Lee; Lee, 2019).

No que diz respeito ao conhecimento da violência física, os resultados demonstraram que todas (22) as entrevistadas foram capazes de definir o que constitui a violência física, de acordo com as falas a seguir:

*A violência física significa bater, empurrar, agredir de fato a mulher (E3).*

*Violência física é ponto de levantar a mão, de bater (E10).*

*É toda forma, uma ação que você se sinta agredida, que machuque, deixe marcas no corpo como a violência física (E11).*

*Violência física é agressão, segurar, puxar, apertar (E22).*

As narrativas revelam que a violência física é mais fácil de ser identificada pelas jovens. Muitas vezes este conhecimento está no cotidiano das jovens que vivenciam o fenômeno nas suas relações intergeracionais e afetivas, isso destaca a importância de

compreender os efeitos visíveis e invisíveis desse tipo de violência. Essas interpretações reforçam a necessidade de abordagens abrangentes na prevenção e conscientização sobre a violência física, considerando suas diversas manifestações e impactos (Muñiz-Rivas; Vera; Povedano-Díaz, 2019).

Estudo de Aguiar e colaboradores (2020) corrobora com nossos dados, quando reforça que os estudantes universitários identificaram somente como ações violentas, os comportamentos que resultavam em danos visíveis ou físicos. Outro estudo conduzido nos Estados Unidos e Canadá revelou alta incidência de agressões físicas por parte de parceiros em relacionamentos entre estudantes universitários. Pesquisa realizada por Kaufman e colaboradores (2019) com estudantes de uma universidade nos Estados Unidos acrescenta que 66,6% universitários relataram pelo menos um episódio de agressões cometida por parceiro íntimo.

Esses dados destacam a importância de adotar abordagens abrangentes para auxiliar as jovens universitárias na sua recuperação após experiências de violência. Esses métodos devem englobar serviços de apoio à saúde mental, atenção especial ao aumento do uso de substâncias e aos comportamentos de risco sexual, bem como o acompanhamento do desempenho acadêmico (D'Oliveira, 2019).

No que diz respeito a violência psicológica, os resultados apontaram que somente nove (9) participantes demonstraram que conheciam algumas definições sobre essa forma de violência.

*Violência psicológica é aquela questão de manipulação, humilhar, deixar a mulher meio que coagida (E4).*

*Violência psicológica é mexer com emocional da mulher (E5).*

*A psicológica é afastar de amigos, ficar naquela alienação dentro da cabeça [...] você aliena a pessoa dentro daquela realidade que você criou. Tudo vai meio que, por exemplo, “seus amigos, o que eles estão falando? Por que eles sabem como é dentro da nossa relação? (E8).*

*Esse relacionamento abusivo que vai da pessoa te proibir de coisas ou de usar palavras abusivas contra você, de privar de sair de casa (E10).*

Essas narrativas demonstraram que as jovens tinham algum conhecimento sobre a violência psicológica. Destaca-se que a maioria das entrevistadas desconhecia o seu significado, reforçando que essa forma de violência nem sempre é visível aos olhos das

universitárias, assim como da sociedade em geral. Fato que evidencia a necessidade de informação nos espaços universitários sobre a temática.

A violência psicológica é caracterizada por qualquer ação ou omissão que cause ou tenha como objetivo causar dano à autoestima, identidade ou desenvolvimento da pessoa. É uma das formas mais frequentes de agressão no meio doméstico, apesar de ser subnotificada e de difícil identificação pela vítima, visto que, muitas vezes, a mulher não se percebe sendo agredida (Oliveira et al; 2021), podendo ser infringida por meio de ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que prejudique sua saúde psicológica e autodeterminação (Labiak, 2023).

Nesse sentido, discutir a violência contra a mulher não se limita apenas às situações em que marcas físicas evidenciam o ato. Embora a violência física e sexual sejam as mais proeminentes e reconhecíveis à primeira vista, é a violência psicológica, frequentemente praticada nos aspectos cotidianos, que muitas vezes dá início a um ciclo de agressão. Este processo pode gradualmente se agravar, culminando em situações ainda mais severas (Echeverria; Rodrigues, 2018).

Estudos (Aguilar *et al.*, 2020; Pinheiro, 2021) alertam que a violências moral e psicológica contra as jovens universitárias são as mais comuns nos relacionamentos, seguidas pelas formas de violência sexual, física e patrimonial. Esses resultados destacam a importância de incorporar discussões sobre igualdade de gênero e o respeito aos limites estabelecidos nas relações interpessoais.

Sobre a violência patrimonial, sete (7) conheciam o seu conceito, de acordo com as falas a seguir:

*Violência patrimonial de pegar documentos (E2).*

*Violência patrimonial que é aquela questão de o homem ter poder sobre os documentos e do dinheiro da mulher. Tomar tudo da mulher (E5).*

*É quando o marido obriga a mulher a transferir o salário dela para ele, e ele controla o que ela vai gastar ou ele é provedor da casa e ele fala o que mulher pode ou não gastar (E21).*

Essas narrativas mencionam a apreensão de documentos e do dinheiro da mulher como formas de controle e opressão por parte dos homens nos relacionamentos com as jovens. A ideia de poder do homem, por meio do controle financeiro e da apropriação

dos recursos da mulher é sublinhada em várias das declarações. Destaca-se que essa forma de violência, envolve outras situações tais como: retenção, destruição parcial ou total de objetos, documentos pessoais, cartões de crédito, instrumentos de trabalho e outros bens materiais, ou seja, seus recursos econômicos (Brasil, 2006; Tassinari, 2020).

Dessa forma, o desconhecimento da violência patrimonial entre jovens universitárias pode ser um fenômeno preocupante, que revela as lacunas de conscientização sobre essa forma específica de abuso. De acordo com os nossos resultados, a maioria das estudantes universitárias não estão informadas sobre essa forma de violência, o que pode dificultar a identificação e conseqüentemente, a procura por ajuda ou denúncia.

Situação que evidencia a importância de reconhecer e abordar essa temática para o seu enfrentamento. Portanto, a capacidade de reconhecer a violência de gênero desempenha um papel fundamental na sua prevenção (Salceda *et al.*, 2020).

Embora os relacionamentos abusivos ocorram em diversos contextos e atravessem diferentes características sociodemográficas, é comum a percepção equivocada de que pessoas com níveis mais elevados de escolaridade, devido ao acesso frequente à informação e à capacidade crítica, não estariam suscetíveis à violência em seus relacionamentos. No entanto, como evidenciado, mulheres com maior grau de estudo também podem se tornar vulneráveis a relacionamentos abusivos. Isso destaca que questões emocionais não estão necessariamente ligadas à capacidade cognitiva. Portanto, é fundamental desmistificar essa compreensão equivocada, permitindo que mulheres de diferentes níveis de instrução possam reconhecer quando estão em situações abusivas e buscar apoio e recursos para enfrentá-las (Silva *et al.*, 2020).

Destaca-se que sete (7) entrevistadas revelaram possuir conhecimento sobre a violência moral, descrevendo-a como atos de injúria, xingamentos, humilhação e difamação da imagem da mulher, conforme relatos a seguir:

*Têm essas situações de violência moral como humilhar a mulher, xingar, difamar né (E8).*

*Moral que é tipo calúnia, difamação, xingamentos contra a mulher (E9).*

*Seria xingar a mulher, falar coisas horríveis a ela, por exemplo, você é ridícula, você é um escrúpulo, você não vale nada, você não vai arrumar ninguém melhor que eu (E21).*

Essa forma de violência é compreendida pelas participantes como comportamentos prejudiciais que envolvem a utilização de palavras ou ações destinadas a prejudicar a moral e a dignidade da mulher, seja através de calúnias, difamações, gritos ou xingamentos. Suas narrativas ilustram uma compreensão clara da violência moral como uma dimensão importante a ser considerada no contexto da violência de gênero, destacando a necessidade de maior conscientização e prevenção contra esse tipo de abuso (Souza; França; Pereira, 2020).

Nesse sentido, a violência moral envolve uma dinâmica desigual de poder, na qual a pessoa sujeita aos abusos é desvalorizada e humilhada devido ao seu cargo, posição hierárquica, limitações ou identidade de gênero. Isso cria uma relação em que a dominação é imposta à força, resultando em uma situação de submissão forçada (Figueiredo; Silva; Santana, 2020).

De acordo com Saffioti (2015, p.18), a violência representa a quebra de qualquer forma de integridade da vítima, abrangendo sua integridade física, psicológica e moral. Essa ruptura pode ocorrer mesmo quando não é diretamente perceptível e pode ter consequências físicas, psicológicas e sociais.

Sobre o conhecimento acerca dos diferentes tipos de violência, tais como a doméstica, intrafamiliar e institucional, os resultados revelaram que somente seis (06) participantes conseguiram definir alguns conceitos, conforme falas a seguir:

*A violência institucional, é por exemplo, um professor usar da sua posição para coagir um aluno, ameaçar, gritar com colegas de classe e tal (E07).*

*Violência doméstica é qualquer forma de violência que ocorre no ambiente da própria casa (E11).*

*A institucional é o chefe obrigar a ter relações sexuais com ele ou fazer alguma coisa para conseguir algo em troca (E18).*

*Violência intrafamiliar é qualquer violência, tipo, física, sexual que aconteça entre pessoas da mesma família (E21).*

Essas falas expressam que essas participantes conseguiram responder, mesmo que de forma superficial o conceito de cada uma. Ressalta-se que esses tipos de violências, fazem parte do cruel cotidiano das mulheres de todas as faixas etárias, independentes do espaço físico onde ocorrem. É alarmante observar a carência de conhecimentos acerca da temática por parte das entrevistadas. Isso levanta preocupações significativas uma vez que a violência de gênero contra a mulher é um problema que persistente é afeta a população feminina em todo o mundo.

Esses dados corroboram com o estudo de Simões e colaboradores (2019) em que foi evidenciado que os estudantes universitários apresentaram um conhecimento limitado em relação à violência doméstica, intrafamiliar e institucional contra as mulheres, uma vez que mencionaram apenas as agressões físicas e psicológicas, deixando de abordar outros tipos e formas de violências existentes.

Essas expressões reforçam a percepção de que o conhecimento acerca da violência institucional no contexto universitário é também limitado entre as estudantes, com conceitos superficiais sobre essa forma de violência. Essa constatação está alinhada com as conclusões do estudo realizado por Einarsen e colaboradores (2020) em que uma das características amplamente compartilhada em praticamente todas as definições de violência institucional é a notável dificuldade que a vítima enfrenta ao tentar proteger-se contra as ações prejudiciais direcionadas a ela.

Sobre a violência institucional, somente uma (1) citou à violência obstétrica (VO) como uma forma dessa violência.

*A violência obstétrica é um tipo de violência institucional [...] quando as os profissionais de saúde desrespeitam os direitos das mulheres durante o parto ou em qualquer momento da gravidez, faz intervenções não consentidas (E17).*

Esse depoimento ratifica que são poucos os estudantes do curso de graduação em Enfermagem que possuem conhecimento sobre essa forma tão comum de violência praticada pelos profissionais de saúde às mulheres no ciclo gravídico-puerperal. No entanto, estudo conduzido por Costa e colaboradores (2022) que envolveu a participação de 102 universitários do curso de Medicina e Enfermagem, contradiz os nossos resultados quando revela que todos os alunos do curso de Enfermagem tinham conhecimento sobre violência obstétrica.

Cabe destacar que esse tipo de violência é definido pela privação da autonomia da mulher e da capacidade de decisão em relação ao próprio corpo e processo reprodutivo. Portanto, a VO engloba ações de caráter físico, psicológico, sexual e verbal, como a recusa de analgesia, ao direito ao acompanhante, as agressões verbais, a aplicação indiscriminada de procedimentos invasivos e o uso rotineiro de ocitocina (Lansky *et al.*, 2019).

Por fim, os resultados revelaram que as participantes apresentam um conhecimento limitado sobre as diferentes formas e tipos de violência. Isso ressalta que, frequentemente, a compreensão da violência se limita a estereótipos de agressões físicas

óbvias, deixando de lado formas mais insidiosas e sutis de violência que passam despercebidas, mesmas em jovens universitárias.

Portanto, os achados enfatizam a importância de ampliar esse debate na comunidade universitária, tanto dentro quanto fora das estruturas institucionais, a fim de impulsionar atividades de pesquisa e combater às diversas formas de VCM junto às instituições de ensino superior. Isso servirá de base para a implementação de políticas institucionais abrangentes, bem como para a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão que visem identificar e abordar as violências, promovendo a colaboração entre a sociedade civil e o Estado e fomentando a reavaliação das relações de gênero.

#### **4.2.2 - SUBCATEGORIA - Vivências de violências de Gênero por jovens universitárias do curso de Enfermagem e suas repercussões à saúde e na vida acadêmica**

Nesta subcategoria serão discutidas as diversas manifestações de violência de gênero vivenciadas pelas jovens universitárias, acrescidas das repercussões negativas à saúde e na vida acadêmica.

Os resultados revelaram que a violência de gênero fez parte das vivências das participantes ao longo da vida, perpetradas não somente pelo parceiro íntimo, mas também por suas mães, padrastos, pai, irmãos, tios, primos e desconhecidos.

##### **4.2.2.1 – Vivências de violência de gênero no âmbito intrafamiliar e doméstico**

Os resultados revelaram que do total (22) de participantes, sete (07) vivenciaram a violência intrafamiliar ou doméstica na infância ou adolescência. São diversos os relatos de abuso sexual, agressões físicas e xingamentos perpetrados por algum membro da família ou empregado da casa. Situação que expressa o poder do mais forte sobre o mais fraco. Dentro dessa relação de dominação e submissão é que a violência contra crianças e adolescentes predomina de forma silenciosa no seio das famílias a prática sexual entre os seus membros, mesmo que a sociedade não legitime esse tipo de violência (Falcke, 2009; Teixeira, 2013).

Neste sentido, os resultados apontados mostram que das sete (7) participantes, seis (6) relataram vivenciar esse tipo de violência de gênero pelo pai, padrasto, tio e até mesmo pela própria mãe, ou seja, por pessoas próximas, com laços de consanguinidade, conforme é evidenciado nas seguintes declarações:

*Meu pai já me chamou de puta e quando eu tinha 6 anos eu estava com pijama, ele me fez tirar na frente dele e ele rasgou o pijama. E falou: “para você não ficar mais parecendo essa piranha que você está parecendo (E6).*

*Não era uma forma educativa que meu padrasto fazia, era uma forma de espancamento mesmo, até o ponto de uma vez eu quase ficar cega (E16).*

*Eu encontrei o meu tio por parte de pai [...] Eu tinha 11 anos [...] E ele começo a se aproximar de mim, vindo para cima de mim com maldade, me tocando e aí eu comecei a chorar (E17).*

*Eu fui abusada na infância por um primo e por um tio, eu lembro do que eles faziam, se alguém estivesse chegando, eles paravam (E20).*

*Eu sofri muita violência física da minha mãe na infância, eu fui muito negligenciada pela minha mãe (E21).*

Essas narrativas revelam que, desde a infância, algumas participantes foram vítimas de agressões e abusos sexuais, perpetrados por pessoas que deveriam proporcionar proteção e segurança. Essa realidade reforça a existência da violência intrafamiliar, que é sustentada pelas desigualdades de gênero no seio familiar. Portanto, as agressões fizeram parte do cotidiano de algumas participantes desde a mais tenra idade, pois teve início em um ambiente familiar, onde as relações de afeto e afinidade deveriam acontecer. É no lar que aprendemos os valores e conceitos sobre a vida, lugar onde nossas raízes são fundadas (Teixeira, 2013).

Reitera-se que a família possui uma função socializadora, pois é nela que a criança vive a situação de aprendizagem e é introduzida, gradualmente, na vida em grupo, que possibilitará a internalização e a assimilação de regras e normas do contexto familiar, facilitando a sua inserção no meio social de forma segura e equilibrada (Gallassi; Barbosa; Jordão, 2023).

Nesse contexto, em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), voltado para garantir a proteção desses indivíduos, onde a criança e o adolescente são reconhecidos como titulares de direitos, tornando-se sujeitos merecedores de proteção por parte do Estado, da sociedade e da família. Como resultado desse enfoque, as ações violentas direcionadas a esse grupo passaram a ser objeto de análise e intervenção em diversas esferas (OMS, 2002; Conselho Federal de Serviço Social, 2020).

A violência intrafamiliar se constitui em uma das formas mais perpetradas de violência contra as crianças e adolescentes, essa compreende ações que prejudicam o bem-estar, integridade física, psicológica ou liberdade de um membro da família. Pode ocorrer dentro ou fora de casa, envolvendo qualquer familiar (Monti, 2022).

É importante salientar que a violência, a vitimização e a revitimização podem causar impactos significativos ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Quando alguém entra em contato com a violência, seja vivenciando-a diretamente ou testemunhando-a, há uma tendência preocupante de que esses padrões de relacionamentos violentos e agressivos se reproduzam. A exposição à violência torna as vítimas mais vulneráveis a futuros episódios de violência, e isso pode ter sérias consequências para sua saúde mental, podendo desencadear problemas psicopatológicos (Cieplak; Marcomim, 2019).

Essa persistência da violência no seio familiar revela como ela está enraizada na sociedade, muitas vezes aceita de forma natural devido a padrões culturais enraizados. As instituições familiares muitas vezes não conseguem perceber os impactos devastadores dessa violência a longo prazo (Cruz, 2021).

Esses dados contrastam com os resultados de um estudo que analisou os processos de denúncias de violências intrafamiliar praticadas contra crianças e adolescentes. De acordo com esse estudo, a negligência/abandono representou a maioria das violações de direitos (62%), seguida pela violência física (30%), que também foi bastante frequente. Por outro lado, o abuso sexual (6%) e a violência psicológica (2%) foram as violações menos comuns. O estudo identificou casos de violência sexual em apenas cinco crianças (Ferreira *et al.*, 2019).

Essa situação possibilita que as crianças e adolescentes que conviveram com a violência intrafamiliar sofram as consequências e, inevitavelmente, levam, para seus relacionamentos futuros, a tendência de repetição dos padrões vivenciados na família de origem (Silva *et al.*, 2020; Teixeira, 2013), além de terem maior chance de desenvolver problemas de autoestima, em decorrência da quebra de confiança em pessoas que deveriam zelar por elas (Hingel *et al.*, 2021; Teixeira, 2013).

Os resultados também revelaram que uma (1) participante vivenciou a violência sexual por um trabalhador de sua casa, configurando-se como uma violência doméstica.

*Na infância, teve um trabalhador da casa da minha avó que se masturbou na minha frente. Ele me chamou para olhar ele gozando e tal [...] não contei para os meus pais, por medo e vergonha (E4).*

Esse relato evidencia a atitude agressiva, de cunho sexual, onde essa participante foi exposta. Situação que ocorreu no seu próprio lar e sem conhecimento de seus pais, por medo do agressor. Vale destacar que isso ocorre com muita frequência, pois esse tipo de violência ocorre de forma silenciosa, onde a criança se cala e sente-se culpada.

É importante notar que, embora o abuso sexual seja considerado um crime que afeta milhares de crianças e adolescentes em todo o mundo, sua verdadeira prevalência muitas vezes é subestimada devido a fatores como medo, constrangimento, falta de compreensão por parte de familiares e amigos. Portanto, quantificar de forma precisa a extensão da violência sexual continua sendo um desafio constante, uma vez que está intimamente relacionada a tabus culturais, dinâmicas de poder na esfera familiar e à tendência de culpar a vítima (Fiuza; Klanovicz, 2021).

A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, desde que convivam no espaço doméstico, mesmo que esporadicamente, incluindo trabalhadores e empregados domésticos (Brasil, 2002; Teixeira, 2013). Em ambos os casos podem ocorrer agressões que incluem maltrato físico, sexual, psicológico, econômico e que, algumas vezes, podem levar até à morte (Brasil, 2002).

Nesse contexto, o Ministério da Saúde define violência sexual contra crianças como o envolvimento delas em atividades sexuais que não compreendem totalmente e para as quais não têm a capacidade de consentir, ou que violam as leis ou normas sociais. Além disso, inclui o uso exploratório de crianças em performances e materiais pornográficos, atos de natureza sexual que não envolvem contato físico (como voyeurismo ou assédio sexual) e exploração online (BRASIL, 2009).

No cenário brasileiro, é fundamental destacar que a carência de informações sistematizadas e contínuas dificulta a avaliação e o enfrentamento do problema. Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, estabelecer a obrigatoriedade de notificação de todos os casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes, somente em 2006 o Ministério da Saúde implementou, em âmbito nacional, o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA). Esse sistema visa coletar dados de maneira padronizada, permitindo a análise regular dessas informações. No entanto, é reconhecido que esse tipo de transgressão frequentemente é negligenciado, ocorrendo de forma velada e, na maioria das vezes, não é denunciado, sugerindo que as taxas reais podem ser consideravelmente superiores às publicadas (Silva *et al.*, 2020).

O estudo conduzido por Silva e colaboradores (2020) revela que nos Estados Unidos, o abuso sexual infantil é a terceira forma mais comum de violência contra crianças, classificando-se após a negligência e o abuso físico. De acordo com dados nacionais apresentados no 13º Anuário de Segurança Pública, em 2018, o Brasil registrou 66.041 casos de estupro, o que equivale a uma média de 180 casos diários. Entre as vítimas, 80,0% eram do sexo feminino, sendo que 53,8% tinham menos de 13 anos de idade. Isso implica que, nesse período, quatro meninas com menos de 13 anos foram vítimas de estupro a cada hora.

Os resultados revelam que o cotidiano dessas participantes que vivenciaram a violência de gênero desde a infância e outras, ao longo de suas vidas. Essas experiências têm potencial significativo para influenciar suas condutas diante de situações semelhantes. A exposição a diferentes formas de violência pode deixar marcas profundas, impactando não apenas aspectos emocionais, mas também moldando suas estratégias de enfrentamento em futuras adversidades (Amorim *et al.*, 2021; Teixeira, 2013).

#### **4.2.2.2 – Vivências de violência de gênero nas escolas de ensino fundamental**

As participantes também relataram ter vivenciado violência de gênero na escola, durante a realização do ensino fundamental. Dez (10) jovens afirmaram que as situações envolveram professores e colegas de classe, por meio assédio sexual, conforme as falas a seguir:

*No colégio em que estudei, havia um professor que assediava as alunas, o que era notório para todos, mesmo assim ele não foi expulso. Ele tocava nas meninas (E5).*

*Na escola, teve uma vez que vários garotos se juntaram numa parte isolada do colégio e teve esses atos sexuais com uma menina só, abusaram dela (E15).*

*Na escola teve um professor de Educação Física, ele ficava dizendo “que corpo bonito”, “vocês estão solteiras?”, “vocês estão ficando bonitas”. Aí fingia que ia tocar no ombro, aí descia a mão (E16).*

*Eu estudava numa escola que só usava uniforme de saia. Então, praticamente todos os dias eu recebia assédio de homens me chamando, puxando a saia, falando coisas com conotação sexual (E20).*

*Tinha uma sala no colégio em que a gente assistia os filmes que os professores passavam, aí teve um dia que fomos assistir um filme, a gente se deitou nas almofadas, e eu me deitei de bruços,*

*aí depois eu percebi que os meninos estavam tirando foto da minha bunda, estavam dando zoom na minha bunda (E22).*

Esses relatos destacam a presença de violência sexual e suas diversas manifestações, ocorrendo em um ambiente destinado legalmente a proporcionar proteção e segurança a todos os presentes: a escola.

A violência sexual no contexto escolar tem repercussões na saúde individual e coletiva, podendo resultar em mortes, lesões e traumas físicos, psicológicos e emocionais. Além disso, interfere na qualidade da educação, nas relações entre estudantes e demais membros da comunidade escolar, no desempenho acadêmico dos alunos e nas taxas de evasão escolar. Dessa forma, constrangimento, medo, vergonha e pressão social são fatores que contribuem para a subnotificação de casos de violência sexual que ocorrem no ambiente escolar (Santos; Lima, 2023).

Nesse contexto, a ocorrência de abusos sexuais contra adolescentes não se restringe a um local específico; pode acontecer em casa, na escola, no trabalho e na comunidade. Embora os meninos também possam ser afetados, estudos indicam que as meninas constituem a maioria das vítimas de abuso sexual (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021; Santos; Lima, 2023).

Infelizmente, relatos de violência sexual perpetrada por múltiplos agressores têm se tornado cada vez mais comuns na mídia. Cabe destacar que como na pesquisa em tela, houve um caso amplamente difundido no Brasil, ocorrido em 2016, foi o estupro coletivo de uma adolescente de apenas 16 anos, no Morro do Barão, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que supostamente teria sido praticado por 33 homens. No caso em comente, a vítima foi publicamente exposta com a divulgação do vídeo do ato na internet, em que a vítima se encontra desacordada e dopada, enquanto um homem está a tocando e é possível ouvir as vozes dos outros homens no mesmo ambiente (Melo, 2020).

Ao observar os crimes contra a dignidade sexual, especialmente o estupro, percebe-se que houve alguns avanços na abordagem desses casos. No entanto, ainda estamos longe de alcançar a verdadeira justiça. O Estado frequentemente adota uma postura mais punitiva do que preventiva, o que nos mantém presos em um ciclo onde ações são tomadas apenas após o constrangimento, trauma e submissão das mulheres a situações extremamente indignas (Gennarini; Domingos, 2020).

Pesquisa abrangendo cinco escolas públicas estaduais de Ensino Médio Regular e quatro de Ensino Técnico, localizadas em quatro municípios do estado de São Paulo.

Durante a coleta de dados no campo, emergiram relatos de ocorrências de assédio, incluindo casos ocorridos dentro das próprias escolas e envolvendo professores, como parte integrante das informações reunidas. A pesquisa também destacou que, em muitas ocasiões, as instituições não demonstraram uma resposta eficaz diante das denúncias de assédio, adotando medidas consideradas insuficientes. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem mais adequada por parte das escolas para enfrentar essa problemática (Silva *et al.*, 2023).

Um dos casos relatados envolvendo um professor gerou críticas por parte das estudantes, uma vez que, mesmo com a administração escolar ciente de que "o professor flertava com as alunas e tirava fotos delas durante as aulas", não foram tomadas medidas adequadas para atender às preocupações das vítimas. Além disso, a pesquisa identificou situações em que professores acusados foram transferidos para outras localidades, bem como casos de silenciamento e procedimentos administrativos imprecisos (Silva *et al.* 2023).

Estudo realizado na escola pública do município de Abaetetuba/PA, foi identificado um caso de assédio sexual que atraiu considerável atenção da mídia local. Entretanto, existe a possibilidade de haver mais ocorrências semelhantes. O enfoque recaí sobre o caso de uma jovem que foi alvo de abordagem por parte de um professor, o qual proferiu piadas de cunho erótico e fez convites sexuais explícitos. Após a denúncia feita pela aluna, esse caso de assédio sexual tornou-se amplamente discutido nas redes sociais (Barbosa, 2021).

Neste sentido, o professor não deveria explorar ou obter vantagens de qualquer natureza sobre as alunas. O professor deve manter a ética em sua conduta, não utilizando a natureza de sua relação profissional para qualquer finalidade (Amorim *et al.*, 2021).

Assim, quebrar o pacto de silêncio diante do abuso sexual é uma tarefa desafiadora. As meninas necessitam sentir-se protegidas para compartilhar suas experiências com um adulto. Refletir sobre sexualidade e violência sexual é uma forma de proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

#### **4.2.2.3 – Vivências de violência de gênero no âmbito da universidade**

Os resultados revelaram que do total (22) de participantes dezoito (18) relataram terem vivenciado violência institucional, assédio sexual, importunação sexual em festas e trotes, além de episódios de racismo dentro da universidade. Essas experiências foram

atribuídas a docentes, colegas de classe, profissionais enfermeiros, pacientes e seus acompanhantes durante os estágios.

Desse total (18), doze (12) jovens afirmaram terem vivenciado a violência nas relações entre os professores e profissionais de saúde, destacando, especialmente, as relações de poder do professor sobre o estudante no contexto das aulas teórico-práticas e/ou estágios, de acordo com as falas a seguir:

*Na faculdade um professor ficava questionando o porquê eu tenho pelos nas pernas. E perguntava assim: nossa! Seu namorado não se incomoda de você ter essa perna cheia de pelos? (E1).*

*Querendo ou não alguns professores acabam te humilhando. São situações que eu acho que não deveriam ser feitas dessa forma hostil (E10).*

*A professora, durante o estágio falou gritando: “como é que você não sabe sobre isso? Como você quer ser enfermeira assim?”. Isso que faz a gente se sentir insuficiente, e ainda foi na frente de todo mundo, me senti humilhada (E12).*

*A professora atribuiu o fato de eu ser gorda, isso foi na frente de todo mundo (E15).*

*Já sofri de um técnico de enfermagem. Ele ficava elogiando. E eu nem estava conversando com ele. Outro dia, eu estava evoluindo e abaixei a máscara, aí eu não estava falando nada e ele chegou para mim e disse: “nossa, você é muito bonita! Eu fico aqui só admirando”, fiquei muito constrangida (E17).*

*Eu estava vestindo uma saia e nem era curta e havia só um colega na sala de aula, além do professor. De repente, meu colega fez um comentário inapropriado sobre minha saia, e o professor simplesmente riu e disse: “Ah, se ela veio de saia, ainda por cima coladinha”. Esse comentário do professor me deixou constrangida, tanto que eu peguei minhas coisas e saí imediatamente, fui embora (E22).*

Essas narrativas revelam que algumas participantes foram vítimas de humilhações e intimidações por profissionais que deveriam promover a educação em um ambiente que deveria ser seguro, como é o caso da universidade. Portanto, a violência psicológica permeia o cotidiano das jovens que estão em processo de formação profissional, que, por sua vez, apresentam dificuldades para pensar sobre ela e sobre o que fazer diante das situações em que ela se apresenta. Essas manifestações são demonstradas pela falta de respeito, preconceitos e nas relações de poder estabelecidas, especialmente entre docentes e discentes (Zanatta *et al.*, 2018)

Destaca-se que o ambiente universitário, que idealmente deveria ser um espaço de aprendizado e crescimento, tornou-se cenário de experiências negativas, refletindo uma realidade alarmante. Esses relatos destacam a necessidade urgente de abordar e combater a violência dentro das instituições de ensino superior, garantindo um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes (Souza *et al.*, 2021).

Nesse contexto, as ramificações da violência institucional no ambiente universitário são diversas, envolvendo desde danos comportamentais, emocionais e cognitivos até a evocação de sentimentos como a sensação de desmerecimento e falta de reconhecimento das competências do aluno. Essa realidade pode desencadear a desmotivação para a busca do conhecimento, transformando as salas de aula em ambientes percebidos pelos alunos como locais de sofrimento, prejudicando não apenas a autoestima, mas também o senso de pertencimento à comunidade educacional. Adicionalmente, a violência institucional pode acarretar um desempenho acadêmico deficitário, isolamento social, retraimento e, em situações extremas, a evasão do ambiente universitário (Nunes; Torga, 2020).

Estudo que explorou diversas formas de violência nas interações pedagógicas no ambiente universitário, com foco nas relações entre professores e estudantes, revelou como a disparidade de poder e hierarquia pode desencadear situações violentas. Essas violências foram observadas em cenários nos quais professores sujeitam os estudantes a constrangimentos, humilhações e pressão psicológica, como quando um estudante é repreendido ou desrespeitado após fazer uma pergunta. Em certas ocasiões, os docentes questionam a capacidade dos estudantes de aprender, menosprezando suas habilidades e colocando em dúvida sua presença na instituição acadêmica. Isso se reflete na imposição de demandas que excedem as capacidades dos estudantes e na negação de uma orientação adequada (Maffissoni *et al.*, 2020; Panúncio-Pinto; Alpes; Colares, 2019).

Além disso, destaca-se a persistência da violência institucional no ambiente universitário, isso é evidenciado pelas referências a situações como a disseminação de piadas com conotação sexista, comentários que desqualificam intelectualmente as mulheres e críticas relacionadas à vestimenta. Tal constatação sugere que essa violência muitas vezes assume uma natureza sutil e quase imperceptível (Lizzi; Cavaleiro, 2020).

Os resultados revelaram que dezessete (17) participantes vivenciaram assédio sexual na universidade perpetrado por professores.

*Numa aula de exame físico, ele ficava tocando na gente exacerbadamente. Ele tocava na gente sem nossa permissão em todo momento. E a gente dizia que não queria, que não estava confortável. Até para explicar, dar aula, ele ficava fazendo carinho no nosso ombro (E02).*

*Foi um professor, ele insinuou que transaria comigo [...] ele foi dar um exemplo e me botou no exemplo, só que o exemplo tinha contexto sexual [...] (E10).*

*O palestrante que era professor de outra instituição, tinha solicitado alguém para ele fazer um exame clínico de mama [...] Quando eu estava já lá na frente de todo mundo [...] Eu achei que tinha entendido errado, porque no meio do exame, teve um momento que ele chacoalhou o meu seio. E quando eu estava saindo, ele me puxou pelo braço e me deu um beijo no rosto. (E19)*

*Têm aulas de professores específicos que eu não conseguia sentar na frente, porque ele passava a mão nas alunas e toda aula dele eu ficava apavorada e desconfortável (E20).*

*Numa aula, o professor estava fazendo exame físico de abdome numa menina e tocando a parte inferior dos seios dela, ela estava visivelmente constrangida, aí ela abaixou um pouco a blusa e ele foi e levantou de novo (E21).*

As narrativas das participantes expõem experiências em que seus corpos foram tocados sem consentimento, sujeitando-as a situações de desconforto e invasão de privacidade. Além disso, algumas delas relatam terem sido alvo de piadas com conotação sexual, evidenciando um ambiente em que práticas inadequadas e desrespeitosas permeiam as interações aluno-professor.

Nesse contexto, a discussão acerca do assédio nos ambientes acadêmicos continua a demandar progressos. Funcionando como uma forma de violência silenciosa em meio à denominada "cultura do medo" que permeia o ambiente acadêmico, o assédio é uma manifestação decorrente de uma sociedade marcada pelo machismo e patriarcado, afetando predominantemente as mulheres (Santos, 2021).

No período entre 2008 e 2019, estima-se que mais de 550 mulheres tenham sido vítimas de violência sexual em instituições de ensino superior. É importante ressaltar que esse número pode ser ainda mais elevado devido à subnotificação de casos (Sayuri; Sicuro, 2019).

A aceitação generalizada de comportamentos violentos direcionados às mulheres e a minimização de suas implicações por parte das autoridades em exercício têm gerado atritos nas relações estabelecidas entre os diversos setores da universidade, incluindo

acadêmicos, profissionais de apoio e estudantes. Esse fenômeno, em parte, se deve à perpetuação de um sistema educacional patriarcal que legitima a desigual distribuição de capital cultural, a objetificação do feminino e a continuidade das diversas formas de violência contra as mulheres (Sandoval-Obando; Penã, 2019).

No âmbito universitário, onde as mulheres compõem a maioria, elas são, com frequência, as que enfrentam diversos tipos de violência, que podem incluir violência sexual, psicológica, moral ou física perpetrada por homens, sejam eles outros estudantes, professores ou pessoal técnico-administrativo. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo Instituto Avon e Data Popular (2015), 67% das participantes relataram ter sido vítimas de pelo menos um tipo de violência no ambiente acadêmico, sendo o assédio sexual uma ocorrência frequente, mencionado por 56% dessas mulheres. Além disso, elas indicaram experiências de desqualificação intelectual (49%) e o medo de viver violência (42%). Em um estudo realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 94% das mulheres participantes afirmaram ter sofrido assédio ou conhecer alguém que tenha sido assediado, e 52,2% relataram terem sido elas próprias vítimas de assédio dentro da instituição (Mota *et al.*, 2022).

Pesquisa realizada pelos institutos Avon e Data Popular, que englobou estudantes de instituições de ensino superior (IES) em todo o país, revelou que 67% das entrevistadas já vivenciaram algum tipo de violência no ambiente universitário. Além disso, os resultados destacam o anseio da comunidade acadêmica por medidas que enfrentem essa questão, uma vez que 88% dos homens entrevistados e 95% das mulheres acreditam que a faculdade deveria estabelecer mecanismos para responsabilizar aqueles que praticam violência contra as mulheres dentro da instituição (Maito *et al.*, 2019a).

Dessa forma, diversas manifestações de assédio continuam sendo aceitas como algo comum em diversos cenários da vida social, acadêmica e profissional na sociedade atual. Políticas e iniciativas para combater essas formas de violência têm surgido em várias esferas, visando a desencorajar tais práticas, que muitas vezes estão enraizadas em aspectos estruturais da sociedade (Santos, 2021).

Além dos casos de violência psicológica e do assédio sexual advindo de alguns docentes do sexo masculino, duas (2) participantes relataram terem experienciado assédio sexual perpetrado por colegas na universidade.

*Uma brincadeira entre amigos, que eu não me senti bem, que me deram um tapa na bunda, isso aconteceu no Instituto Biomédico, lá no Centro, foi um constrangimento muito grande (E7).*

*Desde o início da faculdade ele me persegue [...] Todas as vezes que eu encontro com ele, ele pede e insiste. Só que chegou um momento que estava me deixando desconfortável, porque a gente ia na praia e ele pedia para as pessoas ficarem mais perto do mar para a gente ficar lá sozinho comigo. Só que eu não queria ficar sozinha com ele (E8).*

As narrativas dessas participantes revelam que uma delas foi alvo de brincadeiras de cunho sexista, que incluíram toques indesejados em partes íntimas. Adicionalmente, uma outra relatou a experiência de perseguição por parte de colegas no ambiente acadêmico, evidenciando a contínua vulnerabilidade da mulher a situações de assédio sexual, tanto por indivíduos em posições de poder como entre os pares. Esses relatos ressaltam a importância de abordagens preventivas e de combate ao assédio no contexto universitário.

O sexismo presente em nossa sociedade é tão enraizado que piadas, cantadas e brincadeiras de teor sexual, que colocam as mulheres em situações constrangedoras, tornam-se apenas mais uma ocorrência comum no cotidiano, seja no ambiente de trabalho, na escola, na universidade ou até mesmo nos momentos de lazer. O assédio sexual é uma questão tão rotineira em nossa cultura que, muitas vezes, passa despercebido ou, quando identificado, é motivo de escárnio e mais brincadeiras, o que acaba por envergonhar ainda mais a mulher que sofreu com a ação (Sá; Folriani; Rampazo, 2018).

No que diz respeito à perseguição, também chamada de *stalking*, ela é definida como uma forma de violência em que uma pessoa impõe persistentemente sobre outra um conjunto de comportamentos de assédio que são indesejados e intrusivos respectivamente (Sivertsen *et al.*, 2019).

Estudo realizado na Noruega com estudantes universitários investigou o assédio sexual. A pesquisa, realizada de forma online, obteve uma taxa de resposta de apenas 31% dos estudantes. Entre os participantes, cerca de 24% relataram ter enfrentado assédio sexual em algum momento da vida. Houve uma distinção notável entre homens e mulheres, com 31% e 8%, respectivamente, indicando que foram vítimas de assédio sexual. As formas mais comuns relatadas incluíam expressões sexuais, comentários sobre o corpo e toques indesejados. Além disso, 17% das entrevistadas

mencionaram ter sofrido assédio sexual desde o início da faculdade (Sivertsen et al., 2019).

Uma (01) das participantes relatou ter enfrentado importunação sexual por parte de colegas na universidade, conforme fala a seguir:

*Na outra faculdade que eu estudava, eu lembro que, uma vez, eu pegando o 485 já teve casos de colegas me olhando, falando, tipo, “gostosa” [...] ficam falando “ah, vai pra festa né? Vai beber” (E5)*

A narrativa destaca que as mulheres são frequentemente sujeitas a olhares e comentários indesejados, sendo objetificadas e estereotipadas. Além disso, os comentários sobre ir a festas e consumir bebidas alcoólicas revelam estereótipos prejudiciais associados à conduta feminina. Isso evidencia que, independentemente de ser uma ocorrência frequente ou não, a importunação sexual está profundamente enraizada em nosso dia a dia.

Assim, entre as violências enfrentadas pelas mulheres na sociedade, destaca-se a importunação sexual, caracterizada pela prática de atos libidinosos sem o consentimento da vítima, visando satisfazer a lascívia própria ou de terceiros. A legislação brasileira passou a contemplar explicitamente a importunação sexual a partir de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.718/2018 (Klement; Castro, 2022).

Um levantamento realizado pelo Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora revelou que 23% das estudantes de graduação no campus de Juiz de Fora relataram ter vivenciado algum tipo de violência dentro da universidade, destacando casos de assédio e importunação sexual (Gomes, 2021b).

Nesse sentido, considera-se que as relações de poder intensificam a sensação de impunidade dos agressores. Em contrapartida, o silenciamento das instituições também contribui para a perpetuação de cenários que ampliam o domínio do agressor sobre a mulher e desencorajam a denúncia. A falta de recursos formais, ou até mesmo a lentidão de seus procedimentos, limitam o acesso a informações sobre os casos, reforçando a atmosfera tendenciosa que envolve essa questão em nossa sociedade (Amorim *et al.*, 2020).

Essa realidade repercute em diversas manifestações de violência e tem um impacto verdadeiramente prejudicial na integridade do corpo feminino. Por séculos, a dignidade sexual do corpo feminino foi negligenciada, especialmente considerando nossa estrutura de Estado patriarcal e opressor. Dessa forma, qualquer forma de

violência de gênero perpetrada contra a mulher é resultado de nossa construção histórica e cultural.

Entretanto, o silenciamento das mulheres, a subnotificação dos casos e a insuficiência ou ineficácia das medidas de combate contribuem para a continuidade da invisibilidade do problema, com sérias implicações para a saúde mental das vítimas e frequentemente resultando na impossibilidade de permanecerem no ambiente acadêmico (Teixeira; Rampazo, 2017).

Ademais, o ato de permanecer em silêncio diante do assédio está intrinsecamente ligado à dificuldade de provar o ocorrido, à tendência de culpabilizar a vítima e ao temor de retaliação. Conseqüentemente, denunciar não é uma tarefa simples, pois exige que a pessoa assediada compreenda o que está acontecendo, enfrente desigualdades de poder e lide com o possível julgamento da sociedade.

Os resultados revelaram também que houve as diversas formas de violência durante os trotes universitários, de acordo com a fala de três (03) participantes.

*Você tinha que subir num palco e, quem estivesse namorando, tinha que falar que o relacionamento ia acabar, entendeu? Porque se você entrasse lá, você ia sair solteiro [...] tinha uma frase “o que o amor constrói, a universidade destrói”, entendeu? Aí era bem desconfortável essa situação (E12).*

*Na outra faculdade que eu fazia, era um curso de engenharia. E eu sentia que vários homens vão ali para o trote, meio que como se fosse uma caça, sabe? Ficam sondando quem “tá” solteiro, quem não “tá”, ou ficam te atacando de alguma forma (E14).*

*Teve um trote que descobriram que a menina era virgem, aí chamaram ela [...] meio que aconteceu alguma coisa que aquela menina era tipo leilão, estava leiloando a virgindade dela (E15).*

Conforme relatado, os trotes foram vinculados a práticas de violência psicológica e sexual, resultando em desconfiança e temor. De acordo com as participantes, essas atividades são intensas e incluem situações indesejadas, como humilhação, ridicularização, discriminação, invasão, assédio, malícia e submissão.

Dessa forma, é fundamental realizar uma análise crítica dos impactos das práticas abusivas, tais como exposições públicas de calouros envolvendo perguntas invasivas, sexistas ou descontextualizadas, bem como atividades que remetem aos leilões, constrangimentos que obrigam os calouros a pedirem dinheiro em espaços públicos dentro do campus e o uso de placas com apelidos frequentemente

depreciativos. É inquestionável o impacto dos trotes na geração de conflitos éticos, especialmente devido aos constrangimentos que podem ser impostos aos envolvidos, principalmente àqueles que se encontram em uma posição mais vulnerável nas interações acadêmicas (Maito; Panúncio-Pinto; Vieira, 2022).

Estudo conduzido na Universidade Federal localizada no sul do Brasil, envolvendo 25 universitários, revelou que os trotes estão diretamente relacionados a práticas de violência física, moral e psicológica. De acordo com os entrevistados, alguns trotes são excessivamente severos, levando a situações indesejáveis. O desrespeito à dignidade e autoestima dos calouros constitui uma forma de violência, uma vez que fere ou ameaça sua integridade moral e física, e tais direitos não deveriam ser objeto de negociação. Além disso, vaias e outros métodos de coação ou assédio são frequentemente empregados pelos veteranos para forçar a submissão dos indivíduos (Vegini; Finkler; Ramos, 2019).

Na ótica coercitiva, o trote está associado a abusos e excessos, os quais ocorrem com frequência quando o comportamento dos veteranos se manifesta como atos de dominação sobre os calouros. Isso se manifesta na prática por meio de uma relação de poder evidente nas atividades que são planejadas previamente pelos veteranos ou pelos "comitês de recepção" institucionais. Essas atividades acabam por legitimar a hierarquia social baseada no poder do conhecimento em nossa sociedade e na sensação de posse de um território (Meneghel, 2019).

A violência está, portanto, profundamente enraizada na dinâmica dos grupos, fundamentada na pressão que desequilibra o equilíbrio de poder. Aqueles que resistem ou optam por não participar das brincadeiras do grupo frequentemente enfrentam rejeição ou exclusão, evidenciando como a violência pode ser utilizada como instrumento de coerção e controle social dentro desses contextos.

Uma (01) participante compartilhou uma experiência de vivenciar racismo na universidade, perpetrado por um professor, conforme relato a seguir

*Uma professora falou do meu cabelo [...] Porque tem uma disciplina que a gente tem que "tá" sempre de cabelo preso [...] E a professora deixou explícito que estava desarrumado, que estava bagunçado, que meu cabelo era horroroso, porque o cabelo era crespo, que provavelmente eu estava no curso errado, só que meu cabelo estava preso. E, tipo, a gente sabe que "tá" muito ligado ao racismo e foi algo que me chocou muito. E isso foi feito na frente de todo mundo, do grupo, da turma (E04).*

Conforme relatado pela participante, ela vivenciou situações que incluíram piadas ou comentários relacionados ao cabelo crespo, olhares de desconfiança, não reconhecimento como integrante do curso de Enfermagem, exclusão social e uma maior cobrança por parte da docente. Dessa forma, práticas racistas podem se manifestar de maneira direta, como, por exemplo, ao proibir a entrada de determinados grupos raciais em espaços específicos, como também pode se manifestar de forma indireta, quando as demandas específicas desses grupos são ignoradas e quando se nega a existência de desigualdades sociais (Fredrich *et al.*, 2022).

É importante destacar a diferença entre preconceito, que consiste em ideias preconcebidas por meio de estereótipos, discriminação (tratamento diferenciado de forma intencional ou não) e o sistema de opressão de um grupo sobre outro com base na raça/cor, ou seja, o racismo. Este último se manifesta como uma forma sistemática de dominação evidenciada por práticas conscientes ou inconscientes, resultando em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem (Fredrich *et al.*, 2022).

Essas práticas discriminatórias resultaram em estigmas que persistem até os dias atuais, relegando grande parte desse grupo a uma posição social marginalizada, desprivilegiada e carente. Nesse contexto, a formação de profissionais na área da saúde durante a graduação reflete esse processo, tornando evidente o acesso desigual à educação universitária. Atualmente, a proporção de estudantes negros na graduação em enfermagem é de 37,9% (Silva *et al.*, 2023).

De acordo com o estudo Demografia Médica, apenas 28% dos egressos dos cursos de Medicina em 2019 no Brasil eram estudantes negros, dos quais 24,3% eram pardos e 3,4% eram pretos. Essa porcentagem contrasta significativamente com a proporção de 56% de pessoas negras na composição da população brasileira, conforme dados do IBGE (2020).

Quanto à inadequação da preparação das universidades no processo de formação, especialmente em relação à diversidade, observa-se que, à medida que essas instituições se tornam mais heterogêneas, incorporando indivíduos de diversos grupos econômicos, sociais, gêneros e raças em seus corpos docente, discente e administrativo, os currículos ainda refletem predominantemente a influência do contexto europeu e norte-americano de aprendizagem (Silva *et al.*, 2023).

Por fim, a luta contra o racismo nas instituições de ensino superior envolve a conscientização sobre a racialização das pessoas brancas, o reconhecimento da

existência e das diversas manifestações de racismo nesses ambientes, bem como a responsabilização dos gestores perante a comunidade interna e externa à academia. Isso implica em reconhecer as limitações estruturais que dificultam a superação do racismo na atualidade.

#### 4.2.2.4 – Vivências de violência perpetrada por parceiro íntimo

Os resultados revelaram que do total (22) de participantes, vinte (20) afirmaram que viviam ou já haviam vivenciado mais de uma alguma forma de VPI nos seus relacionamentos de namoro. Neste sentido, vale destacar que a violência no namoro é caracterizada como a prática de atos, omissões e comportamentos que causem ou tenham o potencial de causar prejuízo emocional, físico e sexual ao parceiro afetivo-sexual (Carvalhoes; Cárdenas, 2021).

Sobre a violência psicológica, a maioria (18) das participantes afirmaram que haviam vivenciado.

*Eu já tinha dito que me incomodava, sobre o que ele falava sobre minha aparência, pelo meu jeito de ser e que incomoda ele [...] (E1).*

*Ele não gosta que eu use batom, porque acha vulgar (E2).*

*Eu namorava com uma pessoa [...] Aí ele falou: “ah, nossa, você vai preferir então ir pro Rio pra estudar do que ficar aqui comigo?” (E12).*

Essas falas expressam que essas jovens foram controladas, cerceadas de seus desejos e tiveram sua autoestima diminuída. A forma de violência mais prevalente no estudo realizado por Souza, Silva e Honorato (2022) foi a violência psicológica, que tende a ser muito mais comum do que a violência física nas relações entre jovens. Essa forma de violência é particularmente desafiadora de identificar, pois afeta diversas dimensões da vítima, e sua invisibilidade deixa marcas devido à sua frequência. Além disso, a trivialização com que é tratada desestrutura a identidade individual.

Destaca-se que o fato de frequentar à faculdade pode aumentar o risco de VPI para mulheres que transitam entre ambientes sociais dentro e fora do campus, especialmente quando o parceiro busca restringir e controlar a experiência da universitária na faculdade e/ou se sente ameaçado pelo progresso alcançado pela parceira (Frugoli *et al.*, 2019).

Na perspectiva da violência psicológica, seis (06) das participantes relataram que foram ameaçadas por seus namorados, como pode ser visto nas declarações a seguir:

*Eu já mandei fotos quando mais nova para um garoto que ficava e ele chegou a me ameaçar, a dizer que ia divulgar minha foto. (E3).*

*Ele ameaçava se matar também, ameaça fazer coisas contra mim. [...] Ele falava que estava armado. Me senti coagida (E16).*

*Ele ameaçava que ia botar as fotos no grupo do pessoal [...] Ele falava “olha, eu vou fazer a mesma coisa que fizeram com sua prima” (E21).*

Essa fala expressa que essas participantes vivenciaram uma manifestação de violação de privacidade e abuso de confiança em relacionamentos íntimos. Essa experiência ilustra os riscos associados à confiança digital e ao compartilhamento de imagens pessoais em um mundo cada vez mais conectado. A divulgação não autorizada de imagens íntimas, muitas vezes referida como "pornografia de vingança" é uma forma de violência virtual que pode ter sérias repercussões emocionais e sociais para as vítimas. Adicionalmente, o uso de ameaças, tanto contra a própria vida quanto contra a vítima, contribui para um ciclo de abuso psicológico.

O estudo conduzido por Pedruzzi e Garcia (2021) reforça os dados desta pesquisa ao indicar que estudantes universitários relataram que o uso de dispositivos móveis, como celulares, e a internet como meios para cometer algum tipo de violência em um relacionamento íntimo foram mencionados por uma proporção significativa, representando 48,4% e 37,5%, respectivamente.

A prática de enviar "nudes" entre jovens, na qual indivíduos compartilham imagens sensuais de si mesmos com parceiros íntimos, tornou-se uma tendência generalizada atualmente (Huertas, 2022). No entanto, a problemática surge quando o relacionamento termina, uma vez que o parceiro que detém esse conteúdo pode utilizá-lo de maneira prejudicial, adotando a prática conhecida como "pornografia de vingança". Nesse contexto, o objetivo é constranger e se vingar do ex-parceiro(a) ao compartilhar publicamente as fotos ou vídeos íntimos.

Diante desse panorama, medidas preventivas e a conscientização sobre os riscos envolvidos no compartilhamento não consensual de conteúdo sensível tornam-se cruciais. Essas reflexões buscam contribuir para a promoção de relações digitais saudáveis e o combate a práticas que perpetuam a violação da privacidade e o assédio nas plataformas online.

O termo *sexting* é classificado como um neologismo contemporâneo que combina "sex," relacionado ao sexo, com *texting*, relacionado a mensagens, englobando,

em sua definição, a troca de mensagens auto elaboradas de teor sexual entre indivíduos, que podem ou não incluir imagens, como fotos e vídeos, transmitidas através de telefones celulares e pela internet (Souza; Lordello, 2020).

Pesquisa recente revelou que cerca de 20% dos participantes já foram vítimas involuntárias de *sexting*, indicando a presença frequente de coerção nas relações afetivas relacionadas ao sexting. Além disso, constatou-se que as mulheres que foram coagidas a praticar sexting apresentaram traumas mais duradouros. A correlação significativa entre a coerção para o *sexting* e a prática indesejada desse comportamento, sobretudo entre as participantes do sexo feminino, reforça as disparidades de gênero no fenômeno (Souza; Lordello, 2020).

Assim, mulheres que sofrem com a divulgação inadequada de suas imagens íntimas, conhecida como *cyberbullying*, enfrentam diversas consequências adversas, como ameaças, desaprovação familiar, isolamento social, assédio e ridicularização (Beechay, 2019). Essas repercussões negativas podem levar a situações extremas, como suicídio ou a busca de refúgio para escapar de agressões físicas e psicológicas. Em uma sociedade marcada pelo machismo e patriarcado, as vítimas são alvo de insultos, objetificação e frequentemente responsabilizadas pelo vazamento de suas imagens íntimas.

É relevante destacar que a literatura internacional revela que os homens não apenas sofrem menos vitimização, mas também podem receber elogios e ser enaltecidos pelas imagens, que são vistas como uma afirmação de sua masculinidade. Este estudo também alerta para a maior incidência da prática de produção de imagens íntimas não consensuais entre mulheres, especialmente devido à coerção, chantagem ou pressão dos pares para o envio de mensagens e/ou imagens (Duarte, 2022).

Nesse contexto, é imperativo reconhecer a influência dos marcadores de gênero, pois as mulheres são as principais vítimas do vazamento de imagens íntimas e enfrentam as consequências mais severas e penalidades.

Na ótica da violência psicológica, duas entrevistadas (2) compartilharam as vivências de perseguição por parte de seus parceiros íntimos, conforme expresso nas seguintes declarações:

*E, da parte dele, já teve vezes “d’eu” falar não e ele insistir e aí eu acabar cedendo, sabe e eu também me senti mal e ficava me perseguindo nos lugares que eu ia, tipo querendo me controlar (01).*

*Tanto que chegou um momento que parecia que era uma ajuda, mas eu vendo hoje em dia, não era uma ajuda, na verdade, era um tipo de perseguição, porque chegou um momento que ele chegava a me levar para a universidade e ficava lá horas me esperando. (E16).*

Esses relatos de perseguição por parte de parceiros íntimos, apontam para dinâmicas preocupantes nas relações afetivas. Essas experiências destacam como a pressão e a insistência por parte dos parceiros podem criar um ambiente de controle e coerção, onde a vontade da vítima é subjugada. Além disso, a sensação de vigilância constante e o sentimento de não ter liberdade são aspectos alarmantes dessas vivências (Pedruzzi; Garcia, 2021).

Souto e colaboradores (2021) cita a palavra “*stalking*” para traduzir o conceito de perseguição que ocorre quando alguém se comporta de maneira repetitiva, invasiva e intimidadora em relação a uma pessoa específica, fazendo com que a vítima se sinta incomodada ou temerosa por sua segurança.

De acordo com estudo de Assumpção Filho (2023), foi constatado que 69% do total de vítimas de feminicídios consumados passaram por situações de perseguição durante o relacionamento que antecedeu esse desfecho trágico. Essas evidências ressaltam a importância de focalizar a pesquisa no contexto da VCM, um campo interdisciplinar que abrange diversas áreas do conhecimento, com destaque para a saúde da mulher e suas complexas determinantes. No âmbito jurídico, a Lei nº 14.132/21 autonomamente definiu a conduta de perseguição como crime, sem deixar de considerar as sanções relacionadas aos atos que compõem essa conduta. Dentro das questões relacionadas à saúde da mulher, torna-se crucial descrever, analisar e compreender suas implicações e consequências.

Assim, ao ingressarem em relacionamentos afetivos e amorosos, as mulheres confrontam os padrões de gênero presentes nessas interações, potencialmente resultando em conflitos e diversas formas de violências (Mascarenhas *et al.*, 2020).

No contexto dos ciúmes, os resultados revelaram que dez (10) participantes compartilharam suas vivências em brigas com parceiros íntimos. O ciúme se destacou como o principal desencadeador da violência, revelando-se um fator determinante na eclosão de conflitos nos relacionamentos. O sentimento de ciúmes, frequentemente desencadeado por situações de desconfiança, independentemente de serem reais ou suposições, juntamente com as dificuldades associadas ao término e à separação, assim como a insegurança experimentada pelo parceiro quando a parceira ingressa na

universidade, contribuem para a desencadeamento de conflitos que culminam em atos de violência em relacionamentos íntimos.

*Em uma das nossas discussões ele falou assim “e aí faz faculdade e eu que não fiz ganho mais que você”, ele falou num tom de deboche. Todas as brigas eram por isso, fora que ele é muito ciumento, possessivo (E21).*

*a gente brigou muito, ele não aceitou que eu não queria mais o relacionamento [...] Eu não aguentava mais o ciúmes dele (E8). A gente brigava, porque ele sempre foi ciumento, né, possessivo (E16).*

*E eu demorei para voltar a usar roupa curta, porque esse antigo relacionamento, ele me proibia, então, eu praticamente virei uma freira que usava tudo coberto (E16).*

As falas expressam que o sentimento de posse é apontado como o principal motivador de comportamentos violentos, como destacam diversos autores.

Homens com apego inseguro muitas vezes demonstram hiper vigilância em relação a pequenos sinais de seu parceiro, como uma mensagem de um amigo ou mesmo um olhar para alguém na rua. Além disso, o homem pode sentir-se ameaçado com pelo status acadêmico da mulher. Esses sinais são frequentemente interpretados como indícios de abandono, o que cria situações propícias para a desregulação emocional e conflitos violentos, como acessos de ciúmes seguidos de agressões (Murta *et al.*, 2019).

Dessa forma, em determinados momentos do ciclo de violência, a mulher pode começar a buscar justificativas para o comportamento do parceiro, chegando a acreditar que as ações do agressor são de alguma forma uma consequência merecida de seus próprios atos, colocando-se em uma posição de responsabilidade e autocrítica injustas. Ao mesmo tempo, os agressores mantêm uma sensação de posse constante sobre a mulher, que se intensifica quando estas dependem financeira e emocionalmente deles (Instituto Maria da Penha, 2018).

No ano de 2020, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG, 2020) publicou os resultados de um estudo nacional sobre violência nas relações íntimas de jovens. Os dados revelaram que 58% dos jovens que estão atualmente em relacionamentos íntimos ou já estiveram em um relacionamento reportaram ter experimentado pelo menos uma forma de violência por parte de seus atuais ou ex-companheiros. Além disso, surpreendentemente, 67% dos jovens consideraram como algo natural certos comportamentos violentos. O estudo também destacou a alta

prevalência e aceitação de formas específicas de violência, como a violência psicológica e aquela exercida através das redes sociais, bem como atitudes de controle nos relacionamentos íntimos.

A maioria dos agressores acredita que as vítimas devem obediência inquestionável a eles e que possuem o direito de agredi-las, se necessário, para impor sua vontade. Constatou-se, em grande parte dos casos examinados, que a violência contra as mulheres é desencadeada pela ideia de posse que o agressor tem, enxergando a vítima como um objeto em vez de um indivíduo com direitos, e utilizando a violência como meio de impor sua vontade (Silva; Laport, 2019).

Os resultados apontaram que dezesseis (16) jovens vivenciaram a violência sexual, conforme a seguinte fala:

*E nessa que ele ficava de costume de dormir lá em casa, numa dessas que ele dormiu lá em casa, tipo, ele achou, diz ele que achou que eu estava acordada e eu não estava. Aí eu acordei e ele estava meio que mexendo em mim, colocando a mão nas minhas partes íntimas [...]isso ficou na minha cabeça, se isso aconteceu alguma outra vez que eu não acordei (E8).*

É importante ressaltar que a violência sexual é definida como qualquer ação na qual uma pessoa que detém poder ou autoridade sobre outra força a participação, presença ou envolvimento em atividades sexuais contra a vontade dessa mulher, utilizando meios como a força física, coerção, ameaça ou intimidação psicológica. Além disso, pode incluir situações em que a vítima é exposta a interações sexuais obrigatórias com o objetivo de satisfazer o agressor.

Alguns exemplos de condutas presentes nesse tipo de violência incluem carícias não consensuais, penetração oral, anal ou vaginal forçada, exposição forçada a material pornográfico, indução à exploração sexual, impedimento ou negação do uso de métodos contraceptivos, entre outros. Qualquer ato que limite ou anule o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher é considerado violência sexual (Aznar-Blefari *et al.*, 2020).

Estudo realizado na Coreia do Sul indicou que pelo menos 40% das jovens universitárias vivenciaram situações de violência sexual, incluindo contato físico indesejado e estupro cometido por um parceiro íntimo (Kim; Lee; Lee, 2019). A partir desses dados, podemos inferir que nossa taxa é mais elevada, indicando que a probabilidade de vivenciar a violência sexual em universidades brasileiras por parceiro íntimo pode ser maior do que em outros países.

Detalhando as nuances da violência sexual, as dezesseis (16) participantes compartilharam da experiência de coerção sexual por parte de seus parceiros íntimos. As narrativas das entrevistadas oferecem uma visão sobre a complexidade das relações sexuais e as dinâmicas de coerção que podem surgir nos relacionamentos íntimos. Elas destacam como a coerção sexual pode assumir diferentes formas, desde a pressão direta até a manipulação psicológica. É notável o sentimento de desconforto, falta de consentimento e a sensação de serem dominadas pelos parceiros. Conforme evidenciado nas seguintes falas:

*Ele me coagia para fazer relação sexual, entendeu? E eu fiquei com esse peso na consciência e isso moldou a forma com que a nossa relação sexual é e se fez. E moldou de uma forma que não era tão confortável assim para mim (E4).*

*Meu ex-namorado, depois que a gente tinha terminado, a gente se encontrou numa mesma festa. E eu percebi que ele estava vindo muito na minha direção, tentando ser mais íntimo [...] De ficar passando a mão e tal, me senti coagida e eu não queria (E6).*

*Eu me sentia coagida, porque ele começava a falar coisas [...], pressão psicológica. Então, eu acabava cedendo, mas não tinha nenhum tipo de prazer ali naquele momento (E16).*

Os relatos expõem a pressão psicológica que o homem fazia para forçá-las a terem relações sexuais sem seu consentimento. É importante ressaltar que, muitas vezes, essa forma de violência sexual é subestimada ou não é reconhecida devido ao fato de que o agressor é frequentemente o parceiro íntimo da vítima (Silvério, 2021b).

De acordo com a definição de Palma (2022), a coerção sexual é caracterizada pela penetração sexual indesejada, seja vaginal, oral ou anal, que ocorre como resultado da pressão verbal exercida sobre a vítima.

Estudo abrangendo estudantes universitários de 14 países diferentes, foi observada uma prevalência de coerção sexual de 24,7%. Notavelmente, houve uma incidência significativamente maior de perpetração por homens, com 39,9% dos homens relatando comportamentos coercivos em comparação com 18,6% das mulheres que agiram da mesma forma. Os homens tiveram uma taxa de perpetração duas vezes maior do que as mulheres, frequentemente utilizando ameaças e/ou força para obter envolvimento sexual (Vieira, 2021).

Seis (6) participantes revelaram que seus namorados se recusaram ou retiraram o preservativo sem o seu consentimento. Essas jovens podem enfrentar sérios danos, tanto

físicos quanto emocionais, como a possibilidade de gravidez indesejada e a transmissão de doenças decorrente dessas ações, conforme falas abaixo:

*Eu pedir para ele usar a camisinha e ele se recusava. De tirar a camisinha durante a relação e não me avisar (E2).*

*Foi, tipo assim, a gente estava lá e eu me liguei, né. Aí eu falei: “po, a gente, né, tá sem camisinha.” Aí ele falou assim: “agora que você tá falando isso?” Ai ele não colocou, me senti forçada a fazer sem camisinha (E8).*

*Ele tirou a camisinha sem me avisar, na hora eu não tive reação, me senti péssima (E9).*

*Ele falava assim: “não vamos usar a camisinha, não sei o que, é ruim, não dá prazer”. E já aconteceu de tirar na hora e eu só perceber quando a gente terminou de transar (E13).*

*Com ele, eu fazia sem camisinha sem nada porque ele não queria, não usava nenhum contraceptivo. Depois ele me obrigava a usar a pílula [...] toda vez que a gente transava, eu usava uma pílula do dia seguinte (E16).*

Algumas jovens só perceberam que viveram uma violência após o momento da penetração, da ejaculação ou quando o parceiro revela posteriormente o ato. Essa conduta se enquadra na categoria abrangente de violência de gênero. Essa prática é também conhecida como *"Stealthing"*, ou seja, quando uma das partes remove o preservativo durante o ato sexual sem o consentimento da outra parte (Guedes; Garbin, 2023). Outras vivenciaram a violência sexual devido à recusa do parceiro em utilizar preservativo.

No que concerne ao uso do preservativo, os jovens tendem a usá-lo com maior regularidade nas primeiras experiências sexuais. Embora o preservativo seja uma ferramenta eficaz na prevenção de IST. Um estudo recente revela que os jovens do sexo masculino demonstram menor preocupação com sua saúde sexual em comparação às jovens. Notavelmente, os homens jovens, com idades entre 15 e 24 anos, tendem a procurar menos as Unidades Básicas de Saúde para realizarem testes de detecção de IST, como HIV, sífilis e hepatites B e C, enquanto entre as jovens mulheres, essa busca é mais comum. A dificuldade de acesso dos jovens às unidades de saúde, a falta de promoção da saúde masculina, bem como as limitações na Política Pública de Saúde do Homem, pode ajudar a explicar esse comportamento por parte dos homens (Spindola *et al.*, 2021)

Ademais, as mulheres em relacionamentos estáveis ou no namoro têm dificuldades em negociar o uso do preservativo, já que vivem em uma sociedade em que os homens frequentemente ocupam uma posição dominante nas relações, muitas vezes sendo isentos da responsabilidade de usá-lo e das consequências negativas decorrentes da não utilização, como gravidez indesejada e a possibilidade de contrair IST (Martins *et al.*, 2023).

Duas (02) participantes relataram que o parceiro íntimo forçou sua cabeça da durante o sexo oral sem seu consentimento. A partir das declarações, torna-se evidente que a violência sexual afeta diversos contextos, inclusive em relações sexuais consentidas, onde as mulheres podem estar sujeitas a práticas sexuais não desejadas.

*Eu estava lá transando com o cara e naquela hora do sexo oral ele forçou minha cabeça. E minha reação na hora foi empurrar ele, parar e não querer mais continuar (E22).*

*É sobre prática sexual, por exemplo, no sexo oral, questão de empurrar a cabeça. Isso eu acho horrível e esse mesmo, que fez esse lance de abuso, fazia isso. Até machucava, às vezes, não era uma coisa agradável (E4).*

No que se refere à violência sexual, os dados da pesquisa estão alinhados com os estudos de Graham e colaboradores (2019) e Kisa e Zeyneloglu (2019), que apontam que a experiência de violência sexual, incluindo práticas sexuais não consentidas em relacionamentos íntimos entre jovens universitários, é um fenômeno comumente observado.

Dessa forma, essa realidade ressalta a importância de reconhecer que a violência sexual vai além de situações de coação ou agressão física, podendo manifestar-se de maneiras mais sutis e insidiosas. Em relações em que o consentimento é inicialmente concedido, as mulheres podem ser sujeitas a pressões, manipulações emocionais ou outras dinâmicas que resultam em experiências sexuais não desejadas (Costa; Miranda, 2020).

Uma (1) participantes relatou ter vivenciado violência patrimonial por parceiro íntimo. Esse relato evidencia a gravidade dessa forma de abuso, na qual o agressor utiliza manipulação financeira para controlar e prejudicar a vítima. A vítima enfrentou não apenas a perda financeira significativa, mas também a quebra de confiança e a necessidade de lidar com as consequências emocionais e econômicas desse tipo de violência, conforme fala abaixo:

*Além disso, ele roubou 2 mil e pouco meu. Roubou os meus cartões, fez dívida (E16).*

Um estudo que englobou 146 mulheres universitárias da região oeste de Santa Catarina revelou que mais de metade das participantes já foram vítimas ou ainda estão enfrentando diferentes formas de violência, incluindo violência física, sexual, psicológica e/ou patrimonial. No que se refere especificamente à violência patrimonial, 8,9% das entrevistadas relataram ter experimentado essa forma de abuso por parte de seus parceiros íntimos (Mahl; Oliveira, 2022).

A violência patrimonial é um tipo de abuso que frequentemente recebe menos atenção na sociedade, seja devido à falta de conhecimento sobre o assunto ou à submissão das vítimas ao agressor. Conforme destacado no estudo de Alves e colaboradores (2020), a violência patrimonial ainda é amplamente desconhecida por muitas mulheres. Essa forma de abuso pode ser identificada em denúncias isoladas ou em conjunto com outros tipos de violência, particularmente a psicológica, resultando em qualquer ato de reter, se apropriar ou destruir os bens, recursos financeiros, documentos (Brasil, 2006).

O presente estudo revelou oito (8) participantes relaram vivenciar xingamentos por parceiro íntimo que se enquadra na violência moral e naturalização dessa forma violência entre as entrevistadas, conforme falas a seguir:

*No início, ele, assim, às vezes, um xingamento e tal, mas assim em dois segundos se arrepende, pede desculpas. E, assim, como é naquele momento explosivo, tipo assim, cara, os momentos que ele explode por uma situação específica aí ele “porra, tô jogando. “Vai se fuder, não sei o que”(E5).*

*Ele já me chamou de puta em uma de nossas discussões, mas eu levei.(E6).*

*Ele foi atrás de mim e me deu um esculacho, me chamou de burra, falou que não era possível que eu achasse normal ter saído sem contar para ele (E12).*

Esses dados estão em consonância com os resultados do estudo realizado por Pinheiro (2021). Além disso, destaca-se a alta prevalência de violência moral, que atingiu significativos 72,5% das jovens universitárias neste estudo, evidenciando que elas estão sendo vítimas de difamação e calúnia.

A violência moral, reconhecida como uma das formas de violência doméstica pela Lei Maria da Penha, exerce um impacto significativo nas relações interpessoais, frequentemente resultando em consequências devastadoras. Conforme definido pela Lei, a violência moral compreende qualquer comportamento que se configure como calúnia,

difamação ou injúria (Souza *et al.*, 2021). Esse tipo de violência não só afeta o bem-estar emocional das vítimas, mas também compromete a confiança e a qualidade dos relacionamentos, sublinhando a importância de prevenir e combater essa forma de abuso.

É importante ressaltar que a violência moral é uma extensão da violência psicológica e é a forma mais frequente de violência nas relações entre jovens. Apesar de ocorrer com regularidade, ela muitas vezes é minimizada, pois é considerada comum e aceitável em algumas situações. A violência moral, por sua vez, tem suas raízes nos padrões de dominação e submissão entre homens e mulheres em diálogos, mas a percepção de ofensa pode variar dependendo do contexto. Aquilo que é considerado ofensivo para um determinado interlocutor em uma situação pode não ser percebido da mesma forma em outra situação (Santos *et al.*, 2020a).

As lesões físicas também foram reveladas por duas (2) participantes:

*E ele jogava as coisas, ele quebrava as coisas, ele me dava soco, eu ficava com marcas roxas pelo corpo, então isso fez com que eu me afastasse das pessoas que eu gostava, eu me isolava, tinha muito medo (E16).*

*Foi bem difícil para mim, principalmente porque foi bem no período da pandemia e a gente estava fazendo as coisas on-line aqui e eu tinha que apresentar um trabalho e eu estava com uma mancha roxa no rosto. Por mais que eu passasse maquiagem, dava para ver, nitidamente, que eu fui agredida. E eu não tinha nem intimidade ainda com as meninas do grupo. Eu tive que chegar e falar com umas meninas: “olha, eu sei que eu falei que ia apresentar, mas eu não vou conseguir apresentar o trabalho, porque eu fui agredida pelo meu namorado” (E19).*

Esses depoimentos reafirmam que as feridas físicas são expressas por atos violentos, como os espancamentos, socos e tapas em todas as áreas do corpo, perpetrados pelo parceiro. Sendo assim, não se pode deixar de considerar que as agressões percebidas pelo corpo, que machucam, ferem, transcendem as marcas físicas, atingindo diretamente a saúde mental das mulheres (Teixeira, 2013).

Ademais, o relato ocorrido no período da pandemia de COVID-19, destaca o desafio adicional de lidar com as consequências físicas aparentes da agressão, mesmo em um contexto online. A falta de intimidade com as colegas do grupo e a necessidade de explicar a situação evidenciam as dificuldades enfrentadas pela mulher ao tentar cumprir suas responsabilidades acadêmicas enquanto lida com os efeitos da violência vivenciada.

#### 4.2.2.5 – Repercussões da violência de gênero à saúde e na vida acadêmica das jovens universitárias

Os resultados revelaram que a violência de gênero fez parte das vivências das participantes ao longo da vida, perpetradas não somente pelo parceiro íntimo, mas também por suas mães, padrastos, pai, irmãos, tios, primos, mas também por professores, ou seja, por profissionais que exercem uma posição de superioridade sobre as jovens. Situação que repercutiu na saúde mental, física, sexual das jovens universitárias.

Portanto, quando refletimos sobre a saúde das participantes do estudo, faz-se necessário trazermos a definição da saúde pela OMS (1997) que a concebe como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Nessa perspectiva, não desfrutam do pleno bem-estar mental e social”. Assim, podemos afirmar que, embora as participantes não relatem estarem doentes, elas estão imersas em um contexto marcado por desigualdades de gênero e violência que geram repercussões negativas à saúde integral (Segre; Ferraz, 1997 p. 539).

No que tange a saúde mental, vinte (20) participantes trazem de forma clara a presença de sentimentos como tristeza, medo, frustração, culpa, estresse, ansiedade, depressão, pânico, insônia como consequência dos fatos ocorridos durante suas vidas, de acordo com as falas a seguir.

*Eu demorei para começar esse contato sexual porque eu estava com medo de ter nojo da pessoa, por causa do que meu ex fez, ter essa repulsa assim. Principalmente ao pênis em si, sabe? (E4).*

*Esse meu ex era muito controlador, isso acabou gerando em ansiedade, depressão, frustração, Insônia, medo (E6).*

*Eu sou uma pessoa carregada de culpa. Então, eu já fico me sentindo mal. Eu me calo (E7).*

*Eu estava transando meio pressionada. Eu me senti culpada, gerou um sentimento de aversão a ele, fiquei ansiosa. Tanto que eu não encontrei mais ele depois (E12).*

*Eu desenvolvi transtorno dissociativo durante brigas com meu ex-namorado. Eu tenho essa crise dissociativa e demoro um pouco para voltar, eu fico paralisada (E17).*

*Devido o garoto ter espalhado para escola inteira minha foto de calcinha e sutiã. Isso ainda me afeta muito. Então hoje, eu sou uma pessoa bem mais ansiosa, tenho pânico para ir em certos lugares com medo do assédio sexual (E22).*

Esses relatos destacam que a VPI vivenciada por elas, frequentemente não se manifesta por meio de lesões visíveis, mas deixa marcas emocionais que contribuem para as repercussões negativas em sua saúde. O estudo de Curia e Zamora (2021) corrobora com nossos resultados quando afirma que os sentimentos mais frequentes de quem vivencia os diversos tipos e formas de violência de gênero, são a tristeza, vergonha, raiva, culpa e medo.

Acrescenta-se a isso, a possibilidade de desenvolver depressão e ansiedade como transtornos mentais (Arruda; Parraga, 2020). Tal relação configura-se como um fator de risco significativo para a saúde mental das mulheres, uma vez que enfrentam desafios na interrupção do ciclo de violência (Lima; Padilha, 2020). Além de aumentar as chances de adoção de comportamentos de risco, como tabagismo, inatividade física, abuso de álcool e/ou drogas (OMS, 2002).

Portanto, as diversas situações vivenciadas pelas entrevistadas, mostram os males na saúde física e mental das mulheres ocasionados pela violência de gênero. As consequências trazem comprometimentos importantes na vida cotidiana de cada uma, que podem se manifestar por meio de dores crônicas, distúrbios alimentares, cefaleia, entre outros, como referido anteriormente (OMS, 2002; Teixeira, 2013).

Desse total, nove (9) participantes manifestaram distúrbios gástricos e padrão alimentar, que foram evidenciados através de sintomas gastrointestinais, atribuídos ao estresse e à ansiedade, conforme descrito nos relatos a seguir:

*Eu vivia em um relacionamento abusivo, durante essa época além das crises de pânico eu tinha dores de cabeças horríveis frequentemente (E1).*

*E isso é uma coisa muito difícil para mim, me deixa mal, me dá azia, me deixa meio enjoada, não consigo comer e acabo emagrecendo. Eu tenho um negócio que eu tenho vontade de chorar e não consigo chorar (E8).*

*Eu tive bulimia, devido a violência física e psicológica do meu pai. Quando eu voltei a me relacionar com esses parceiros, eu voltei a ter os episódios. Eu estou tendo todo dia é uma tentativa de não praticar, de não ficar compulsiva, de não ir lá e vomitar ou compensar com horas excessivas de exercícios (E18).*

As expressões evidenciam que a inapetência, emagrecimento, vômitos, enjoos e azia após vivenciarem eventos estressantes. Ferreira e colaboradores (2019) ressalta que as repercussões à saúde física possuem efeitos e outros agravos que podem ser mencionados por meio dos distúrbios no sono, alimentação inadequada, obesidade, falta

de apetite, emagrecimento, dores crônicas. Acrescenta-se a isso, os transtornos alimentares, como forma de lidar com os abusos, seja para se tornarem fisicamente desagradáveis ou para adquirirem uma aparência imponente e intimidadora (Batista *et al.*, 2020).

Teixeira (2013) ressalta que as lesões ou feridas nem sempre são visíveis aos nossos olhos, mas podem ser captados pela sensibilidade dos profissionais de saúde, por meio das queixas de dores físicas ou pela manifestação de sintomas clínicos, como sudorese intensa, náuseas, vômitos e cefaleia, dentre outros, pois estão ligadas ao campo emocional, ligadas à subjetividade da mulher.

No que tange a vida acadêmica dezoito (18) participantes relataram repercussões negativas à saúde mental e física. Desse total, nove (09) utilizam algum tipo de antidepressivo ou ansiolíticos, conforme expresso nas falas a seguir:

*A reprovação gerou em mim ansiedade e hoje eu tomo bupropiona e Cloridrato de clomipramina (E6).*

*Em relação à faculdade o que me trava de pensar, é a depressão. Que me trava, eu não saía da cama, não conseguia ficar na aula. Eu chegava e tinham várias vezes que eu só conseguia voltar para a casa, isso gerou frustração, insônia, eu já chorei muito com tudo que passei aqui. Hoje eu tomo um antidepressivo que é venlafaxina de 150 mg (E15).*

*Eu desenvolvi um transtorno de ansiedade maior e até ataques de pânico da época da pandemia e que perduram até hoje. Toda pressão da faculdade são gatilhos para eu ter crise. Faço tratamento com Risperidona porque eu já não conseguia sair do quarto, nem existir. Tive que interromper a minha Iniciação Científica e tudo mais, até eu me recuperar (E12).*

Essas falas expressam experiências emocionais intensas relacionadas às dificuldades acadêmicas e ao impacto negativo na saúde mental. Destaca-se o sentimento de insuficiência, associados à reprovação e à percepção de humilhação por parte de alguns professores. A expressão "burrice" sugere uma carga emocional significativa, marcada por autocritica e baixa autoestima.

As ramificações da violência de gênero na saúde da mulher são vastas, resultando em danos psíquicos que se manifestam por meio de sintomas como ansiedade, depressão e tremores corporais. Esses impactos podem progredir para a adoção de medicações ansiolíticas e antidepressivas como uma estratégia para enfrentar os desafios emocionais decorrentes da violência experimentada. Além disso, essa forma

de violência pode incitar um sentimento de incapacidade, afetando a conclusão de atividades cotidianas, inclusive a finalização de um curso (Lira, 2019).

Destaca-se também que a depressão representa uma barreira significativa em sua experiência acadêmica. A incapacidade de participar das aulas, associada insônia e sentimento de frustração, evidencia o impacto profundo na vida diária e no bem-estar emocional. O uso do antidepressivo Venlafaxina, Risperidona, Bupropiona e Cloridrato de Clomipramina sugere uma intervenção farmacológica para gerenciar os sintomas depressivos e ansiosos. Em ambos os casos, as experiências na universidade estão intrinsecamente ligadas aos desafios emocionais associados ao ambiente acadêmico e à busca por estratégias de enfrentamento. Além disso, são mencionados sintomas como depressão, ansiedade, baixa autoestima, abuso de drogas e risco de suicídio. Dessa forma, a saúde psicossocial das mulheres que vivenciam essa violência encontra-se ameaçada (Kotan *et al.*, 2020).

O estudo de Enríquez-Canto *et al.* (2020) indica que as mulheres enfrentam maior vulnerabilidade à violência de gênero, sendo perpetrada por colegas, conhecidos, colegas de trabalho ou empregadores, professores ou assistentes de ensino, colegas de quarto, membros de fraternidade ou outras pessoas. Isso evidencia que as mulheres estudantes, frequentemente, não se sentem seguras em seus círculos sociais e enfrentam agressões de pessoas em quem confiam (Enríquez-Canto *et al.*, 2020).

Assim, as consequências da violência de gênero impactam o progresso acadêmico e as relações sociais das mulheres no contexto universitário, conforme apontado por Tassinari e colaboradores (2022). Essa constatação se apresenta como um obstáculo para suas metas educacionais, contribuindo também para o comprometimento de sua saúde e bem-estar.

Embora as interações entre professores e alunos possam apresentar desafios, também têm o potencial de assumir características benéficas, pois o estabelecimento de uma relação afetiva intensifica uma experiência propícia à aprendizagem. O acolhimento e a atenção oferecidos proporcionam compreensão, aceitação e valorização mútua, contribuindo para uma maior adesão do estudante ao curso, aos valores associados à graduação escolhida e, por conseguinte, à futura profissão (Fialla *et al.*, 2022).

Diante dos dados apresentados, torna-se evidente que o fenômeno das violências impacta predominantemente as mulheres, atravessando barreiras como idade, classe social, cultural e nível acadêmico, seja em instituições de ensino públicas ou privadas.

Nesse contexto, urge a necessidade de ações preventivas e de conscientização, visando criar ambientes seguros e livres de violência, promovendo o respeito, a equidade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres em todas as esferas da sociedade (Fialla *et al.*, 2022).

Os resultados apontaram que dez (10) participantes também terem tido repercussões negativas na saúde sexual, descritos por sinais e sintomas, tais como: dores durante as relações sexuais (dispareunia), equimoses na região vulvar, foliculite, ciclo menstrual irregular.

*Até machucava, às vezes, não era uma coisa agradável, porque relação sexual é para ser agradável. Ele que fez esse lance de abuso, era a minha primeira relação. Eu me sentia usada, como se fosse um objeto (E4).*

Uma (1) participante foi submetida a um uso excessivo de contraceptivos de emergência, coagida pelo parceiro, como evidenciado no relato a seguir:

*Ele me obrigava a fazer sem camisinha, não me deixava usar nenhum contraceptivo. A única coisa que ele me obrigava a usar era a pílula do dia seguinte, minha saúde ficou toda ferrada. Porque toda vez que a gente transava, eu usava uma pílula do dia seguinte (E19).*

Essa fala expressa uma situação de coerção sexual e controle por parte do parceiro, o que resultou em danos à sua saúde física e emocional, impactando negativamente em seu bem-estar geral.

Como destaca Agostini e colaboradores (2021), apesar dos avanços conquistados, as manifestações da dominação masculina sobre o corpo da mulher persistem, a ponto de o uso de métodos contraceptivos por mulheres ser censurado e rotulado como moralmente inadequado. Além disso, em relação à violação da autodeterminação da mulher em relação ao próprio corpo, surgem outros obstáculos derivados das desigualdades de gênero e, principalmente, os riscos associados ao uso de métodos reversíveis de contracepção não escolhidos pela mulher, podendo resultar em gravidezes indesejadas e casos de abortos malsucedidos (Araújo; Wenceslau, 2022).

De acordo Arêas, Almeida e Gonçalves (2021), a contracepção de emergência desempenha um papel crucial na prevenção de gravidezes após relações sexuais desprotegidas. No entanto, este método apresenta tanto vantagens quanto desvantagens, ressaltando a importância do uso criterioso da pílula. A quantidade significativa de hormônios ingeridos pode resultar em efeitos colaterais e eventos adversos no organismo feminino, incluindo náuseas, vômitos, alterações no volume ou duração do

fluxo menstrual, dor de cabeça, tontura, sensibilidade mamária, aparecimento de acne e até mesmo complicações mais graves, como a trombose.

Um desdobramento dessa violência é a imposição do parceiro para que a mulher tenha relações sexuais desprotegidas, aumentando o risco de contrair IST. Essas infecções representam uma causa significativa de complicações, incluindo infertilidade (associada a gonorreia e clamídia), invalidez (relacionada à sífilis) e até mesmo risco de morte (especialmente no caso do HIV e cirrose hepática por hepatite B). Além das implicações físicas, tais infecções podem desencadear sérios problemas psicológicos. É preocupante que muitas IST sejam subdiagnosticadas, sendo especialmente prevalentes entre jovens de 14 a 29 anos, com os universitários constituindo uma população particularmente vulnerável a essas doenças (Couto *et al.*, 2023).

*Eu não uso camisinha com muita frequência, é bem difícil, É errado, muito errado, mas eu só utilizo no final do sexo, na hora da ejaculação. Então numa dessas eu peguei tricomoníase (E8).*

*Eu fiquei com um cara e na hora da gente transar eu pedi para ele colocar a camisinha, aí ele ficou: “ah mais com camisinha não dá prazer” e eu acabei cedendo, com um tempo depois eu fui diagnosticada com herpes genital. E depois disso fui falar pra ele da tal da doença e ele me chamou de louca, e acabei que peguei uma aversão a ele, fiquei muito constrangida com a situação (E13).*

As expressões ressaltam a dificuldade de negociação do uso do preservativo pelas participantes em função das relações assimétricas. Nesses casos, ficou evidente que foi o homem quem decidiu sobre o não do preservativo, ou seja, ele se expunha e, ao mesmo tempo, expunha a mulher à contaminação pela IST.

Assim, observa-se que os sintomas físicos estão ligados a situações conflituosas ou sentimentos negativos resultantes das relações com ex-parceiros ou parceiros atuais. Isso destaca como a VPI vai além das lesões físicas, provocando também transtornos mentais que podem prejudicar o desenvolvimento educacional e social das vítimas. Além disso, fica evidente que essa forma de violência pode levar a práticas sexuais inseguras, reduzir as habilidades parentais e aumentar comportamentos de risco à saúde, como o abuso de substâncias (Mahl; Oliveira, 2022).

Conforme Mendonça e Ludermir (2017), uma parcela significativa da VCM é perpetrada por parceiros íntimos, e, apesar da amplitude do problema, muitas mulheres não relatam suas experiências e deixam de procurar ajuda. Isso destaca como a VCM persiste como uma questão oculta. Esses eventos não são isolados; eles compõem um

padrão de comportamento que viola os direitos das mulheres, restringe sua participação na sociedade e prejudica sua saúde e bem-estar.

No que diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, dez (10) participantes revelaram ter utilizado essas substâncias, destacando que o consumo as deixou vulneráveis a situações de violência sexual.

Nesse contexto, duas (2) participantes foram estupradas por seus namorados quando estavam sob efeito de substâncias psicoativas, conforme fala a seguir:

*Já aconteceu de eu beber e ficar muito bêbada e tipo meu namorado insistir em transar, mesmo eu falando que eu não queria, ficou insistindo, acabou que rolou mesmo eu dizendo que não (E19).*

*A gente tinha acabado naquela semana e numa resenha na casa de amigos aconteceu de eu usar LSD e ele vir se aproximando, querendo algo a mais, mas eu não queria, mas não consegui reagir e acabei cedendo, depois fiquei me sentindo suja, nojo de mim mesma (E20).*

Esses depoimentos destacam que o consumo de álcool e outras drogas deixaram as participantes vulneráveis a situações de violência sexual, como práticas sexuais sem a certeza do seu consentimento, não lembrar do uso do preservativo durante o ato sexual, contato físico indesejado. Percebe-se que perpetrador da violência utilizou do recurso da vítima está sob efeito de substâncias químicas para consumir o contato sexual, sendo menos provável, portanto, de ela resistir à investida sexual.

Outras quatro (4) participantes que após o uso de álcool e drogas ilícitas, tais como: maconha, cocaína, crack, elas ficaram vulneráveis à violência sexual e física perpetrada pelos homens.

*Mas no caso da maconha eu já me senti muito vulnerável. Eu perco um pouco da consciência do que estou fazendo fico relaxada [...] Naquele momento eu senti um pouco de medo de acontecer alguma coisa, porque eu poderia concordar, mas não seria algo que eu queria fazer (E6).*

*Só teve uma vez que eu não me senti bem, porque eu já tinha bebido então, tipo assim, eu sabia que não tinha usado camisinha, mas também não sabia qual tinha sido o desfecho. Eu sabia que eu não estava sóbria o suficiente para ter noção de cuidado e não era uma pessoa que eu tinha uma grande relação (E8).*

*Quando eu estava numa festa já levei tapa na cara, que eu estava bêbada e aí numa dessa, um cara passou a mão na minha bunda (E9).*

As falas expressam que elas tiveram a percepção da vulnerabilidade após o uso de substâncias químicas. Essa situação favorece a ocorrência da violência sexual devido à alteração no comportamento e julgamento da mulher, tornando-a vulnerável e incapaz de emitir consentimento para o ato sexual. Os principais sintomas decorrentes dessas substâncias incluem sedação, bradicardia, relaxamento muscular, hipotensão, confusão, náuseas, tonturas, inibição reduzida, problemas de julgamento, perda da consciência e amnésia anterógrada. Esses sintomas podem evoluir para formas mais graves, como depressão respiratória e até mesmo levar à morte, especialmente quando ocorre a ingestão dessas substâncias em altas doses, consumidas isoladamente ou de forma associada (Busardò *et al.*, 2019).

Pesquisa conduzida na cidade de São Paulo, no intervalo de 2016 a 2017, constatou que 48% dos 102 crimes sexuais registrados foram associados a laudos criminais que identificaram a presença de drogas nos fluidos corporais das mulheres (Marton *et al.*, 2019). Os resultados indicam que o principal local de ocorrência da violência sexual foi em residências, seguido por vias públicas e bares ou estabelecimentos similares, resultado semelhante ao encontrado no estudo de Kluk *et al.* (2022).

Outra pesquisa conduzida nos Estados Unidos com 15 mulheres universitárias, com idades entre 19 e 24 anos, que haviam vivenciado violência sexual e não haviam compartilhado a experiência com ninguém, revelou que essa decisão era motivada por diversos fatores. Entre eles, destacam-se o sentimento de culpa, o receio de serem culpadas pelos outros, o desejo de esquecer a violência, o medo de perder o controle da situação, a descrença, o receio de enfrentar problemas, a evitação do estigma, o medo de perder alguém ou colocar em risco sua segurança. Mais da metade dessas mulheres expressou sentir-se culpada pelo ocorrido, seja por conta da roupa utilizada ou pela interação social com o agressor. Além dos impactos físicos, a violência sexual resulta em adoecimento psíquico, gerando medo, ansiedade, insônia e ideação suicida. Ademais, interfere na saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres e pode gerar conflitos em relacionamentos futuros (Caron; Mitchell, 2021).

Os resultados do estudo destacam que as participantes enfrentaram diversas formas de violência por parte de parceiros íntimos, repercutindo negativamente na saúde integral, desempenho acadêmico e vida diária. Isso demonstra que a violência contra mulheres jovens no ambiente universitário vai além de suas características sociodemográficas e educacionais, refletindo padrões patriarcais enraizados na

sociedade, que fizeram com que elas tivessem vivenciado o fenômeno ao longo da vida – da infância a juventude.

Além disso, os dados revelam um comprometimento significativo com a saúde mental, física e sexual, enfatizando a importância dos profissionais de saúde, incluindo enfermeiros, de reconhecerem a influência do contexto social, familiar e afetivo na saúde das mulheres. Essas implicações destacam a necessidade de cuidado integral às mulheres e a importância da capacitação dos profissionais de saúde, bem como a sensibilização dos professores universitários para identificar sinais de violência de gênero entre os alunos.

## CAPÍTULO V

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu conhecer o universo das jovens universitárias e desvelar que a violência de gênero esteve presente em suas vidas, desde a infância até a idade adulta. Foi notável que a maioria dos perpetradores eram homens do convívio social das participantes. Isto significa que o espaço onde habitam é o ambiente da violência onde são machucadas, estupradas e humilhadas sob as mais diversas formas e por pessoas muito próximas.

Os resultados revelaram que a maioria das participantes tinha entre 20 e 24 anos, se autodeclararam brancas, seguida por pardas e pretas. Quanto à orientação sexual, a maioria era heterossexual e solteira. Essas características são semelhantes a outros estudos nacionais e internacionais os quais evidenciam que a violência contra jovens universitárias transcende questões como cor, orientação sexual, estado civil e outras, pois estão enraizadas em padrões patriarcais desde o nascimento, exigindo desconstrução ao longo da vida por meio da família, escola a universidade.

No que tange ao perfil sexual e reprodutivo, todas as participantes nunca engravidaram e muitas delas praticavam sexo desprotegido. Além disso, observou-se que as participantes envolvidas em relacionamentos estáveis, tendiam a utilizar menos métodos contraceptivos de barreira, optando por contraceptivos hormonais em comparação com aquelas sem parceiros estáveis. Esses achados destacam um comportamento de risco entre as participantes, mesmo diante do conhecimento adquirido por meio da graduação em Enfermagem. Essa realidade as expõe aos perigos de contrair IST e de enfrentar gravidezes não planejadas.

Portanto, esses resultados revelam que as participantes enfrentaram dificuldades em negociar o uso do preservativo. Por outro lado, um considerável contingente de jovens relatou ter optado pelo uso ocasional do preservativo, embora a maioria nunca tenha contraído alguma IST.

Dessa forma, é crucial considerar que os tabus em torno das IST podem ter levado algumas entrevistadas a não compartilharem suas experiências durante a pesquisa, possivelmente por vergonha. A falta de comunicação e o estigma em torno desses temas perpetuam a desinformação e aumentam os comportamentos sexuais de risco, comprometendo a saúde das jovens. Portanto, é essencial superar esses tabus e

promover um ambiente de confiança para discussões sobre saúde sexual, assegurando que todos tenham acesso ao conhecimento necessário para decisões informadas e responsáveis.

No que tange ao conhecimento sobre as diferentes formas e tipos de violência, todas as participantes deste estudo conseguiram definir claramente a violência física, frequentemente reconhecida a partir de suas próprias experiências em relações pessoais. No entanto, a maioria demonstrou conhecimento limitado sobre a violência sexual, entendendo-a apenas como atos sexuais não consensuais e coerção sobre o corpo feminino.

No que diz respeito à violência psicológica, a maioria das participantes desconhecia seu significado, destacando a invisibilidade dessa forma de abuso entre jovens universitárias. Quanto à violência patrimonial e moral, apenas uma minoria das participantes conseguiu defini-las, evidenciando uma lacuna significativa no reconhecimento dessas formas de abuso. Sobre o conhecimento da violência doméstica, intrafamiliar e institucional, os resultados indicaram que apenas uma minoria das participantes foi capaz de definir seus conceitos.

Nessa perspectiva, o estudo responde ao seu pressuposto ao afirmar que a violência de gênero é frequentemente minimizada ou ignorada, tanto por suas vítimas quanto pela sociedade. Essa falta de conhecimento pode dificultar a identificação das diversas violências e, conseqüentemente, a busca por ajuda ou denúncia, perpetuando a impunidade dos agressores e o sofrimento, especialmente das mulheres.

Foi notório que a violência de gênero esteve presente em diferentes ambientes ao longo da vida das participantes. Algumas foram expostas à violência intrafamiliar ou doméstica durante a infância e adolescência, onde as relações de poder desiguais contribuíram para a ocorrência desses abusos. Fato que reforça a presença da violência no seio familiar também nas jovens universitárias, lugar onde deveria existir afeto e segurança.

Outras vivenciaram a violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo. Sobre as formas, a maioria vivenciou a violência psicológica, seguido da sexual, moral, física e patrimonial. Destaca-se que houve uma tendência à naturalização das formas de violência nas relações de namoro, especialmente a violência psicológica e moral.

Algumas participantes relataram experiências de violência de gênero na escola, especialmente durante o ensino fundamental, envolvendo assédio sexual por professores e colegas. Esse ambiente, que deveria ser seguro, tornou-se cenário de violência sexual,

afetando a saúde individual e prejudicando a qualidade da educação e o desempenho escolar.

Outrossim, os resultados também revelaram que as participantes vivenciaram as diversas formas de violência de gênero no ambiente universitários, atribuídas a docentes, colegas de classe, profissionais de enfermagem, pacientes e seus acompanhantes durante os estágios. Essas experiências negativas transformaram o ambiente acadêmico, originalmente concebido como um espaço de aprendizado e desenvolvimento, em um cenário permeado por medo e dor.

Destacam-se os casos de assédio sexual perpetrados por professores e colegas. Esse problema está intimamente ligado à questão de gênero, socialmente construída, onde a mulher é colocada em um status inferior ao do homem, resultando na naturalização desse tipo de violência contra elas. Além disso, muitas entrevistadas expressaram receio de que a denúncia causassem represálias, o que favoreceu a persistência do problema.

Cabe destacar que, ao relatarem suas vivências de violência, algumas participantes choraram. No entanto, a postura acolhedora adotada pela pesquisadora desempenhou um papel crucial na condução do estudo, permitindo não apenas a retomada das narrativas, mas também o fortalecimento do vínculo de confiança entre as entrevistadas e a pesquisadora. Essa abordagem empática e receptiva criou um ambiente seguro e confortável, onde as participantes se sentiram à vontade para compartilhar suas experiências de forma mais aberta.

É importante ressaltar que todas as formas de violência de gênero vivenciadas pelas entrevistadas repercutiram negativamente em suas vidas e saúde, especialmente a saúde mental. Observou-se o surgimento de transtornos mentais, como depressão e ansiedade e uso de medicações controladas, como resultado de todas as experiências vivenciadas. Também foram relatados sintomas físicos, como dores crônicas, cefaleia, distúrbios alimentares, vômitos, enjoos e azia, além de perda de apetite e emagrecimento, especialmente após eventos estressantes.

Ademais, as situações vivenciadas repercutiram nas questões psicossociais, refletindo no desempenho e engajamento nos estudos, resultando em reprovações e em último caso, na evasão.

Portanto, a discussão sobre a temática deve ir para além da elaboração de artigos ou trabalhos acadêmicos pelos estudantes. É crucial fomentar atividades acadêmicas de graduação em ensino, pesquisa, inovação tecnológica, extensão, ações sociais e culturais

sobre a temática de gênero. Nesta perspectiva, é importante que seja incluído os docentes e técnicos administrativos, além de estabelecer espaços de acolhimento para as jovens universitárias.

É crucial reconhecer a importância dos eventos, rodas de conversa e ações similares coordenadas pelos órgãos de gestão da universidade no combate à violência de gênero contra a mulher. A universidade desempenha um papel significativo nas relações sociais que ocorrem em seu ambiente e poderá contribuir para a (re)construção de uma sociedade mais igualitária.

Este estudo propõe ações para sensibilizar e capacitar enfermeiros, gestores e profissionais de saúde, assim como docentes e discentes, em relação à violência de gênero contra a mulher no ambiente universitário. Essas ações visam ampliar a compreensão sobre práticas e formas de cuidado, facilitando a percepção, identificação e notificação das diversas formas de violência de gênero.

Portanto, é essencial que enfermeiros, docentes das diversas áreas e profissionais de saúde sejam capacitados e qualificados para identificar, oferecer uma escuta atenta e livre de preconceitos, a fim de enfrentar de forma acolhedora e eficiente os casos de violência de gênero no âmbito das universidades.

Finalmente, a trajetória percorrida na elaboração desta dissertação foi extremamente valiosa e enriquecedora, contribuindo significativamente para o meu crescimento profissional e pessoal. A partir das reflexões e análises realizadas, tornou-se evidente a importância de abordar a violência de gênero entre jovens universitárias, destacando a necessidade de ações preventivas e educativas tanto no ambiente acadêmico quanto na formação dos profissionais de saúde.

Em suma, este estudo oferece uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções destinadas a enfrentar esse grave problema de saúde pública, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, M. V. **Violência nas relações de intimidade: crenças dos profissionais dos cuidados de saúde primários**. 2020. 47 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2020

AGOSTINI, N. V. *et al.* Saúde complementar – a (falta de) autonomia da mulher sobre o próprio corpo. **In: Anais do XVII Evinci Unibrasil**. Curitiba: Unibrasil, 2021, pp.332-332. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/6130>.

Acesso em: 10 mai 2022.

AGUIAR, C. C; FERMÉ, E. Teoria da Atividade como ferramenta para analisar o trote universitário. **Diversitas Journal**, [S. l.]. v. 8, n. 1, 2023. DOI: 10.48017/dj.v8i1.2432.

Disponível em: [https://diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/2432](https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2432).

Acesso em: 11 ago 2023.

AGUIAR, F. A. R. *et al.* Vocational training and sexual assault against women: challenges for graduation in nursing. **Escola Anna Nery [online]**, v. 24, n. 1, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/101590/2177-9465-EAN-2019-0135>. Acesso em: 4 nov. 2022.

AGUIAR, J. M. *et al.* Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e220266pt, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220266pt>. Acesso em: 7 jan 2024.

AIRES, D. S.; SERPA, M. G.; RESENDE, F. S. Corpos-Cadeira: Restrições da Movença do Corpo como Efeito de Violência Colonial na Educação. **Revista da FUNDARTE**, [S. l.], v. 55, n. 55, p. 1-18, 2023. DOI: 10.19179/rdf.v55i55.1204.

Disponível em:

<https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/1204>. Acesso em: 17 ago. 2023.

AKERMAN, M.; CONCHÃO, S. Cultura do trote universitário: desafios que permanecem. **ABCS Health Science**, [S. l.], v. 45, p. 1-7, 2020. DOI:

10.7322/abcshs.45.2020.1451. Disponível em:

<https://doi.org/10.7322/abcshs.45.2020.1451>. Acesso em 11 ago 2023.

ALENCAR, G. S. P.; LOCATELLI, L.; AQUINO, M. G. C. G. S. Mulheres e Direitos Humanos: uma perspectiva normativa acerca do enfrentamento da violência de gênero. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 24, p. 474-491, 2020. DOI: 10.18764/2178-

2865.v24nEp474-491. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167027>. Acesso em: 13 ago 2023.

ALEXANDRE, C. P. *et al.* Sexo Oral: Conhecimentos Sobre a Prática e a Prevenção de IST entre Jovens Universitários. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v.

- 33, p. 1-13, 2022. DOI: 10.35919/rbsh.v33.1058. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/1058/900](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1058/900). Acesso em: 23 jul 2023.
- ALMEIDA, F. A. A influência da religião nos casos de violência de gênero e violação dos direitos das mulheres. *In: ALMEIDA, F. A. **Violência e Gênero: análises, perspectivas e desafios***, 1. ed, v. 1, p. 21-37, 2022. DOI: 10.37885/978-65-5360-163-5. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220709323.pdf>. Acesso em: 03 jun 2023.
- ALVARADO, E. E. V. Políticas públicas contra la violencia de género en el Ecuador. **Revista Científica Mundo de la Investigación y el Conocimiento**, Ecuador, v. 6, n. 2, p. 381-390, 2022. DOI: 10.26820/recimundo/6.(2).abr.2022.381-390. Disponível em: <https://recimundo.com/index.php/es/article/view/1581>. Acesso em: 13 ago 2023.
- ALVES, R. S. S. *et al.* “But he never hit me”: Types of violence against women with an emphasis on contextualizing emotional abuse by their intimate partners. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e39391110059, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.10059. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10059>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- AMORIM, D, S. *et al.* Sobre todas elas: A Extensão Universitária e o Combate ao Assédio Sexual contra a Mulher. **Revista Extensão**, Palmas, Tocantins, v. 5, n. 1, p. 27-31, jun. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/5217/2556>. Acesso em: 16 nov 2023.
- AMORIM, S. G. *et al.* “Asfixias sociais” da população negra e questões para a Terapia Ocupacional. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, Rio de Janeiro. v. 4, n. 5, p. 719-733, 2020. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto36913. Disponível em: <https://www.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto36913>. Acesso em: 11 ago 2023.
- ARAÚJO, A. R. *et al.* Violência sexual na infância e adolescência: perfil da vítima e do agressor e adesão ao seguimento ambulatorial. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/20543>. Acesso em: 20 jan 2024.
- ARAÚJO, B. C. X.; WENCESLAU, M. E. Exigência de consentimento conjugal para uso de método contraceptivo não cirúrgico: violência sexual institucionalizada contra a mulher. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 1–19, 2022. DOI: 10.9771/revdirsex.v3i2.50905. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/50905>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- ARÊAS, I. M. R. L.; ALMEIDA, S. R.; GONÇALVES, G. F. Dificuldades na abordagem da pílula contraceptiva de emergência por docentes de Biologia do Ensino Médio do município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Research, Society and Development [online]**, v. 10, n. 2, p. e55910212768, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12768. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12768>. Acesso em: 20 nov 2023.

ARRUDA, E. S. C.; PARRAGA, M. B. B. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO A PARTIR DA PSICOLOGIA JURÍDICA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). UNIVAG, Cuiabá, 2020. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/download/635/632>. Acesso em: 7 jun 2024.

ASSUMPCÃO FILHO, M. R. **Perseguição/Stalking: descrição, caracterização e análise de um fenômeno emergente e de suas consequências no âmbito da violência contra a mulher**. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

AZNAR-BLEFARI, C. *et al.* Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 25, n. 4, p. 625–635, 2020. DOI: 10.1590/1413/82712020250403. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/Wy5gyg9ZXh5hrwSyyQyS5Nw/?lang=pt#>. Acesso em: 21 set 2023.

BARBOSA, M. R. Assédio Sexual em uma Escola Pública do Município de Abaetetuba/PA. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 9, n. Especial, p. 110–127, 2021. DOI: 10.14295/de.v9iEspecial.12639. Disponível em: <https://www.repositorio.furg.br/handle/123456789/10674>. Acesso em: 15 nov 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTMEYER, S. M. **Educação em Direitos Humanos e Violência no Ensino Superior: Diálogos entre as Estudantes da Graduação**, 2022, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, 2022.

BEDFORD, L. E. *et al.* Do negative emotional states play a role in the association between intimate partner violence and poor health-related quality of life in Chinese women from low-income families?. **Violence Against Women [online]**, v. 26, n. 15-16, p. 2041-61, 2020. DOI: 10.1177/1077801219892648. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31896311/>. Acesso em: 15 out 2023.

BEECHAY, S. If I go there will be Trouble, If I stay there will be Double: Revenge Porn, Domestic Violence, and Family Offenses. **Family Court Review – An Interdisciplinary Journal [online]**, v. 57, n. 4, p. 539–553, 2019. DOI: 10.1111/fcre.12447. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/fcre.12447>. Acesso em 23 set 2023.

BLAY, E. A.; CONCEIÇÃO, R. R. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 76, p. 50-56, fev. 1991. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741991000100006&script=sci\\_abstract&tlng=en](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741991000100006&script=sci_abstract&tlng=en). Acesso em: 7 jan 2024.

BORGES, R. M. Z.; SANTANA, J. C. Imposição Colonial e Estupro Conjugal: uma leitura da dinâmica do poder no contexto familiar. **Revista Direito e Práxis**, Rio de

Janeiro, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2022. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/52474. Disponível em: <https://www.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/52474>. Acesso em: 21 ago 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo de notificação/investigação de violência doméstica, sexual e/ ou outras violências**. Brasília: MS; 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.973 de 1º de Ago de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, 9 jun. 1994. **Diário Oficial da União**, 02 ago 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.973%2C%20DE%201%C2%BA,9%20de%20junho%20de%201994](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.973%2C%20DE%201%C2%BA,9%20de%20junho%20de%201994). Acesso em: 22 set 2023.

\_\_\_\_\_. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 118, p. 1-4, 08 ago. 2006. PL 37/2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 1 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.880, de 08 de outubro de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica. **Diário Oficial da União**; 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113880.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113880.htm). Acesso em: 22 set 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Marco Legal – Saúde, um direito de adolescentes**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF 2007

\_\_\_\_\_. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contras-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 12 set 2023.

BUSARDÒ, F. P. *et al.* Drug- facilitated sexual assaults (DFSA): a serious underestimated issue. **European Review for Medical and Pharmacological Sciences [online]**, v. 23, n. 24, p. 10577-10587, 2019. DOI: 10.26355/eurrev\_201912\_19753. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31858579/>. Acesso em: 21 nov 2023.

CALLOU, R. C. M.; MAGALHÃES, B. C.; ALBUQUERQUE, G. A. Violência Doméstica: Construções, Repercussões e Manutenção. **Saúde.com**, [S. l.] v.17, n. 2, p. 2191-2202, 2021. DOI: 10.22481/rsc.v17i2.7528. Disponível em: <https://www.doi.org/10.22481/rsc.v17i2.7528>. Acesso em: 13 ago 2023.

CAMARGO, M. **Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans em 2021**. **Jornal Tribuna do Norte**, 2022. Disponível em:

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021/530871>. Acesso em: 04 nov. 2022

CAMPOS, I. O.; MAGALHAES, Y. B.; ANGULO-TUESTA, A. Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista NUFEN**, Belém, Pará, v. 12, n. 3, p. 116-138, 2020. DOI: 10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº03artigo77. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912020000300009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 ago 2023.

CARON, S. L.; MITCHELL, D. “I’ve Never Told Anyone”: A Qualitative Analysis of Interviews with College Women Who Experienced Sexual Assault and Remained Silent. **Violence Against Women [online]**, v. 28, n. 9, p. 1-23, 2021. DOI: 10.1177/10778012211022766. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/352703509\\_I've\\_Never\\_Told\\_Anyone\\_A\\_Qualitative\\_Analysis\\_of\\_Interviews\\_With\\_College\\_Women\\_Who\\_Experienced\\_Sexual\\_Assault\\_and\\_Remained\\_Silent](https://www.researchgate.net/publication/352703509_I've_Never_Told_Anyone_A_Qualitative_Analysis_of_Interviews_With_College_Women_Who_Experienced_Sexual_Assault_and_Remained_Silent). Acesso em: 21 nov 2023.

CARVALHAES, R. S.; CÁRDENAS, C. M. M. “Namorar é só sofrência”: violências na relação afetivo-sexual de adolescentes de uma escola na região Costa Verde, Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2719–2728, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021267.09242021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9rYjvs3wBnxzf4NYs98FGHx/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov 2023.

CARVALHO, E. F. M.; LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S. F. Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1273-1287, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022274.08722021. Disponível em: <https://www.doi.org/10.1590/1413-81232022274.08722021>. Acesso em: 03 ago 2023.

CASTRO, J. F.; ALMEIDA, C. M.; RODRIGUES, V. M. C. P. A (des)educação contraceptiva dos jovens universitários. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, v. 33, p. 1-7, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/actaape/2020A001916>. Acesso em: 03 jun 2023.

CHITOLINA, J. F.; CALLEGARO, R. L. S. Políticas Públicas e Violência de Gênero: (In)Eficácia do Estado em Relação à Garantia dos Direitos da Mulher Frente à Violência Doméstica e Familiar. **Revista Direito e Sociedade: Reflexões Contemporâneas**, Santa Rosa, Rio Grande do Sul, ano 11, n. 02, p. 51-78, 2020. Disponível em: [https://fema.com.br/rails/active\\_storage/blobs/proxy/eyJfcmlpbnRlbnQ9IjIwMjUyIiwiaW9udCI6Im9udC9iX2kIn19--b2895a1278d892bb1746fae3f8538d992a9eca59/Revista%20Direito%202020%202.pdf](https://fema.com.br/rails/active_storage/blobs/proxy/eyJfcmlpbnRlbnQ9IjIwMjUyIiwiaW9udCI6Im9udC9iX2kIn19--b2895a1278d892bb1746fae3f8538d992a9eca59/Revista%20Direito%202020%202.pdf). Acesso em: 13 ago 2023.

CIEPLAK, J. K.; MARCOMIM, I. A atuação do Serviço Social na prevenção a violência doméstica de crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Paraíso-SC. **Anima Educação**, [S. l.], 2019.

Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/10911>. Acesso em: 02 set 2023.

Comisión Económica para América Latina e el Caribe. CEPAL: Ao menos 4.091 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2020 na América Latina e no Caribe, apesar da maior visibilidade e condenação social. Comunicado de imprensa, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-menos-4091-mulheres-foram-vitimas-femicidio-2020-america-latina-caribe-apesar>. Acesso em: 17 fev 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 30 anos com desafios para a efetivação e garantia**. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1729>. Acesso em: 17 de out. 2022

CORTEZ, J. J. O. S. O processo saúde doença no contexto da violência contra a mulher. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, p. 119-131, 2021. Disponível em: <https://www.nuclomanascimento.com.br/ciencias-sociais/processo-saude>. Acesso em: 31 out. 2022.

COSTA, F. B. S.; MIRANDA, C. E. S. Violência sexual e namoro: experiência de vitimização e impactos nos relacionamentos de adolescentes. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 42, n. 1, p. 1-9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v42i1.50492>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3073/307364329010/307364329010.pdf>. Acesso em: 15 jul 2023.

COSTA, I. F. M. M. **Gênero e Violência: uma análise da violência doméstica contra as mulheres e das Redes de Proteção Institucionais em São Luís/MA**. 2021a. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Acesso em: 11 ago 2023.

COSTA, J. A. *et al.* Violência obstétrica e humanização no parto. Percepção de alunos de graduação em Medicina e Enfermagem. **Revista de Saúde**, v. 13, n. 1, p. 28-33, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21727/rs.v13i1.2993>. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RS/article/view/2993>. Acesso em: 04 ago 2022.

COSTA, L. K. F. **Os Coletivos de Estudantes Negros/as das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro e o Combate ao Racismo Epistemológico**. 2021b. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes. Acesso em: 11 ago 2023.

COUTO, A. C. B. *et al.* Comportamento sexual dos estudantes do ensino superior. **Revista Eletrônica Acervo Saúde [online]**, v. 23, n. 8, p. e13117, 2023. DOI: [10.25248/reas.e13117.2023](https://doi.org/10.25248/reas.e13117.2023). Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/13117>. Acesso em: 21 nov 2023.

CRUZ, K. C. B. Violência doméstica contra criança e adolescente. Um recorte do contexto apresentado no Conselho Tutelar de Governador Valadares. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], 2021. DOI:

doi.org/10.29327/4128563. Disponível em:

<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/399>. Acesso em: 25 set. 2023

CRUZ, M. S; IRFFI, G. Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2531-2542, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018247.23162017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.23162017>. Acesso em: 11 ago 2023.

CUNHA, F. C. A Importância do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária - PIBEX para a Formação Acadêmica e Profissional dos Bolsistas na UFRB. **Revista Extensão em Foco**, [S. l.], n. 20, p. 115-134, 2020. Acesso em: 03 jun 2023.

CURIA, B. G.; ZAMORA, J. C. A dinâmica e o rompimento da violência por parceiro íntimo: compreensão integral e atuação da Psicologia. In: ZAMORA, J. C.; HABIGZANG, L. F. (Org.). *Contribuições da Psicologia para Enfrentamento à Violência contra Mulheres: apostas teóricas e práticas*. Edição do Kindle. São Paulo: Editora Dialética, 2021, p. 92-128. DATASENADO. *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, 2021. Acesso em 20 nov. 2023.

D'OLIVEIRA, A. F. *et al.* Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, p. 1-17, 2020. DOI: 10.1590/Interface.190164. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190164>. Acesso em: 13 ago 2023.

D'OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, p. 1-5, 2019. DOI: 10.1590/Interface.190650. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190650>. Acesso em: 02 set 2023

Data Popular / Instituto Avon. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*, 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em 7 jan 2024.

DIAS JÚNIOR, S. A. *et al.* Perfil de acadêmicos de enfermagem e de medicina de uma universidade pública. **Enfermagem Brasil**, v. 21, n. 2, p. 110-125, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/eb.v21i2.4947>. Acesso em 7 jan 2024.

DUARTE, G. M. **Impactos Psicológicos e Sociais da Divulgação de Imagens Íntimas na Adolescência: Um Estudo de Casos Múltiplos**. 2022. Relatório Científico Integral - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), São Carlos- SP, 2022.

ECHEVERRIA, G. B. A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. **Cadernos de Gênero e diversidade**, v. 4, n. 1, p. 131-145, 2018. Disponível em:

[https://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1492913599\\_ARQUIVO\\_AviolenciaPsicologicacontraaMulher-reconhecimentoevisibilidade.pdf](https://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1492913599_ARQUIVO_AviolenciaPsicologicacontraaMulher-reconhecimentoevisibilidade.pdf). Acesso em: 15 dez 2023.

EINARSEN, S. *et al.* The concept of bullying and harassment at work: the European tradition. In: Einarsen, S., Hoel, H., Zapf, D., & Cooper, C. L. (Orgs.). *Bullying and Harassment in the Workplace: Theory, Research and Practice*, 3º ed, p. 3-54, 2020, Londres: Taylor & Francis.

ENGEL, Cíntia L. Beijing +20: Avanços e Desafios no Brasil Contemporâneo. *In:* ENGEL, Cíntia L. **Capítulo 4 – A Violência contra a mulher**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. p.159-216. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/lv978-65-5635-010-3/cap4>. Acesso em: 13 ago 2023.

ENRÍQUEZ-CANTO, Y. *et al.* Análisis ecológico de la violencia sexual de pareja en mujeres peruanas. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 23, n. 1, p. 272-286, 2020. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.14718/ACP.2020.23.1.13>. Disponível em: <https://actacolombianapsicologia.ucatolica.edu.co/article/download/3140/3140?inline=1>. Acesso em: 20 mar 2023.

FALCKE, D. *et al.* Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 81-90, 2009. DOI: 10.4013/ctc.2009.22.02. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822009000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 fev 2024.

FERNANDES, A. M. *et al.* Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: análise bibliométrica. **Rev Desafio Online**, v. 6, n. 1, p. 141-159, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/3539/4259>. Acesso em: 4 nov. 2022.

FERREIRA, M. I. M. *et al.* **Imagem corporal e sexualidade na gravidez**. 2019. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica) - Universidade de Évora. Portugal. 2019

FIALLA, M. R. P. M. *et al.* As violências na percepção de jovens universitários. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 35, p. eAPE039012734, 2022. DOI: 10.37689/acta-ape/2022AO012734. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/bxttQxpMhdwBj3QGwBmKzYn/#>. Acesso em: 21 nov 2023.

FIGUEIREDO, V. C. N.; SILVA, Q. E. F.; SANTANA, F. A. L. Assédio Moral e Gênero na Universidade Pública: Ressonâncias do Produtivismo no Trabalho Docente. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, p. 1841-1855, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp3.14291. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp3.14291>. Acesso em: 02 set 2023.

FIUZA, D. R.; KLANOVICZ, L. F. Infância e violência em tempos de Pandemia COVID-19. **IV Seminário Internacional: História do Tempo Presente**. UDESC, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/view/972>. Acesso em: 02 set 2023.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Datafolha Instituto de Pesquisas. Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. 4 ed, 2023. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 15 mar 2023.

FREDRICH, V. C. R. *et al.* Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, p. e210677, 2022. DOI: 10.1590/interface.210677. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/MY9stGPyX6vcMyWG98yQbSd/?lang=pt#>. Acesso em 14 nov 2023.

FROTA, M. A. *et al.* Mapeando a formação do enfermeiro no Brasil: desafios para atuação em cenários complexos e globalizados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.25-35, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020251.27672019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.27672019>. Acesso em: 28 mai 2023.

FRUGOLI, R. *et al.* Violência Contra as Mulheres Universitárias: Passividade Institucional e Vulnerabilidade no Âmbito Acadêmico. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 33, p. 2-23, 2019.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). “**Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**” [online], 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 04 jan 2024.

GABRIEL, G. A.; GABRIEL, G. A. Análise Crítica de Práticas Sociodiscursivas Ideológicas Misóginas: A Institucionalização da Violência de Gênero contra a Mulher na Esfera Judicial. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 75, n. 3, p. 31–53, set. 2022. DOI: 10.5007/2175-8026.2022.e86006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/86006>. Acesso em: 12 dez 2023.

GALLASSI, A.; BARBOSA, A. L. J.; JORDÃO, L. C. B. R. Violência sexual de crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 101-111, 2023. DOI: 10.17765/2176-9184.2023v23n1.e11683. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/11683>. Acesso em: 21 jan 2024.

GENNARINI, J. C.; DOMINGOS, C. R. ESTUPRO COLETIVO: FATO TÍPICO OU ATÍPICO?. **Direito Penal e Processo Penal**, v. 2, n. 2, p. 66-75, 2020. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitoPenalProcessoPenal/article/view/1738>. Acesso em: 20 jan 2024.

GOMES, M. Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização. **Áskesis-Revista de discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar [online]**, v. 10, n. 2, p. 150-172, 2021a. DOI: 10.46269/10221.590. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/590>. Acesso em: 18 nov 2023.

GOMES, T. R. A. **Violência Contra as Mulheres nas Universidades Públicas, O que elas têm a dizer? Facebook como Espaço de Denúncia**. 2021b. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2021.

GONÇALES, A. P.; FERREIRA, L. M. B. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). UNIVAG, Cuiabá, 2021. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/viewFile/824/813>. Acesso em: 21 mar 2023.

GONÇALVES, A. B. **Identidade Transexual e Medidas Protetivas de Gênero à Luz da Lei Maria da Penha: Direito e Justiça Social como Integridade**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2022.

GRAHAM, L. M. *et al.* Intimate partner violence among same-sex couples in college: A propensity score analysis. **Journal of interpersonal violence [online]**, v. 34, n. 8, p. 1583-1610, 2019. DOI: 10.1177/0886260516651628. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27256495/>. Acesso em: 22 set 2023.

GUEDES, E. A. S.; GARBIN, M. A. Violência de Gênero contra a Mulher e a Adequação Típica da Prática *Stealth* no Direito Penal Brasileiro. **Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP**, Pato Branco, v. 1, n. 2, p. 212–227, 2023. Disponível em: <https://periodicosunidep.emnuvens.com.br/rdc-u/article/view/161>. Acesso em: 15 abr 2023.

GUEDES, K. M. L. **Mulheres, Políticas Públicas e Combate à Violência de Gênero**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2022.

GUERRA, F. M. R. M. *et al.* Comportamento Sexual de Estudantes Universitários: Um Estudo de Revisão. **FAG Journal of Health**, Cascavel, Paraná, v. 2, n. 2, p. 300-306, 2020. DOI: 10.35984/fjh.v2i2.175. Disponível em: <https://fjh.fag.edu.br/index.php/fjh/article/view/175>. Acesso em: 23 jul 2023.

GUIMARÃES, D. A. *et al.* Dificuldades de utilização do preservativo masculino entre homens e mulheres: uma experiência de rodas de conversa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 21-31, 2019. DOI: 10.22491/1678-4669.20190003. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2019000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 jul 2023.

GUTIERREZ, E. B. *et al.* Fatores associados ao uso de preservativo em jovens – inquérito de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 22, 2019. DOI: 10.1590/1980-549720190034. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/MTQGXDXZHZhgRdMZnPrW69cJk/?lang=pt>. Acesso em: 03 set 2023.

HENRIQUES, C. G. P.; MERÇON-VARGAS, E. A.; ROSA, E. M. Vivências de Violência e Percepção do Medo entre Estudantes Universitários. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 49–70, 2023. DOI: 10.12957/epp.2023.75298. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/75298>. Acesso em: 17 ago 2023.

HINGEL, L. L. L. M. *et al.* Consequências no desenvolvimento da criança e adolescente vítima de violência intrafamiliar. **Revista Pró-UniverSUS [online]**, v. 12 n. 2 Especial, p. 102-106, 2021. DOI: 10.21727/rpu.v12i2.2678. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2678>. Acesso em: 16 nov 2023.

HOGEMANN, E. R.; BOLDT, M. A perspectiva da interseccionalidade na análise de casos de gênero no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 22, n. 3, p. 13-48, 2022. DOI: 10.18759/rdgf.v22i3.1983. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1983>. Acesso em: 18 ago 2023.

HUERTAS, E. M. C. G. A Violência por Parceiro Íntimo (VPI) como epidemia e seu enfrentamento e prevenção nos relacionamentos entre jovens por meio da Oficina de Trabalho Crítico-Emancipatória (OTCE). **Revista Científica da Faculdade IPESP**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 22-41, 2022. Disponível em: <https://rcfipesp.com.br>. Acesso em: 10 abr 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua. Características gerais dos domicílios e dos moradores em 2019 [online]. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf). Acesso em 15 nov 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF: Ipea, 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. HomePage. Fortaleza: IMP, 2018. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 18 dez. 2023

KAUFMAN, M. R. *et al.* Health and Academic Consequences of Sexual Victimization Experiences among Students in a University Setting. **Psychology & Sexuality [online]**, v. 10, n. 1, p. 56-58, 2019. DOI: 10.1080/19419899.2018.1552184. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19419899.2018.1552184>. Acesso em: 02 set 2023.

KIM, Y., LEE, E., LEE, H. Sexual Double Standard, Dating Violence Recognition, and Sexual Assertiveness among University Students in South Korea. **Asian Nursing Research**, Seul, Coréia do Sul, v. 13, n. 1, p. 47-52, 2019. DOI: 10.1016/j.anr.2019.01.003. Disponível em: [https://www.asian-nursingresearch.com/article/S1976-1317\(18\)30268-8/fulltext](https://www.asian-nursingresearch.com/article/S1976-1317(18)30268-8/fulltext). Acesso em: 31 ago 2023.

KISA, S., ZEYNELOĞLU, S. Perceptions and predictors of dating violence among nursing and midwifery students. **Journal of Advanced Nursing [online]**, v. 75, p. 2099-2109, 2019. DOI: 10.1111/jan.13982. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jan.13982> Acesso em: 31 ago 2023.

KLEMENT, D. L.; CASTRO, A. Ser mulher: estratégias de sobrevivência à importunação sexual. *Barbarói*, v. 1, n. 61, p. 144-174, 2022. DOI:

10.17058/barbaroi.v1i61.16098. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/16098>. Acesso em: 17 nov. 2023.

KLUK, E. *et al.* Women experiencing drug-facilitated sexual assault. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. e0911830538, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.30538. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30538>. Acesso em: 24 jan 2024.

KOTAN, Z. *et al.* Association of domestic violence against women with sociodemographic factors, clinical features, and dissociative symptoms in patients who receive services from psychiatric outpatient units in Turkey. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 35, n. 15-16, p. 2711-2731, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260517703372>. Acesso em: 09 ago 2023.

LABIAK, F. P. Violência psicológica contra a mulher: artefato do patriarcado para gerar submissão. **Open Science Research X. Vol. 10: Editora Científica Digital (Organização). Científica Digital**, 2023. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/221211548>. Acesso em: 30 dez 2023.

Laboratório de Estudos de Femicídios. Informe (livro eletrônico): feminicídios no Brasil 2023. Monitor de feminicídios no Brasil / coordenação Silvana Mariano. Londrina, PR: ed. Dos autores, 2024. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/>. Acesso em: 15 mar 2023.

LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811–2824, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018248.30102017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrjj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 05 jan 2024.

LIMA, M. G.; PADILHA, F. Acolhimento universitário aos calouros de psicologia: uma possibilidade de intervenção. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 19, n. 2, p. 156-171, 2020. DOI: 10.5935/1984-9044.20200029. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442020000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442020000300006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 23 jan. 2024.

LIMA, R. R. *et al.* Violência contra as mulheres na universidade: uma discussão silenciada. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33398>. Acesso em: 20 abr 2023.

LIRA, A. C. B. P. **A violência contra a mulher e o sofrimento psíquico: os rebatimentos na saúde mental das mulheres do ambulatório de saúde mental do município de Rio das Ostras**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2019.

LIZZI, E. A. S.; CAVALEIRO, M. C. Ensaio preliminar sobre violência de gênero no ambiente universitário em uma universidade pública do Paraná. **Simpósio Gênero e**

**Políticas Públicas**, v. 6, p. 2175-2190, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p2175>. Disponível em:

<https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1209>. Acesso em: 4 ago 2023.

LOPES, M. R. **Feminicídio: da Luta à Lei: A Relação entre Movimentos Sociais e Dispositivos Institucionais para Mulheres no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MAAS, L. W. D.; CHACHAM, A. S.; TOMÁS, M. C. PROFESSION AND SOCIAL STRATIFICATION: INEQUALITIES IN THE TRAJECTORIES OF PHYSICIANS AND NURSES IN TODAY'S BRAZIL. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 105, 2021. DOI:10.1590/3610503/2020. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/46d8a8f27af38c5a43723b5c34e56a5c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2037617>. Acesso em: 22 jun 2023.

MACÊDO, K. V; PINHEIRO, G. A. Auto-objetificação em mulheres universitárias transgênero, travestis e não binárias. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasília, Ano 6, v. 6, n.13, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8066517. Disponível em:

<https://zenodo.org/records/8066517>. Acesso em: 11 ago 2023.

MACHADO, D. F.; CASTANHEIRA, E. R. L.; ALMEIDA, M. A. S. Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 5003-5012, 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212611.3.02472020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/yxT3jYZczC9LvqH8WRj79rf/?lang=pt> Acesso em: 13 ago 2023.

MACHADO, J. S. A.; PENNA, C. M. M. As políticas públicas de saúde e a fragmentação do corpo feminino em útero e peito. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 1-20, 2022. DOI: 10.1590/S0103-73312022320221. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/dDp66th3DTphvSRWHJYpRMJ/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago 2023.

MAFFISSONI, A. L. *et al.* Violência e suas implicações na formação em enfermagem: revisão da literatura. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, Colômbia, v. 11, n. 2, 2020.

DOI: 10.15649/cuidarte.1064. Disponível em:

<https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/1064>. Acesso em: 02 set 2023.

MAGNAGO, C.; PIERANTONI, C. R. A formação de enfermeiros e sua aproximação com os pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Atenção Básica.

**Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 15-24, 2020. DOI:

10.1590/1413-81232020251.28372019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/QV8MBZ3YqvMrPLXy9gNCV9w/?lang=pt>. Acesso em: 28 mai 2023.

MAHL, Á.; OLIVEIRA, W. L. L. Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres universitárias do oeste de Santa Catarina. **Revista Psicologia em Foco [online]**, v. 14, n. 20, p. 78-91, 2022. Disponível em:

<https://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/3845>. Acesso em: 19 nov 2023.

MAITO, D. C. *et al.* A universidade como reflexo e agente transformador da sociedade: a contradição movendo a história. **Revista Interface**, Botucatu, v. 23, 2019a. DOI: 10.1590/Interface.190711. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/QjmJvGDdZgC3MWBDps6RStF/?lang=pt>. Acesso em: 03 set 2023.

MAITO, D. C. *et al.* Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Revista Interface**, Botucatu, v. 23, 2019b. DOI: 10.1590/Interface.180653. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NyCb9wTJ8YfxBqDmNvbFF9K/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago 2023.

MAITO, D. C.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; VIEIRA, E. M. Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. **Revista Interface**, Botucatu, v. 26, 2022. DOI: 10.1590/interface.220105. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/kpCJk543R95DBHhHNzYhv6y/?lang=pt>. Acesso em: 02 set 2023.

MALAJOVICH, N. *et al.* O manejo da urgência subjetiva na universidade: construindo estratégias de cuidado à saúde mental dos estudantes. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 23, n. 2, 2019. DOI: 10.5380/psi.v23i02.58547. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/58547>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MANTOVANI, G. L. O. **Vidas Passíveis de Luta: Mulheres Resistindo ao Femicídio, 2022**, Relatório de Pesquisa (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2022.

MARCONDES, M. M. *et al.* Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte (2003-2021). **Revista de Administração Pública [online]**, v. 56, n. 3, p. 373–392, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220220018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/BCrMNC5bLTkmvHyTpkRczHh/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 13 ago 2023.

MARINHO, G. L. *et al.* Enfermeiros no Brasil: transformações socioeconômicas no início do século XXI. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1-8, 2019. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2018-0198. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/HqQzCskrFmpr66W4hjkyBDt/?lang=en>. Acesso em: 28 mai 2023.

MARINHO, G. L. *et al.* Nursing in Brazil: socioeconomic analysis with a focus on the racial composition. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**, v. 75, n. 2, p. 1-9, 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2020-1370. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/4w9WGFMG9fLTmzTt8JJDZkv/?lang=en>. Acesso em: 28 mai 2023.

MARQUES, A. M. Mulheres e pandemia: violência em tempos de crise. 2022. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&as\\_ylo=2022&as\\_yhi=2022&q=caso+de+VCM+que+ganhou+de](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2022&as_yhi=2022&q=caso+de+VCM+que+ganhou+de)

staque+na+m%C3%ADdia+em+1976+foi+o+de+Doca+Street+e++a+cria%C3%A7%C3%A3o+de+políticas+publicas+de+preven%C3%A7ão+a+violência&btnG=. Acesso em: 22 fev 2023.

MARTINS, H. K. P. *et al.* Conhecimento de universitárias sobre o uso do preservativo feminino. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 7, p. e16412742692, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i7.42692. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42692>. Acesso em: 15 abr 2023.

MARTINS, J.; LAGRECA, A.; BUENO, S. Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-femicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>. Acesso em 20 jan 2023.

MARTON, R. *et al.* Perfil epidemiológico das vítimas de violência sexual envolvendo Drogas Facilitadoras de Crime (DFC). **Revista Brasileira de Criminalística [online]**, v. 8, n. 2, p. 63-67, 2019. DOI: 10.15260/rbc.v8i2.391. Disponível em: <https://revista.rbc.org.br/index.php/rbc/article/view/391>. Acesso em: 21 nov 2023.

MASCARENHAS, M. D. M. *et al.* Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011–2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200007.SUPL.1, 2020. DOI: 10.1590/1980-549720200007.supl.1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/vngYfCPbvZZD5nLtBtYxQ3p/#>. Acesso em 23 set 2023.

MCEWEN, C.; PULLEN, A.; RHODES, C. Sexual Harassment at Work: A Leadership Problem. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 1-7, 2021. DOI: 10.1590/S0034-759020210207. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/F8WjqCNn6hGxfnTB3PftNDp/?lang=pt#>. Acesso em: 15 abr 2023.

MELO, C. A. S. *et al.* Profile of the aggressor and factors associated with violence against women in the Municipality of Marabá - PA. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e334101119572, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19572. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19572>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MELO, I. C. Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro. **CSONline-Revista eletrônica de Ciências Sociais**, n. 31, p. 20-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/30699>. Acesso em: 20 jan 2024.

MENDONÇA, L. O. S.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s14553>. Acesso em: 31 out. 2022.

MENDONÇA, M. F. S.; LUDERMIR, A. B. Violência por parceiro íntimo e incidência de transtorno mental comum. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, n. 51, v. 32, p. 1-8, 2017. DOI: 10.1590/S1518-8787.2017051006912. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pz3g38HCG5nG94pxpks7z4B/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov 2023.

MENEGHEL, S. N. Será a universidade imune às discriminações sociais?. **Revista Interface**, Botucatu, v. 23, p. 1-5, 2019. DOI: 10.1590/Interface.190577. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/vhkJRjQcfcVZfgPgJ83KpyL/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago 2023.

MINAYO, M. C. S. Profundas Raízes de uma Árvore Frondosa: Fundamentos E Diversidade Em Pesquisa Qualitativa. In A. P., Costa, M. C., Sánchez-Gómes, & M. V. Cilleros (Orgs.), *A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos*. Oliveira de Azeméis: Ludomedia, 2017

MISKOLCI, R; PEREIRA, P. P. G. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Revista Interface**, Botucatu, v. 23, 2019. DOI: 10.1590/Interface.180353. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FbhHgkRbTxRY5BXSvXHQ4kC/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago 2023.

MONTI, L. L. Estudo sobre Violência Intrafamiliar contra a Criança: Conhecimentos e Atitudes de Professores da Educação Infantil. **Ensaio Pedagógico**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 37, 2022. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/245>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MONTRONE, A. V. G. *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista Gênero**, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46596>. Acesso em 7 jan 2024.

MOREIRA, E. A. S.; MARCOS, C. M. Breve Percurso Histórico Acerca da Transexualidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593-609, 2019. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p593-609. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682019000200013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200013). Acesso em: 24 set 2023.

MOREIRA, G. A. R. *et al.* Manifestações de violência institucional no contexto da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 29, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/S0104-12902020180895. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/YHkQDt7KQRYzbbYVh3Nw7mc/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago 2023.

MOTA, Y. V. *et al.* E quando o professor é o agressor?: assédio e práticas violentas no campo da música/educação musical expostas em diferentes veículos de mídia Comunicação. **XVI Encontro Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação Musical**, 2022. Disponível em:

[http://abemeducacaomusical.com.br/anais\\_ernd/v5/papers/1369/public/1369-5597-1-PB.pdf](http://abemeducacaomusical.com.br/anais_ernd/v5/papers/1369/public/1369-5597-1-PB.pdf). Acesso em: 18 nov 2023.

MUÑIZ-RIVAS, M.; VERA, M.; POVEDANO-DÍAZ, A. Parental Style, Dating Violence and Gender. **International Journal of Environmental Research and Public Health [online]**, v. 16, n. 2722, p. 1-16, 2019. DOI: 10.3390/ijerph16152722. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/16/15/2722>. Acesso em: 31 ago 2023.

NASCIMENTO, T. B. F. COLETIVO EMPODERAMENTO FEMININO EM MATO GROSSO DO SUL: Estudo sobre Violência Contra a Mulher na Universidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4662/3/T%c3%a2niaBiancaFagundesdaNascimento.pdf>. Acesso em: 10 fev 2023.

NJAINÉ, K *et al.* **Impactos da Violência na Saúde. Fiocruz, organizador. Rio de Janeiro.** Editora FIOCRUZ, 4ed. 2020, 448p. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557080948>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/p9jv6>. Acesso em: 18 set 2023.

NUNES, T. S.; TORGA, E. M. M. F. Assédio moral no trabalho em cursos de pós-graduação: as consequências vivenciadas por professores e alunos de uma universidade estadual brasileira. **Arquivos de Análise de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 28, n.11, p. 1-27, 2020. DOI: 10.14507/epaa.28.4883. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4883>. Acesso em: 15 abr 2023.

OLIVEIRA, A. S. L. A. *et al.* Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 30, p. e20201057, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/b7tzcw3RHKdxcmh6vc4jtP/>. Acesso em 20 jan 2024.

OLIVEIRA-SILVA, G.; AREDES, N. D. A.; GALDINO-JÚNIOR, H. Analysis of the factors related to academic disapproval in the training of nurses: A mixed-method study. **Revista Latino-americana de Enfermagem [online]**, v. 29, p. 1-12, 2021. DOI: 10.1590/1518-8345.4458.3411. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/ZKfD5J4zsrsRc9hHrs5WDry/?lang=en>. Acesso em: 03 jun 2023.

OPAS. Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. Genebra, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 17 jun 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração da ONU sobre a eliminação da violência contra a mulher.** Artigo 1 da Resolução 484 da Assembleia Geral da ONU. Genebra: ONU; 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE. **Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002.** Genebra, 2002.

PALMA, A. R. B. **Estudo Retrospectivo sobre a Relação da Assertividade Sexual e a Coerção Sexual em Homens e Mulheres Heterossexuais e Homossexuais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Universidade de Algarve, Portugal, 2022.

PANÚNCIO-PINTO, M. P.; ALPES, M. F.; COLARES, M. F. A. Interpersonal Violence/Bullying Situations at the University: Academic Daily Life Clippings among Students from Undergraduate Health Programs. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Ribeirão Preto, v. 43, n. 1, p. 537–546, 2019. DOI: 10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190060. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/wP6R5VnrjvGWfzJLpzGZs6n/?lang=pt#>. Acesso em: 15 abr 2023.

PEDRUZZI, P. F.; GARCIA, A. Violência contra a mulher por parceiro íntimo: contextos online e offline. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 25, n. 2, ago. 2021. DOI: 10.5380/riep.v25i2.72061. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/72061>. Acesso em: 30 jul 2023.

PERASSOLI, E.; SILVA, A. R. N. Coming Out of The “Ivory Tower”: Preventing of Violence Against The LGBTQIAPN+ Population at the University. **SciELO Preprints [online]**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4430. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4430>. Acesso em: 18 ago 2023.

PINHEIRO, I. S. **Violência no namoro: repercussões à saúde física, mental e no desempenho acadêmico de mulheres jovens universitárias**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PORDEUS, M. P.; VIANA, R. A. Feminismo, Desigualdade de Gênero e LGBTfobia: a interseccionalidade das minorias no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l], v. 11, n. 26, p. 113-131, 2021. DOI: 10.32335/2238-0426.2021.11.26.4651. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/4651>. Acesso em: 13 ago 2023.

PORTO, L.; BARRETO, M. L. S.; DAZZANI, M. V. M. Do Gênero aos Papéis Sociais: A construção da identidade da pessoa transexual. **Revista Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 299-314, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n2p299-314. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7905>. Acesso em: 11 ago 2023.

RESENDE, J. M.; FARIA, V. R. A. S. Adentrando um caso de violência entre portas: o caso declarado por “Rose”. **O Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2021 Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/211>. Acesso em: 13 ago 2023.

RODRIGUES, C. F. A. *et al.* Estado de exceção como regra: Práticas nazistas nos trotes universitários. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13477-

13493, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n5-172. Disponível em:  
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/17496/14201>.  
Acesso em: 11 ago 2023.

RODRIGUES, D. S. *et al.* Violence against women from the perspective of Primary Care users. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, p. e131101724408, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i17.24408. Disponível em:  
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24408>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SÁ, B. S.; FOLRIANI, M. D.; RAMPAZO, A. V. Assédio sexual: o poder do macho dentro da universidade. **Estudos de Administração e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 22-31, 2017. DOI: 10.22409/eas.v3i2.70. Disponível em:  
<https://periodicos.uff.br/revistaead/article/view/27415>. Acesso em: 18 nov 2023.

SAFFIOTI, H. Gênero Patriarcado Violência. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. Editora Fundação Perseu Abramo. 2015. Reimpressão em: abr 2021.

SAHO M. *et al.* Características sociodemográficas e acadêmicas de estudantes de enfermagem em formação profissional. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [S. l.] v. 10, n. 2, p. 280-288, 2021. DOI: 10.17267/2317-3378rec.v10i2.3892. Disponível em:  
<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/3892>. Acesso em: 28 mai 2023.

SALCEDA, M. *et al.* Dialogic Feminist Gatherings: Impact of the Preventive Socialization of Gender-Based Violence on Adolescent Girls in Out-of-Home Care. **Social Sciences [online]**, v. 9, n. 138, p. 1-16, 2020. DOI: 10.3390/socsci9080138. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0760/9/8/138>. Acesso em: 02 set 2023.

SANDOVAL-OBANDO, E.; PEÑA, J. C. Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial. **Sophia [online]**, v. 15, n. 2, p. 55-70, 2019. DOI: 10.18634/sophiaj.15v.2i.945. Disponível em:  
<https://revistas.ugca.edu.co/index.php/sophia/article/view/945>. Acesso em : 13 nov 2023.

SANTOS, I. B. S. *et al.* Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1935-1946, 2020a. DOI: 10.1590/1413-81232020255.19752018. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/R64vx7t9ykhzCH54DTfSFvjv/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago 2023.

SANTOS, J. D. L. B.; SANTOS, C. V. M. Considerações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Rev. Contexto & Saúde**, v. 20, n. 40, p. 139-148, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2020.40.139-148>. Acesso em: 1 nov. 2022.

SANTOS, L. S. E. *et al.* Impacts of the COVID-19 pandemic on violence against women: reflections from the theory of human motivation from Abraham Maslow. **SciELO Preprints [online]**, 2020b. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.915. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/915>. Acesso em: 26 dez 2023.

- SANTOS, M. J. O.; FERREIRA, M. M. C.; FERREIRA, E. M. S. Sexual and reproductive health risk behaviours: higher education students' perceptions. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**, v. 75, n. 6, p. 1-9, 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0712pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/YtchBLkzbwmgLRz7krWDgkC/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul 2023.
- SANTOS, M. J.; LIMA, A. J. A. Prevalência e Fatores Associados em Adolescentes do Ensino Médio. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 45, p. 682–699, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8377385. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2205>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- SANTOS, V. L. S. Mulheres vítimas de assédio sexual por docentes da UFRN - Documentário: Eu não fui a única. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- SAYURI, J.; SICURO, R. Abusos no campus: mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades desde 2008. **The Intercept Brasil [online]**, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>. Acesso em: 11 ago. 2022
- SEGRE, M.; FERAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 538–542, out. 1997.
- SCHELIGA, E. L.; KNOBLAUCH, A.; BELLOTTI, K. K. Vínculos religiosos entre estudantes universitários: comparações entre licenciatura e bacharelado. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-21, 2020. DOI: 10.1590/0104-4060.72695. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VmFhGQLB87sBM3pZvY4HtYF/?lang=pt>. Acesso em: 28 mai 2023.
- SCOTT JR., V.; VIEBRANTZ, K. M. Mulheres Transgênero em Situação de Violência Doméstica e Familiar: A Aplicabilidade da Lei Maria da Penha. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RFD**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 217–250, 2022. DOI: 10.12957/rfd.2021.58347. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/58347>. Acesso em: 18 ago 2023.
- SCULL, T. M. *et al.* A Media Literacy Education Approach to High School Sexual Health Education: Immediate Effects of Media Aware on Adolescents' Media, Sexual Health, and Communication Outcomes. **Journal of Youth and Adolescence [online]**, v. 51, p. 708–723, 2022. DOI: 10.1007/s10964-021-01567-0. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10964-021-01567-0#citeas>. Acesso em: 23 jul 2023.
- SILVA, A. V. *et al.* Conhecimento de acadêmicos de enfermagem acerca da violência contra mulher. **Revista Nursing [online]**, v. 22, n. 251, p. 2926-2931, 2019a. DOI: 10.36489/nursing.2019v22i251p2926-2931. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/403/383> Acesso em: 4 set. 2022.

SILVA, C. D. *et al.* Representação da violência doméstica contra a mulher: comparação entre discentes de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 39, p. 1-9, 2018. DOI: 10.1590/1983-1447.2018.63935. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Gzq8qW7py3xZ4LvZwF7pzmB/?lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2022.

SILVA, C. G. *et al.* Dimensões do assédio na escola: diálogos sobre gênero com jovens estudantes de ensino médio de São Paulo/Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**, v. 27, p. e210649, 2023. DOI: 10.1590/interface.210649. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCWrBfNFyn5st3DW7MW8FVq/?lang=pt#>. Acesso em: 29 out 2023

SILVA, D. *et al.* Violência contra mulher: à percepção dos graduandos de enfermagem. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 16908-16922, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n2-357. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24902/19852> Acesso em: 03 set 2023.

SILVA, E. K. S. Uma voz feminina na luta antiescravista: Nísia Floresta. **Nau Literária**, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.22456/1981-4526.126935. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/126935>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, F. C. *et al.* The effects of sexual violence experienced in childhood and adolescence on undergraduate students. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, p. 134, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054002576. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/WsH8y6sFdSWy4ssKph55x3w/?lang=en>. Acesso em: 17 nov 2023.

SILVA, G. C. F. O.; Laport, Tamires J. Machismo: fruto de esquemas desadaptativos. **Revista Mosaico [online]**, v. 10, n. 1, p. 20-28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21727/rm.v10i1.1758>. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1758>. Acesso em: 12 nov 2023.

SILVA, J. G. *et al.* Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência?. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 187-200, 2019. DOI: 10.1590/S0104-12902019180309. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XNLndLPPwYqW6Gh9TjZq8Cn/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago 2023.

SILVA, L. C. P. *et al.* Qualidade de vida de estudantes de enfermagem vítimas de violência de gênero. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, 2022. DOI: 10.37689/acta-ape/2022AO018266. Disponível em: <https://acta-ape.org/en/article/quality-of-life-of-nursing-students-victims-of-gender-violence/> Acesso em: 21 ago 2023.

SILVA, M. N.; MONTEIRO, J. C. S. Avaliação da autoestima de jovens universitárias segundo critério raça/cor. **Revista Latino-americana de Enfermagem [online]**, v. 28, p. 1-8, 2020. DOI: 10.1590/1518-8345.3866.3362. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/kNzH46TMDbrtfTd5D4cHtGh/?lang=en>. Acesso em: 28 mai 2023.

SILVÉRIO, M. S. O Compromisso dos Países Latino-Americanos com o Combate à Violência contra as Mulheres - O Caso da Convenção de Belém do Pará, 2021b. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade de Lisboa, 2021b.

SILVÉRIO, M. Sexualidades múltiplas: uma análise das incertezas e conflito entre pessoas poliamorosas em relações heterossexuais. **Teoria e Cultura – Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF**, Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 16, n. 3, p. 24-37, 2021a. DOI: 10.34019/2318-101X.2021.v16.36686. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/36686>. Acesso em: 23 set 2023.

SIMÕES, A. V. *et al.* Identificación y conducta de la violencia doméstica contra la mujer bajo la óptica de los estudiantes universitarios. *Revista Electrónica Enfermería Actual em Costa Rica*, [S. l.], n. 37, 2019. DOI: 10.15517/revenf.v0iNo.37.35967. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/448/44862135007/>. Acesso em: 03 set 2023.

SIVERTSEN, B. *et al.* Sexual harassment and assault among university students in Norway: a cross-sectional prevalence study. **BMJ Open Journals [online]**, v. 9, n. 5, 2019. DOI: 10.1136/bmjopen-2018-026993. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/9/6/e026993>. Acesso em: 13 nov 2023.

SOARES, A. B. *et al.* Comportamentos sociais acadêmicos de universitários de instituições públicas e privadas: o impacto nas vivências no ensino superior. **Rev Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 1, p. 1-16, jan-mar 2019. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082019000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000100011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 jul 2023.

SOUSA, A. Y. A. *et al.* Caracterização dos casos de violência sexual contra a mulher notificados no Estado do Maranhão no período de 2009 a 2017. **Brazilian Journal of Development [online]**, v. 7, n. 1, p. 9925–9941, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-673. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23796>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SOUTO, K.; MOREIRA, M. R. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 832-846, 2021. DOI: 10.1590/0103-1104202113020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/4JncpcMDZ7TQ9Hd7dkMPMpt/?lang=pt>Acesso em: 13 ago 2023.

SOUTO, L. P. *et al.* Violência Doméstica contra a Mulher: Gênero e Perseguição. **Salão do Conhecimento**, [S. l.], v. 7, n. 7, 2021. Disponível em:

<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/20824>. Acesso em: 23 set 2023.

SOUZA, D. C.; SILVA, I. R.; HONORATO, E. J. S. Relacionamentos abusivos: significações atribuídas por jovens universitários de Manaus. **Última década**, Santiago, Chile, v. 30, n. 58, p. 226-256, 2022. DOI: 10.4067/S0718-22362022000100226. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-22362022000100226&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362022000100226&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 22 set 2023.

SOUZA, J. G.; ROSO, A. R.; SOUZA, A. F. Violência Contra Mulheres na Universidade: Um Estudo sobre as Produções Científicas Latino-Americanas. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 217-240, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56280>. Acesso em: 22 jul 2023.

SOUZA, L.; LORDELLO, S. R. M. Sexting and Gender Violence Among Young People: An Integrative Literature Review. **Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]**, v. 36, p. e3644, 2020. DOI: 10.1590/0102.3772e3644. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/8S7fs9cdX5BPPq37nCKJvHS/?lang=en#>. Acesso em: 12 nov 2023.

SOUZA, M. C. G.; SOUZA, T. M. C. Psicologia e políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres: experiências de universitárias. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 125-149, 2019. DOI: 10.23925/2594-3871.2019v28i1p125-149. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/37662>. Acesso em: 4 set 2022.

SOUZA, R. H. V.; FRANÇA, M. P. S.; PEREIRA, C. M. Violência de gênero e assédio sexual em uma Universidade Piauiense: aproximações ao campo de estudo. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 5, p.26705-26721, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n5-213. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/9886/8310>. Acesso em: 02 set 2023.

SOUZA, V. M. P. *et al.* Violência de Gênero no Espaço Universitário. **Rev. Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 26, 2021. DOI: 10.5380/ce.v26i0.67689. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/J4JnQfQCFFF95TybtkdfyZs/#>. Acesso em: 11 ago 2023.

SPINDOLA, T. *et al.* A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2683-2692, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021267.08282021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dyRf3crYbb87q9QP9PQJSwt/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov 2023.

SPINDOLA, T. *et al.* Práticas sexuais e o comportamento de jovens universitários frente à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. **Enfermería Global [online]**, n. 58, p. 120-130, 2020. DOI: 10.6018/eglobal.382061. Disponível em: <https://revistas.um.es/eglobal/article/view/382061>. Acesso em: 28 mai 2023.

SPINDOLA, T. *et al.* Sexual Practices, Knowledge and Behavior of College Students Regarding Sexually Transmitted Diseases/Práticas Sexuais, Conhecimento e Comportamento dos Universitários em Relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 11, n. 5, p. 1135-1141, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1135-1141>. Acesso em: 22 jul 2023.

STEFANINI, J. R. *et al.* Violência por Parceiro Íntimo em Mulheres que Vivem com HIV: Revisão Integrativa. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 197-212, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/52252>. Publicado em: 09 jan 2020. Acesso em: 23 jul 2023.

TASSINARI, T. T. *et al.* Violência de gênero em mulheres universitárias: evidências sobre a prevalência e sobre os fatores associados. **Acta Colombiana de Psicología [online]**, v. 1, p. 105-120, 2022. DOI: 10.14718/ACP.2022.25.1.8. Disponível em: <https://actacolombianapsicologia.ucatolica.edu.co/article/view/3281>. Acesso em: 11 ago 2023.

TASSINARI, T. T. **Mulheres Estudantes Universitárias em Situação de Violência de Gênero e a Rota Crítica para o seu Enfrentamento**. 2020. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2020.

TAVARES, G. P. *et al.* Atendimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência: a percepção das mulheres atendidas na DEAM/Parintins, Amazonas. **Gênero na Amazônia**, [S. l], n. 7-12, jul./dez., p. 135-145, 2017. DOI: 10.18542/rcga.v0i7-12.13224. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13224>Acesso em: 13 ago 2023.

TEIXEIRA, J. C.; RAMPAZO, A. S. V. Assédio sexual no contexto acadêmico da administração: o que os lábios não dizem, o coração não sente?. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade [online]**, v. 4, n. 11, p. 1151 -1235, 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4586>. Acesso em: 14 nov 2023.

TEIXEIRA, S. V. B. *et al.* Violência de gênero nas relações de namoro por jovens universitários: revisão integrativa da literatura. **Saúde Em Foco: Temas Contemporâneos**, v. 3, p. 696-704, 2020. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/violencia-de-genero-nas-relacoes-de-namoro-por-jovens-universitarios-revisao-integrativa-da-literatura>. Acesso em: 7 jan 2024.

TEIXEIRA, S. V. B. **Violência de gênero contra a mulher grávida perpetrada pelo parceiro íntimo: análise à luz da Teoria de Levine**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Enfermagem) -- Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

VALÉRIO, A. C. O. *et al.* Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]**, v. 29, 2021. DOI: 10.1590/2526-8910.ctoAO2278. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/fbwzQ9vmJtzyhwMmxGgyNwy/?lang=pt>Acesso em: 11 ago 2023.

VASCONCELLOS, M. L. D. A. OS EFEITOS DA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Portal de Trabalhos Acadêmicos**, v. 8, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.faculadadedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/2368>. Acesso em: 20 mar. 2023

VEGINI, N. M. K.; FINKLER, M., RAMOS, F. R. S. Representações sociais do trote universitário: uma reflexão ética necessária. **Texto & Contexto Enfermagem [online]**. v. 2, 2019. DOI: 10.1590/1980-265X-TCE-2017-0359. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/WQk4NSC9XJQyCTnZDcfhpjK/?lang=en>. Acesso em: 11 ago 2023.

VIEIRA, T. N. M. Estudo retrospectivo sobre os fatores de vulnerabilidade à coerção sexual em mulheres adultas. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Universidade do Algarve, Portugal, 2021.

VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, Políticas Públicas e Combate à Violência de Gênero. **História**, São Paulo, v. 38, p. 1-18, 2019. DOI: 10.1590/1980-4369e2019054. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Sy6nh8bjBhKTxpTgGmLhbtL/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Equidade de gênero em saúde**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/equidade-genero-em-saude>. Acesso em: 13 ago 2023.

ZANATTA, E. A. *et al.* Violência no contexto de jovens universitários de enfermagem: repercussões na perspectiva da vulnerabilidade. **Revista baiana enfermagem**, [S. l.], v. 32, 2018. DOI: 10.18471/rbe.v32.25945. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25945>. Acesso em: 17 nov 2023.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**TÍTULO:** Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem

**OBJETIVOS DO ESTUDO:** Identificar o conhecimento que as jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem possuem acerca da violência de gênero; descrever as formas de violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; analisar a forma de enfrentamento de violência de gênero pelas jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; discutir as repercussões da violência de gênero na saúde e vida acadêmica das jovens universitárias.

**ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO:** Será mantido total sigilo da identidade das participantes. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, não sendo divulgado seu nome em momento algum, mesmo assim, você tem o direito de não participar do estudo. Todas as participantes serão esclarecidas quanto aos objetivos, procedimentos metodológicos e outras questões relacionadas à pesquisa. Após o aceite de sua participação, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este Termo ressalta que a participação delas na pesquisa é voluntária e o seu consentimento pode ser suspenso a qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa contribuirão para o ensino e pesquisa através do descobrimento de novas informações, exploração de novos conhecimentos que vão possibilitar o aprofundamento do tema e a geração de novos espaços de discussão. Contribuirá também na difusão da informação aos profissionais e acadêmicos para qualificação da assistência e na exposição de experiências que podem motivar outras mulheres estudantes a exporem suas vivências.

**PROCEDIMENTO DO ESTUDO:** A captação das participantes será realizada por meio de uma abordagem com as discentes do sexo feminino no Campus e realizado alguns questionamentos com o propósito de atender aos critérios de inclusão. Após esse processo será realizado o agendamento da entrevista com definição de data, horário e local. A fim de garantir a privacidade e o conforto das participantes, as entrevistas serão realizadas em uma das salas disponibilizadas pela Direção, no prédio da Escola de Enfermagem. Se você decidir integrar esse estudo, você participará de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, bem como utilizaremos as informações coletadas como parte do objeto de pesquisa.

**GRAVAÇÃO:** Todas as entrevistas serão gravadas em áudio e transcrita pela pesquisadora. Serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado ou citado em nenhum documento. Todos os documentos que fazem parte dessa pesquisa permanecerão arquivados sigilosamente. Os áudios serão utilizados somente para a coleta de dados. Você tem o direito em pedir interrupção ou exclusão a qualquer momento, no entanto, se você não desejar realizar a gravação, você não poderá participar desse estudo.

**RISCOS:** Tendo em consideração que toda a pesquisa oferece algum tipo de risco, esta pesquisa é classificada como risco mínimo e está referente a possíveis instabilidades emocionais, como a aflição e choros pelos relatos das situações vivenciadas. Visando minimizá-las, as perguntas serão claras e pautadas na confiança mútua. Entretanto, ao sinalizar ansiedade ou outra intercorrência, a entrevista poderá ser suspensa a qualquer momento, sem prejuízo a sua pessoa. Para garantir a redução dos riscos, a participante terá a segurança de que a entrevista não será identificada em momento algum, sendo realizada em ambiente calmo, sem a interferência de outras pessoas, para garantir a segurança e privacidade.

**BENEFÍCIOS:** O benefício relacionado à participação consistirá na construção do conhecimento científico para a área acadêmica, Enfermagem e Saúde da Mulher, bem como reflexões pessoais resultantes da interação dialogada, mas não será, necessariamente, para benefício direto. Entretanto, fazendo parte desse estudo, a participante receberá mais informações sobre o objeto deste estudo, que tem relevância na formação de Políticas Públicas que beneficiarão as mulheres que vivenciam a violência de gênero.

**CONFIDENCIALIDADE:** Os dados coletados serão utilizados apenas para fins previstos neste protocolo de pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Os arquivos pertinentes à entrevista serão guardados por cinco (05) anos e incinerados após esse período. Os dados coletados nesta pesquisa, mediante entrevistas gravadas, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos. Você não pagará nada para participar desta pesquisa. Aceitando fazer parte desta pesquisa, a entrevista será na Escola de Enfermagem em uma sala disponibilizada pela direção. Assim não haverá custo adicional para participar da pesquisa, há garantia de indenização por parte da pesquisadora. Assinando este consentimento, você não desiste de nenhum de seus direitos, bem como não libera os

investigadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de alguma situação que lhe prejudique. O investigador deste estudo também poderá retirá-la do estudo a qualquer momento, se ele julgar que seja necessário para o seu bem-estar. A gravação da entrevista durará no máximo 1 hora.

**RESSARCIMENTO E DANOS:** O agente colaborador não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. A pesquisa terá baixo custo, pois serão utilizadas apenas impressões, cartuchos de impressora, encadernação, material de escritório e CD para o desenvolvimento da pesquisa os quais ficarão a cargo do pesquisador, não acarretando qualquer ônus à instituição. Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, pois a entrevista ocorrerá durante o período letivo. A Sra não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo: “Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem”. Sendo assim, o ressarcimento financeiro não se encaixa nesta pesquisa. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Danos advindos do risco classificado como mínimo, como: desconforto, ansiedade e outras intercorrências, a entrevista poderá ser suspensa a qualquer momento, sem prejuízo a rotina da instituição de ensino. Caso seja necessário, a pesquisadora realizará os devidos encaminhamentos à psicologia ou a outro profissional, que achar pertinente.

Nos comprometemos a seguir todas as recomendações do Conselho Nacional de Saúde e às Resoluções 466/12 e 510/2016 que versam sobre a ética em pesquisa com seres humanos. Caso você aceite participar dessa pesquisa, você receberá uma via do TCLE e, caso queira, como pode entrar em contato com o pesquisador e/ou o Comitê de Ética responsável pela autorização da pesquisa.

**DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES:** O voluntário receberá uma via do termo onde consta o telefone/e-mail do pesquisador responsável e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento. Tendo também dados do Comitê de Ética, que é o setor responsável pela permissão da pesquisa e avaliação dos aspectos éticos. Isto, para caso de o participante desejar contato com o pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética.

Eu, Beatriz Lourenço Fernandes, enfermeira, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – PPGENF, sou a pesquisadora principal, sendo orientada da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Villas Boas Teixeira. Caso seja necessário, nos contate pelos e-mails: [beatriz.l.fernandes@edu.unirio.br](mailto:beatriz.l.fernandes@edu.unirio.br), ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone (21) 2542-7796 ou e-mail: [cep@unirio.br](mailto:cep@unirio.br). Nosso endereço

profissional é Rua Dr. Xavier Sigaud nº 290, Urca- Rio de Janeiro, 9h às 16h, as investigadoras estão disponíveis para responder qualquer dúvida que você tenha.

Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

### **CONSENTIMENTO**

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, firmado abaixo, concordo em participar do estudo intitulado Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem.

Eu fui completamente orientado pelo Beatriz Lourenço Fernandes que está realizando o estudo, de acordo com sua natureza, propósito e duração. Eu pude questioná-lo sobre todos os aspectos do estudo. Além disso, ele me entregou uma via da folha de informações para os participantes, a qual li, compreendi e me deu plena liberdade para decidir acerca da minha espontânea participação nesta pesquisa.

Depois de tal consideração, concordo em cooperar com este estudo e informar a equipe de pesquisa responsável por mim sobre qualquer anormalidade observada.

Estou ciente que sou livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar.

Minha identidade jamais será publicada. Os dados colhidos poderão ser examinados por pessoas envolvidas no estudo com autorização delegada do investigador e por pessoas delegadas pelo patrocinador.

Estou recebendo uma via assinada deste Termo.

Discuti a proposta da pesquisa com esta participante e, em minha opinião, ela compreendeu suas alternativas (incluindo não participar da pesquisa, se assim o desejar) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Participante Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Responsável Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### Contato do CEP/UNIRIO:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Avenida Pasteur, 296, subsolo do prédio da Nutrição – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240, no telefone 2542-7796. E-mail: cep@unirio.br

Contato da Pesquisadora:

E-mail: [beatriz.l.fernandes@edu.unirio.br](mailto:beatriz.l.fernandes@edu.unirio.br).

Telefone: (84) 99627-423

## APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### Formulário de entrevista

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Entrevista nº: \_\_\_\_\_

#### 1. Aspectos socioeconômicos e sociodemográficos

- Idade:
- Curso:
- Período:
- Cor autodeclarada:
- Religião:
- Orientação sexual:
- Município e Bairro onde reside:
- Quantas pessoas residem com você? Quem são?
- Você possui alguma ocupação que gere renda? ( ) Sim ( ) Não
- Em caso de resposta afirmativa, qual ocupação e sua renda pessoal?
- Renda mensal familiar:
- Situação conjugal:
- Orientação sexual:

#### Dados sobre os aspectos sexuais e reprodutivos

- Você já engravidou? ( ) sim ( ) não. Caso sua resposta seja afirmativa, a gestação foi planejada?
- Teve algum aborto? ( ) Sim ( ) Não
- Em caso de resposta afirmativa, o (s) aborto (s) foi espontâneo ou provocado?
- O (A) parceiro(a) teve influência sobre essa decisão?
- Você utilizou ou utiliza algum método contraceptivo? Caso sua resposta seja afirmativa, responda qual o método.
- Algum parceiro (a) já te impediu de utilizar algum método contraceptivo?
- Você utiliza preservativo? Caso a resposta seja afirmativa, com que frequência?
- Você já teve alguma outra IST (Infecção Sexualmente Transmissível). Caso a resposta seja afirmativa, responda qual.

#### 2. Vivências de Violência gênero

- Você já vivenciou algum tipo de violência de gênero no ambiente universitário? Em caso de resposta afirmativa, qual?

- Você conhece os diferentes tipos e formas de violência em que uma mulher pode vivenciar relacionada ao gênero?
- Sentiu-se intimidada em alguma situação. Como exemplo de rede social, fotos ou vídeos?
- Alguma prática sexual já te desagradou?
- Você já vivenciou assédio sexual no espaço acadêmico? Caso a resposta seja afirmativa, como enfrentou essa situação? Onde geralmente ocorria a violência?
- Algum colega ou funcionário da universidade já te insultou, falou mal de você, te bateu, empurrou, puxou seu cabelo ou atirou algo em você?
- Você já vivenciou alguma forma de violência na universidade por causa da cor da sua pele e/ ou orientação sexual?
- Você já foi obrigada a realizar práticas que denigram sua imagem em algum espaço universitário?
- Você se sente insegura e vulnerável na universidade? Se sim, por quais motivos?
- Você já vivenciou atos violentos por parceiro (a) após seu ingresso na universidade? Caso a resposta seja afirmativa, quais eram as justificativas do parceiro (a) para cometer tais práticas?
- Você fez uso de drogas ou bebidas alcoólicas em algum momento da vida?
- Tem parceiro(a) atualmente? Ele(a) já praticou algum ato de violência contra você? Qual a idade dele(a)?
- Como está o seu rendimento acadêmico? Ficou reprovada em alguma disciplina?
- Você tem ou teve algum dano físico ou emocional? Em caso de resposta afirmativa, qual (as)?
- Alguma outra doença ocasionada ou agravada pela violência gênero?
- Conte como você enfrentou ou pretende enfrentar a situação?
- Tem apoio de alguém ou da instituição?
- Você conhece os locais em que a mulher pode pedir ajuda em caso de violência?
- O que você acha que os docentes deveriam saber ou fazer quando possuem conhecimento que suas alunas se encontram em situação de violência de gênero?

## APÊNDICE C - QUADRO - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

**Quadro 3 - Perfil das mulheres graduandas em Enfermagem segundo idade, curso, cor, orientação sexual, endereço, entre outras informações. Rio de Janeiro/RJ, jan/23.**

Entrevistas	Curso	Período	Idade	Cor autodeclarada	Religião	Orientação Sexual	Situação Conjugal	Município que reside	Bairro que reside
M1	Enfermagem	8	23	Branca	Sem Religião	Bissexual	Solteira	Rio de Janeiro	Campinho
M2	Enfermagem	8	24	Branca	Sem Religião	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Copacabana
M3	Enfermagem	8	24	Branca	Sem Religião	Heterossexual	Solteira	Nova Iguaçu	Santa Eugênia
M4	Enfermagem	8	23	Branca	Sem Religião	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Laranjeiras
M5	Enfermagem	8	24	Parda	Sem Religião	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Copacabana
M6	Enfermagem	10	24	Branca	Alexandrina	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Jacarepaguá
M7	Enfermagem	8	20	Branca	Católica	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Rocinha
M8	Enfermagem	8	23	Branca	Umbanda	Bissexual	Solteira	Rio de Janeiro	Vila Isabel
M9	Enfermagem	8	24	Branca	Candomblé	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Morro da Penha
M10	Enfermagem	8	23	Branca	Umbanda	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Campo Grande
M11	Enfermagem	8	24	Parda	Católica	Heterossexual	Casada	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca
M12	Enfermagem	8	23	Parda	catolica	Bissexual	Solteira	Rio de Janeiro	Botafogo
M13	Enfermagem	8	24	Branca	Católica	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Del Castilho
M14	Enfermagem	8	23	Negra	Sem Religião	Bissexual	Solteira	Rio de Janeiro	São Conrado
M15	Enfermagem	8	23	Parda	protestante	Heterossexual	Solteira	São João de Meriti	Vila Rosali
M16	Enfermagem	8	23	Parda	Católica	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Leblon
M17	Enfermagem	8	24	Parda	protestante	Heterossexual	Casada	Duque de Caxias	Imbariê
M18	Enfermagem	7	24	Parda	Católica	Heterossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Copacabana
M19	Enfermagem	8	23	Branca	Sem Religião	Heterossexual	Solteira	Duque de Caxias	Complexo da Mangueirinha
M20	Enfermagem	8	24	Parda	Sem Religião	Homossexual	Solteira	Rio de Janeiro	Rocinha
M21	Enfermagem	7	20	Negra	protestante	Heterossexual	Solteira	Belford roxo	São Vicente
M22	Enfermagem	8	22	Branca	Umbada	Bissexual	Solteira	Rio de Janeiro	Tijuca

Entrevistas	Quantos residem com você?	Quem são?	Possui ocupação que gere renda?	Em caso de resposta positiva, qual ocupação?	Renda Pessoal	Renda Mensal Familiar
M1	3	Mãe, avó e ex-marido da avó	não	N/A	N/A	R\$ 4.000,00
M2	1	Mãe	não	N/A	N/A	R\$ 5.000,00
M3	4	Mãe, irmã, avó e padrasto	não	N/A	N/A	R\$ 4.000,00
M4	0	N/A	sim	Bolsa de monitoria	R\$ 400,00	R\$ 400,00
M5	3	Namorado, Sogra e Sogra	não	N/A	N/A	Não sabe informar
M6	2	Mãe e irmã	não	N/A	N/A	R\$ 10.000,00
M7	3	Mãe, pai e irmã	não	N/A	N/A	R\$ 5.000,00
M8	1	Irmã	não	N/A	N/A	R\$ 8.000,00
M9	1	Mãe	sim	Bodypiercin e Pensão	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
M10	2	Mãe e padrasto	não	N/A	N/A	R\$ 6.000,00
M11	1	Marido	não	N/A	N/A	R\$ 800,00
M12	2	Avó e Avó	sim	Bolsa Iniciação Científica	R\$ 600,00	R\$ 1.600,00
M13	1	Tio	sim	Bolsa Iniciação Científica	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
M14	2	Mãe e irmão	sim	Bolsa Iniciação Científica	R\$ 400,00	R\$ 5.000,00
M15	3	Mãe, avó e irmão	não	N/A	N/A	R\$ 1.300,00
M16	4	Mãe, pai, irmã e irmão	sim	Bolsa Iniciação Científica	R\$ 400,00	R\$ 1.300,00
M17	1	Marido	não	N/A	N/A	R\$ 2.000,00
M18	3	Mãe, pai e irmã	sim	Bolsa Iniciação Científica	R\$ 400,00	R\$ 2.500,00
M19	1	Mãe	sim	Vendedora Virtual	R\$ 1.200,00	R\$ 4.000,00
M20	0	N/A	sim	Bolsa de iniciação científica	R\$ 750,00	R\$ 750,00
M21	1	Mãe	sim	Técnica de Enfermagem e bolsa de iniciação científica	R\$ 2.000,00	R\$ 4.500,00
M22	2	Mãe e avó	sim	Bolsa de iniciação científica	R\$ 3.000,00	Não sabe informar

Fonte: Entrevista com as vinte mulheres graduandas de Enfermagem que fizeram parte da pesquisa.

\*Salário mínimo vigente no Brasil em 2023 é de R\$ 1.300,00.

\*\*Renda familiar composta por todos os membros da família que exercem atividades laborais, incluindo a das entrevistadas.

## ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA



Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro – UNIRIO  
 Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS  
 Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – MESTRADO

### ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA

A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - EEAP está de acordo com a execução do projeto “Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem” que será realizado pela pesquisadora Enfermeira mestranda Beatriz Lourenço Fernandes, do programa de Pós-graduação em Enfermagem – PPGENF – UNIRIO, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Villas Boas Teixeira, SIAPE: 2310962 – PPGENF – UNIRIO. Os objetivos da pesquisa são: Identificar o conhecimento que as jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem possuem acerca da violência de gênero; Descrever as formas de violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; Analisar a forma de enfrentamento de violência de gênero pelas jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; Discutir as repercussões da violência de gênero na saúde e vida acadêmica das jovens universitárias. É de responsabilidade da pesquisadora encaminhar os casos clínicos, que possam emergir em decorrência da pesquisa, às unidades de apoio. A instituição pode contribuir com a disponibilização de espaço físico para a coleta de dados e autorizar a participação das graduandas do curso de Enfermagem na pesquisa. A pesquisadora e a instituição comprometem-se a assegurar a segurança e bem estar dos participantes em atendimento a Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para fins científicos, mantendo sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízos das pessoas e/ou das comunidades. Antes de começar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a instituição, o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Autorizo o disposto acima

Autorizo citar o nome da instituição *não autorizo*

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2022

*[Assinatura]*

Nome do responsável institucional e Cargo do Responsável pelo consentimento  
 Carimbo com identificação ou CNPJ

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane R. da Rocha  
 Diretora EEAP-UNIRIO  
 COREN-RJ - 86534  
 SIAPE - 1333932

**ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO CEP UNIRIO**

UNIRIO - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em Enfermagem

**Pesquisador:** BEATRIZ LOURENCO FERNANDES

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 65986022.2.0000.5285

**Instituição Proponente:** Escola de Enfermagem Alfredo Pinto

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.818.152

**Apresentação do Projeto:**

Conforme descrito no projeto detalhado apresentado:

“A violência de gênero se desenvolve nas relações entre homens e mulheres, a qual se manifesta através das desigualdades de poder entre os gêneros, que ocorre no campo das relações de poder, na sexualidade, na autoidentidade e nas instituições sociais, o que resulta em dano físico ou emocional, perpetradas com abuso de poder, pautadas em assimetrias entre os gêneros. Nas universidades, a violência é perpetuada através da cultura machista e patriarcal que legitima e naturaliza a violência de gênero, tornando vulneráveis mulheres e aqueles fora do padrão heteronormativo imposto pela sociedade. O objeto deste estudo é a violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem, tendo como objetivos: identificar o conhecimento que as jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem possuem acerca da violência de gênero; descrever as formas de violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; analisar a forma de enfrentamento de violência de gênero pelas jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; discutir as repercussões da violência de gênero na saúde e vida acadêmica das jovens universitárias. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa. Será realizada na Escola de Enfermagem de uma universidade federal localizada no Rio de Janeiro. A coleta de dados deverá ocorrer entre os meses de janeiro a junho de 2023, após parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa. Participarão da pesquisa mulheres jovens entre 18 e 24 anos que estiverem matriculadas

**Endereço:** Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

**Bairro:** Urca

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2542-7796

**E-mail:** cep@unirio.br

UNIRIO - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.818.152

no curso de Graduação em Enfermagem, a partir do sétimo período e em condições físicas e psicológicas para participar voluntariamente da pesquisa, por meio de entrevista individual e semiestruturada. Serão excluídas mulheres que não estão em condições físicas e/ou psicológicas para participar da pesquisa”

**Objetivo da Pesquisa:**

De acordo com o Projeto detalhado apresentado:

“Objetivo Primário:

identificar o conhecimento que as jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem possuem acerca da violência de gênero

Objetivo Secundário:

Descrever as formas de violência de gênero vivenciada por jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; analisar a forma de enfrentamento de violência de gênero pelas jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem; discutir as repercussões da violência de gênero na saúde e vida acadêmica das jovens universitárias.”

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

- Os riscos e benefícios foram apresentados nas Informações Básicas do Projeto, no TCLE e no projeto detalhado e estão descritos de forma semelhante.

Transcrevo a seguir a redação do projeto detalhado e nas informações básicas do projeto:

“Riscos:

Tendo em consideração que toda a pesquisa oferece algum tipo de risco, esta pesquisa é classificada como risco mínimo e está referente a possíveis instabilidades emocionais, como a aflição e choros pelos relatos das situações vivenciadas. Visando minimizá-las, as perguntas serão claras e pautadas na confiança mútua. Entretanto, ao sinalizar ansiedade ou outra intercorrência, a entrevista poderá ser suspensa a qualquer momento, sem prejuízo a sua pessoa. Para garantir a redução dos riscos, a participante terá a segurança de que a entrevista não será identificada em momento algum, sendo realizada em ambiente calmo, sem a interferência de outras pessoas, para garantir a segurança e privacidade.

Benefícios:

O benefício relacionado à participação consistirá na construção do conhecimento científico para a área acadêmica, Enfermagem e Saúde da Mulher, bem como reflexões pessoais resultantes da interação dialogada, mas não será, necessariamente, para benefício direto. Entretanto, fazendo parte desse estudo, a participante receberá mais informações sobre o objeto deste estudo, que

**Endereço:** Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

**Bairro:** Urca

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2542-7796

**E-mail:** cep@unirio.br



Continuação do Parecer: 5.818.152

tem relevância na formação de Políticas Públicas que beneficiarão as mulheres que vivenciam a violência de gênero.”

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

- A pesquisa apresentada refere-se ao mestrado de pós-graduanda do PPGENF.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa.

No que tange às diferentes fases inerentes à análise de conteúdo, neste estudo, optou-se utilizar as etapas da técnica proposta por Bardin (2010).

Essas etapas são organizadas em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O emprego da análise de conteúdo nessa etapa da pesquisa justificou-se pela possibilidade de permitir o acesso a um número maior de sujeitos, além de ser um importante instrumento utilizado nas representações sociais e nas pesquisas qualitativas. Este método permite maior aprofundamento do tema, pois concede ao pesquisador uma melhor identificação e qualificação das relações, das vivências do sujeito, dos diferentes tipos de comunicações, e maior possibilidade de se compreender os fatores que influenciam para as relações semelhantes encontradas, bem como as suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos.

Desfecho Primário:

Realizar o diagnóstico acerca do conhecimento que as jovens universitárias do curso de graduação em enfermagem possuem acerca da violência de gênero.

Desfecho Secundário:

Contribuir na formulação de políticas públicas de proteção específicas a este grupo feminino.

A pesquisa se mostra exequível. A temática é relevante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- Foram incluídos na Plataforma Brasil:

. Informações básicas do projeto; Projeto de pesquisa detalhado; TCLE; folha de rosto preenchida, datada e assinada pela coordenadora do PPG; instrumento de coleta de dados, carta de anuência e cronograma.

**Recomendações:**

-

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O protocolo de pesquisa atende à Resolução CNS 466/2012, não foram identificadas pendências.

**Endereço:** Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

**Bairro:** Urca

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2542-7796

**E-mail:** cep@unirio.br

**UNIRIO - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 5.818.152

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Prezado(a) Pesquisador(a),

Inserir os relatórios parcial(is) (a cada 6 meses) e final da pesquisa na Plataforma Brasil por meio de Notificação.

Consulte o site do CEP UNIRIO ([www.unirio.br/cep](http://www.unirio.br/cep)) para identificar materiais e informações que podem ser úteis, tais como:

- a) Modelos de relatórios e como submetê-los (sub abas "Relatórios" e "Notificações" e aba "Materiais de apoio e tutoriais");
- b) Situações que podem ocorrer após aprovação do projeto (mudança de cronograma e da equipe de pesquisa, alterações do protocolo pesquisa; observação de efeitos adversos, ...) e a forma de comunicação ao CEP (aba "Tramitação após aprovação do projeto" e suas sub abas).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2063195.pdf	08/12/2022 16:44:36		Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO.pdf	08/12/2022 16:41:00	BEATRIZ LOURENCO	Aceito
Folha de Rosto	folha_De_Rosto.pdf	08/12/2022 16:37:01	BEATRIZ LOURENCO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.pdf	08/12/2022 16:36:36	BEATRIZ LOURENCO FERNANDES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	08/12/2022 16:36:13	BEATRIZ LOURENCO	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS.pdf	06/12/2022 22:26:57	BEATRIZ LOURENCO	Aceito
Outros	negativa_de_custos.pdf	06/12/2022 22:26:32	BEATRIZ LOURENCO	Aceito
Outros	CARTA_ANUENCIA.pdf	06/12/2022 22:25:07	BEATRIZ LOURENCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/12/2022 22:24:07	BEATRIZ LOURENCO FERNANDES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	06/12/2022 22:22:45	BEATRIZ LOURENCO	Aceito

**Endereço:** Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

**Bairro:** Urca **CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2542-7796

**E-mail:** cep@unirio.br

UNIRIO - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.818.152

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 15 de Dezembro de 2022

---

**Assinado por:**

**ANDRESSA TEOLI NUNCIARONI FERNANDES**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

**Bairro:** Urca

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2542-7796

**E-mail:** cep@unirio.br